

# REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 211

ABRIL - JUNHO

1951

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO  
CLAUDIO GANNS  
FEIJÓ BITTENCOURT



Departamento de Imprensa Nacional  
Rio de Janeiro — Brasil — 1953



## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RIO DE JANEIRO

Em 21 de maio de 1951

*Excelentíssimo Senhor*

*Embaixador José Carlos de Macedo Soares,*

*Presidente do Instituto Histórico e*

*Geográfico Brasileiro. Nesta.*

*Dando cumprimento à vontade expressa de meu falecido pai, general Augusto Tasso Fragoso, tenho a honra de fazer entrega a Vossa Excelência, pelo alto intermédio do senhor general de Exército Estevão Leitão de Carvalho, membro dêsse Egrégio Instituto, dos originais do seu depoimento sobre a parte que tomou nos acontecimentos históricos de outubro de 1930.*

*Quis o meu saudoso progenitor, sempre tão respeitador da verdade histórica, deixar constância, para as gerações futuras, dos motivos que determinaram a sua participação naquele episódio crítico da nossa evolução política.*

*Desejava, por isso mesmo, que fôsse o seu depoimento confiado à veneranda instituição que Vossa Excelência preside e à qual se orgulhava de pertencer, que é o verdadeiro depositário do nosso patrimônio histórico, e, por assim dizer, guarda fiel e constante das tradições da formação social do Brasil, desde os primórdios da sua existência como nação livre e soberana.*

*Igualmente de acôrdo com a vontade do autor dessas memórias ficará êsse ilustre sodalício autorizado a publicá-las em sua Revista, quando julgar oportuno.*

*Agradecendo o cumprimento dessas disposições, aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mui distinta consideração.*

*Patrício atº e sincero admº*

*Murilo Tasso Fragoso*

Como ninguém deve aspirar senão à estima daqueles a quem estima, não somos obrigados a dar a todos, sem distinção, conta habitual de nossas ações quaisquer. Porém, por mais restrito que possa vir a ser, em certos casos, o número dos nossos juizes, basta que sempre existam alguns para que a lei de viver às claras nunca perca a sua eficácia moral, impelindo-nos constantemente a nada fazer que não seja confessável.

(CATECISMO POSITIVISTA de Augusto Comte — 11.<sup>a</sup> Conferência).



## TRABALHOS ORIGINAIS

### A REVOLUÇÃO DE 1930

GENERAL TASSO FRAGOSO

*O meu depoimento sôbre a revolução de 1930 levará, como anexos, vários documentos.*

*Não sei se terei recursos para publicá-lo por minha conta ou se acharei um editor benévolo.*

*Se não tiver, entregarei tudo ao Instituto Histórico, para que apareça mais tarde em sua Revista, ou no Arquivo Nacional. O Senhor Alcides Bezerra, diretor dêste estabelecimento, disse-me que teria grande prazer em dá-lo a lume como publicação do Arquivo.*

*Verei a coisa com vagar.*

*O que é preciso é ir até o fim e pôr tudo em ordem.*

Tasso Fragoso

*Rio de Janeiro, 1 de abril de 1935.*



## PREFÁCIO

A revolução de 3 de outubro de 1930 abalou todo o Brasil, interrompendo-lhe a vida normal e impelindo-o a novos destinos.

Como tomei parte ativa na rebelião de 24 de outubro no Rio de Janeiro, que dela decorreu, entendi caber-me o dever de registrar certos fatos capitais, a fim de proporcionar elementos leais e seguros às gerações futuras, que terão de julgar-nos, a mim e aos meus companheiros dessa jornada.

Procurei obter o maior número possível de informações escritas de testemunhas presenciais e dignas de fé, no intuito de comprovar as minhas asserções, notadamente no que concerne aos objetivos da Junta da Capital Federal, de que fiz parte.

Certos pormenores, em que não toco em minha exposição, ressaltam dêsses documentos pessoais.

Peço ao leitor que me releve ter começado falando de mim, mas pensei não ser inútil a recordação dêsses antecedentes. Convém ainda ter presente que nos movimentos dessa natureza há vários focos de preparação ligados a um foco central e que certos informes falam às vezes de coisas *ouvridas*, razão por que são explicáveis pequenas contradições aparentes.

AUGUSTO TASSO FRAGOSO

General de Divisão

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1937.

## O MEU DEPOIMENTO

### RECORDAÇÕES DE ALGUNS ANTECEDENTES

Quase no fim do govêrno do Dr. Epitácio Pessoa, disse-me certo dia o Dr. Pandiá Calógeras, então ministro da guerra, que o presidente da República iria nomear-me Chefe do Estado Maior do Exército logo que o general Celestino Alves Bastos fôsse reformado compulsòriamente.

A notícia surpreendeu-me, pois nunca entrara em minhas cogitações desempenhar tão elevado cargo. Ouvi-a silencioso.

Tempos depois era nomeado para substituir o general Celestino Bastos o general Setembrino de Carvalho, que nessa ocasião ocupava o pôsto de comandante da 4.<sup>a</sup> Região Militar.

Não revelei a ninguém o que havia ocorrido entre mim e o Doutor Calógeras, isto é, a informação que dêle recebera.

Mais tarde, quando me encontrei com êste ilustre patricio e velho amigo, deu-se êle pressa em explicar que o Dr. Epitácio só mudara de resolução para atender a um pedido do Dr. Artur Bernardes, a quem dentro em breve teria de entregar a suprema magistratura do país.

Com a ascensão, logo depois, do Dr. Bernardes à presidência da República, foi o general Setembrino nomeado ministro da Guerra. Convidado por êste camarada, para dirigir o Estado Maior do Exército, aceitei o honroso convite logo que êle me deu a certeza de que o presidente homologava a sua escolha. Fiz questão dêsse esclarecimento prévio porque foi sempre minha opinião que o chefe do Estado Maior devia ser pessoa da confiança não só do ministro, como do presidente.

Dediquei-me de corpo e alma à minha nova tarefa; não poupei esforços para desempenhá-la de modo realmente proveitoso ao Exército e ao país.



A Missão Militar Francesa, chefiada pelo ilustre general Gamelin, já estava trabalhando há três anos para aperfeiçoar e completar a instrução dos oficiais e contribuindo com os seus conselhos para a remodelação da estrutura orgânica do Exército. Eu mesmo já havia tomado parte em manobras de quadros, em sala e no terreno, e numa manobra com tropas no Rio Grande do Sul, tudo sob a direção suprema dêsse ilustre general e incomparável mestre. A observação direta da marcha da instrução tinha revigorado em meu espírito a crença de que a conjuntura era excepcionalmente favorável a uma rápida transformação de nossas instituições militares. Estava certo de que os preciosos ensinamentos dos camaradas franceses punham-nos em condições de recuperar com rapidez todo o tempo perdido nos anos anteriores. Haurindo diretamente dêles as lições da Grande Guerra, alcançaríamos dentro de curto lapso de tempo um nível por tal modo elevado, que a nossa evolução normal posterior teria fatalmente de realizar-se sem o mínimo embarço.

Os que conhecem a profissão militar podem facilmente imaginar a soma extraordinária de trabalho a que tive de entregar-me. A tarefa, que seria penosa em qualquer situação, tornava-se particularmente árdua naquele momento, por causa dos levantes revolucionários a que o governo tinha de resistir. Os movimentos de rebeldia criavam embaraços indescritíveis ao funcionamento normal do Estado Maior do Exército, entre outras razões pela necessidade, a que êle se não podia esquivar, de fornecer grande parte do seu pessoal para os Estados-Maiores dos grupamentos em campanha e até, excepcionalmente, para algumas unidades táticas.

Nada obstante, ninguém esmoreceu. O trabalho continuou, embora mais restrito, para que não arrefecesse o fogo sagrado dos poucos que permaneciam em seus postos.

Aguardou-se confiante a volta dos companheiros e, logo que êles regressaram e puderam dedicar-se aos seus deveres normais, retomaram-se os antigos problemas com mais vigor e com a entranhada resolução de continuar o movimento decisivo para diante.

Apraz-me declarar aqui, mais uma vez e com intenso júbilo, quanto me orgulho de haver estado à frente dêsse grupo tão seletto de camaradas. Com a difusão do ensino da Missão Francesa, notadamente com o ministrado na Escola de Estado Maior, dispunha o Estado Maior do Exército de uma pleiade de oficiais capazes de desempenhar os seus delicados deveres com verdadeira proficiência. Destarte pude, como chefe, traçar confiante a cada um a sua órbita de ação e fixar a solução dos problemas capitais que competiam ao Estado Maior. Aproveitei a unidade de doutrina que se ia firmando e

à luz dela envidei esforços para que possuíssemos uma instituição capaz de impulsionar e preparar todo o exército brasileiro para o cumprimento de sua grandiosa missão. Se porventura um dia ficar provado não ter sido completamente inútil o nosso labor, é claro que nenhuma glória me tocará a mim, senão que tôda ela recairá sôbre êsses inolvidáveis colaboradores.

---

Nessa faina, sem dúvida um tanto desordenada, visto que à nossa boa vontade e ânsia de progredir sem descontinuidade se antepunham a desordem e a instabilidade, que os movimentos revolucionários e o estado geral dos espíritos geravam no seio do Exército, passamos os quatro anos do governo do Dr. Bernardes.

O ministro da Guerra chamara a si a direção das operações contra os rebeldes, esquecendo-se de que o Estado Maior, pela natureza de suas funções normais, tinha nela papel importante a desempenhar. Em vez de ouvi-lo, preferia o ministro avocar tudo exclusivamente ao seu exame e decisão, transformando o seu Estado-Maior particular em verdadeiro Estado Maior do Exército.

Sem dúvida esta Repartição não tinha nenhum interesse especial e não via nenhuma glória em elaborar planos para debelar revoltas, mas também é indiscutível que poderia nessa oportunidade grangear uma sólida experiência no modo de conduzir operações militares no interior do país. Basta atentar na importância de certos serviços que então se faziam necessários (Intendência, Transportes, etc.) para compreender que o doloroso tirocínio seria capaz de facultar-nos algum proveito.

A ascensão do Dr. Washington Luís ao pôsto de presidente da República, em 15 de novembro de 1926, e a nomeação do general Nestor Sezefredo dos Passos para ministro da Guerra despertaram no Exército e no país fagueiras esperanças. Todos imaginaram que o novo magistrado, recebido com flores e aplausos espontâneos, iria estabelecer a concórdia no seio dos brasileiros, extinguindo de vez os últimos vestígios das lutas internas.

Antes de assumir o cargo de ministro da Guerra, servia o general Nestor, como 2.º sub-chefe do Estado Maior do Exército. Eu próprio o havia indicado para êsse lugar, sem sugestão direta ou indireta de ninguém e sem que êle, embora de leve, mo houvesse solidado.

Confesso que nessa época pouco conhecia o general Nestor. Antes de fazer a escolha dos meus sub-chefes, abri o Almanaque da



Guerra e notei que, dos generais disponíveis para a 2.<sup>a</sup> sub-chefia era êle o que me parecia capaz de desempenhar melhor tão importante cargo. Além disso, também atuou no meu espírito o seu procedimento como comandante de um regimento de infantaria da Vila Militar na ocasião em que irrompeu no quartel uma tentativa de sublevação logo sufocada, e na qual sucumbiu um de seus capitães.

Começamos a trabalhar juntos no Estado Maior do Exército, tendo eu sempre a impressão de que vivíamos numa atmosfera de concórdia e recíproca confiança. Eu alimentava grandes esperanças na colaboração do general Nestor, porque êle se me afigurava um official inteligente, calmo, conhecedor da profissão e ao parecer modesto.

Infelizmente o seu comparecimento à Repartição era às vêzes muito irregular e a sua colaboração se ressentia desta circunstância. Êle se desculpava alegando moléstia grave em pessoa de sua família, o que era verdade. A razão apresentada tinha tal pêso no meu espírito, que eu a encarava com verdadeira simpatia e achava o seu pouco labor perfeitamente justificável.

Quando soube da sua nomeação para ministro, corri pressuroso a felicitá-lo, certo de que o Exército iria lucrar em extremo com a sua gestão na pasta da guerra.

Tinhamo-nos entretido múltiplas vêzes sôbre a situação das forças armadas, as suas necessidades e as suas reformas mais urgentes. Havíamos em diversas ocasiões discreteado sôbre o modo por que os ministros tratavam o Estado Maior do Exército, tomados de desconfianças ou de ciumes contra uma instituição que só aspirava a cumprir pontualmente os seus deveres. A opinião dêle a êsse respeito era radical e em tudo perfeitamente acorde com a minha.

Embora as questões de ensino não corressem pela 2.<sup>a</sup> sub-chefia e sim pela primeira, nunca deixei de pô-lo ao corrente dos meus projetos no tocante à instrução dos quadros e da tropa: lembro-me de ter recorrido à sua colaboração quando da reforma do regulamento da Escola Militar. Jamais surgiu entre nós nesses colóquios amistosos, o mais leve sintoma de divergência. Tudo isso me levava a acreditar que a sua entrada no ministério balisaria nova fase, isto é, importaria a colocação do Estado Maior do Exército na posição que de fato lhe deve tocar, e apertaria os laços de confiança e de harmonia entre êle e o respectivo ministro.

Antes de assumir o seu novo pôsto, foi o general Nestor à minha casa, em companhia do seu ajudante de ordens, e ali me convidou

insistentemente para continuar desempenhando as funções de chefe do Estado Maior do Exército.

Respondi-lhe que era meu propósito solicitar a minha exoneração, pois reputava êsse cargo como o único no Exército da confiança imediata do ministro e do presidente. Além disso, já o havia exercido durante quatro anos a fio, estava cansado e achava justo que outro viesse render-me. Porém, que, diante da sua insistência, eu mudava de resolução e iria ajudá-lo durante algum tempo, até que a sua situação se consolidasse e eu pudesse apagar-me definitivamente. Assim procedia — acrescentei — levado da estima que lhe tributava e porque não quisera se interpretasse a minha saída como oriunda de repugnância de submeter-me a quem até há pouco fôra meu subordinado e era general menos graduado do que eu, ou então a ambições minhas não satisfeitas.

Salientei as dificuldades que se lhe iriam deparar daí por diante. A crise financeira, já então demasiado patente, criar-lhe-ia embaraços extraordinários para a reorganização e aparelhamento do Exército. Em todo o caso — ajuntei logo — se êle se dedicasse à instrução, praticaria obra meritória e seu nome ficaria imorredouro.

Quanto ao Dr. Washington Luís, já havia tido ocasião de estar a seu lado algumas vêzes em São Paulo, quando ali me haviam levado os meus deveres profissionais, e de trocar com êle algumas palavras. Depois de presidente, vimo-nos pela primeira vez na Escola Militar, onde S. Excia. almoçou após uma visita ao estabelecimento. Tocou-me, pelo meu cargo, sentar-me à mesa do almoço à sua esquerda. Conversamos. Aproveitei o momento para tocar ao de leve nas necessidades do Exército e expandir a nossa esperança de que S. Excelsência tudo faria no sentido de as satisfazer. Lembro-me bem da sua resposta:

— Por enquanto os tanques estão vazios. Vou fechar as torneiras; depois abri-las-ei de novo.

Compreendi logo qual o seu programa de governo com relação ao Exército: manter o que havia e evitar novos dispêndios.

---

Depois que o general Nestor entrou a exercer o cargo de ministro, notei-lhe grandes modificações. Perdeu aquêle aspecto camarário que tanto o distinguia, e passou a tratar os generais com visível ceri-



mônia, como se desejasse suprimir as intimidades anteriores. Em uma palavra: deu-me a impressão, que eu jamais havia notado em seus antecessores, de que estava realmente capacitado de haver ascendido a uma cota elevada, deixando-nos a todos em nível muitíssimo inferior. Fixou um dia para receber-nos coletivamente. Como a sua sala de trabalho fôsse pequena e de pouco mobiliário, ali ficávamos de pé, à guisa de uma confraria de pedintes, aguardando cada qual a oportunidade de ser ouvido. S. Excia. sentado, conversava sucessivamente com cada um.

Confesso que nunca vira nenhum ministro, nem militar, nem civil, ter idêntico procedimento com o corpo de generais. Confesso mais que me repugnava ficar de pé, aguardando a minha vez, para tratar de serviço público, e por isso passei a só comparecer a essas audiências quando absolutamente não as podia evitar.

Outro sintoma desanimador foi ir verificando aos poucos que seu ponto de vista com respeito ao Estado Maior do Exército já não era positivamente o mesmo e que a minha repartição estava agora sujeita a uma fiscalização rigorosa.

Além disso, também reconheci com profundo pesar, ao intervir em prol de certos oficiais por pedido de outros camaradas, que S. Excelência guardava vivas prevenções e antipatias antigas, e não perdoava aos que julgava causadores de máguas que havia sofrido.

Augurei mal do porvir e compreendi que só me restava afastar-me na primeira oportunidade.

Passei então a trabalhar ainda com mais ardor, a fim de pôr termo à solução de certos problemas de excepcional relevância, que se encontravam em andamento e não convinha fôssem abandonados prematuramente, visto que a continuidade na meditação dos mesmos equivalia a uma condição de bom êxito nas decisões finais.

Apesar do que havia ocorrido por ocasião da renovação do contrato da Missão Militar Francesa, que o ministro assentara e discutira com o general Coffec, sem tomar em conta as minhas justas ponderações, e de eu só ter sabido de suas decisões finais, isto é, conhecido o texto do referido contrato muito tempo depois e graças à intervenção do chefe do Estado Maior da Missão, quando se tornou necessário pagar os membros da mesma pela nova tabela, não esmoreci na fiscalização e impulsão do ensino, e no interêsse pelas manobras e exercícios.

Nesse período de expectativa levei ainda mais tempo do que esperava. Minha resolução era irrevogável, porém queria que a minha saída não ficasse associada a um motivo ítil e meramente pessoal, capaz de atrair sobre mim a justa crítica dos companheiros.

Destarte esperei até o aparecimento da chamada *Lei do Ensino*.  
Convém explicar bem êste incidente.

Encontrando certa vez na cidade, casualmente, um deputado federal de São Paulo, soube por êle que a comissão da Câmara já havia emitido parecer favorável a uma lei do ensino militar elaborada pelo governo. Sem dúvida — ajuntou o meu interlocutor — o Estado Maior foi ouvido sôbre o assunto.

Calei-me, tomado de justa surpresa. Nada sabia dêsse projeto, sôbre que ouvia falar pela primeira vez.

No dia seguinte informei-me no gabinete do ministro e ouvi do respectivo chefe a confirmação de que o projeto fôra de fato elaborado pelo ministro.

Compreendi logo que o general Nestor só de propósito não consultara com o parecer do Estado Maior. O assunto incidia sem a mais leve dúvida nas atribuições normais dêste, ninguém melhor do que êle, general Nestor, sabia disso.

Por que então guardar sôbre o mesmo absoluto sigilo?

A desconsideração era demasiado patente e só um cego voluntário deixaria de percebê-la.

De certo pode um ministro, de acôrdo com o presidente da República, reformar a seu talante o ensino militar. Porém o que ninguém compreende é que não ouça prèviamente a Repartição encarregada da matéria, embora depois não lhe siga pontualmente as sugestões. Além disso, como é essa Repartição que terá mais tarde de elaborar os regulamentos decorrentes do dito plano, salta à vista que nunca é demasiado cedo para o ministro pô-la de sobreaviso, orientando-a com a devida antecipação sôbre as idéias que intenta realizar.

Qualquer ministro, ainda que não ouvisse o Estado Maior do Exército, chamaria à sua presença o chefe dêste e dir-lhe-ia, ao menos verbalmente, quais os seus projetos atinentes ao ensino, pedindo-lhe fôsse logo refletindo sôbre as medidas imprescindíveis à sua futura execução.

Porém nem êsse mínimo se dignou fazer o general Nestor.

Portanto se alguma dúvida ainda pairasse em meu espírito de que S. Excia. desejava ver-me pelas costas ou desmoralizar o Estado Maior, o episódio da *Lei do Ensino* tê-la-ia desfeito de modo completo.

Predispos tudo para a entrega da Repartição, esperando o momento adequado. Elegi o em que S. Excia. me mandasse o aviso, que

não falharia, como não falhou com a ordem para que o Estado Maior preparasse a regulamentação da lei. Ao invés de cumpri-la, pediria a minha demissão.

O aviso chegou. Entreguei-o ao meu chefe de gabinete, *para ser cumprido pelo meu sucessor*, e solicitei imediatamente uma audiência do ministro, por intermédio de um dos oficiais que serviam sob minhas ordens.

Avistamo-nos, se bem me lembro, entre 4 e 5 horas da tarde.

Levara eu na mão, fechada, uma carta que há muito escrevera ao Dr. Washington Luís, e só esperava a oportunidade para lhe ser entregue.

Nossa entrevista foi rápida. Abordei a matéria declarando-lhe que ia deixar o meu cargo e enviar sem demora a carta, ali em minhas mãos, ao Dr. Washington Luís.

O general Nestor mostrou-se surpreso. Disse não atinar com as razões do meu procedimento. Recordei o que lhe declarara quando do seu convite para que eu continuasse à frente do Estado Maior do Exército. O momento — aduzi — era decisivo: ou eu ficava para chegarmos juntos ao fim da jornada, ou teríamos que separar-nos sem dilação. Disse mais, acentuando as minhas palavras: *V. Excelência precisa agora de quem esteja em consonância com as suas idéias, e possa ajudá-lo a pô-las em prática. Saio para dar lugar a esse seu novo colaborador.*

O general Nestor fez ainda algumas reflexões, afirmando que a sua consciência de nada o acusava com respeito a mim. Proclamei o mesmo de meu lado. Garanti haver dado tudo a meu cargo. Ele poderia — ajuntei sem hesitação — ter encontrado um chefe de Estado Maior mais competente do que eu, mas não acharia ninguém mais leal, nem mais trabalhador.

Terminei declarando-me pronto a aguardar o meu sucessor ou a passar logo o cargo ao meu substituto legal.

E assim nos separamos: eu sorridente e jubiloso pela serenidade que me invadia a consciência; ele visivelmente preocupado com achar a verdadeira explicação do meu ato ou, o que é mais provável, com justificar-se a si mesmo.

Voltando ao Estado Maior, enviei a carta, pelo meu ajudante de ordens, ao coronel Teixeira de Freitas, chefe do Estado Maior do presidente, a quem eu já havia pedido, tempos antes, o obséquio de encaminhá-la logo que eu lha remetesse.

Eis o texto da mencionada carta :

Exmo. Sr. Dr. Washington Luís Pereira de Sousa.

Digno Presidente da República.

Não me sendo possível, apesar dos meus melhores desejos, continuar a exercer o cargo de Chefe do Estado Maior do Exército, solicito de V. Excia. a minha dispensa do mesmo.

Aproveito a oportunidade para agradecer mais uma vez a V. Excia. a grande honra que me conferiu escolhendo-me para essa função e para lhe testemunhar a minha alta estima e consideração.

*Augusto Tasso Fragoso*

Rio, 30 de dezembro de 1928".

Embora o Dr. Washington se encontrasse em Petrópolis, tive nessa mesma noite a sua resposta, levada à minha casa por um motociclista e expressa nestes termos :

"Petrópolis, 18 janeiro 1929

Ilmo. Sr. General Augusto Tasso Fragoso.

Acabo de receber a carta em que me comunicando não ser possível, apesar dos seus melhores desejos, continuar a exercer o cargo de chefe do Estado Maior do Exército, solicita a dispensa do mesmo.

Ao concedê-la cabe-me agradecer os bons, inteligentes e devotados serviços, que nesse cargo prestou ao Exército e ao Brasil, com zelo e lealdade.

Com muita estima e consideração.

*Washington Luís".*

No dia 24 de janeiro de 1929, passei o meu cargo ao meu ilustre camarada e amigo general Alexandre Vieira Leal. Antes disso, reuni em meu gabinete, a portas fechadas, todos os oficiais da minha repartição e lhes expliquei lealmente, pedindo para minhas palavras absoluto sigilo, quais os motivos determinantes do meu procedimento.



Mostrei-lhes que os abandonava mau grado meu, e só para defender a instituição. Não havia em meu ato nada pessoal; era o interesse coletivo a única coisa que me impulsionara. Aconselhei-os a que ficassem serenos e não esmorecessem nas suas ocupações. Seria preciso tempo para arraigar no espírito de certos superiores a verdadeira noção sobre o papel do Estado Maior num exército sul-americano, mas afinal se alcançaria o objetivo almejado. Dentro de poucos anos, e à proporção que o ensino da Missão Francesa se fôsse infiltrando lateralmente, ninguém mais ousaria tripudiar sobre a Repartição, ou sequer molestá-la à socapa com uma guerra de alfinetadas.

E assim nos despedimos.

Como se vê, deixei o pôsto de chefe do Estado Maior do Exército de cabeça levantada e sem haver tido nenhuma polêmica com o general Nestor. Afastei-me serenamente, não guardando no fundo da alma o mais leve ressentimento pelos sucessos ocorridos.

Quanto ao Dr. Washington Luís, nada tinha que articular contra ele. A sua própria carta mostra que nos afastamos um do outro sem quebra das nossas relações, isto é, sem haver nenhuma incompatibilidade entre nós. Surpreendeu-me que não me houvesse chamado à sua presença para inquirir da minha resolução. Mas quem sabe o que lhe teria contado o general Nestor? Talvez lhe houvesse afirmado ser irrevogável a minha decisão (como de fato o era) ou então (conforme me foi então dito sem que eu pudesse verificá-lo) que eu me retirava por motivo de saúde.

Não me julgando incompatibilizado para exercer outras funções militares, aguardei me fôsse dada nova comissão. O general Nestor, porém, nunca se lembrava disso, razão por que passei cêrca de dois anos indo quase diàriamente ao edifício do Ministério, para atestar a minha validez e desejo de trabalhar. Aproveitei o tempo continuando a estudar a profissão, acompanhando-lhe o progresso, e sobretudo escrevendo os últimos capítulos de uma História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, a que me votava desde anos atrás. Antes de ir ao Ministério, ou depois de sair de lá, dirigia-me ao Arquivo Nacional ou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e ali permanecia algumas horas, consultando e copiando documentos que servissem de base à minha narrativa.

---

Entretanto, os horisontes políticos se iam toldando e pareciam advertir os espíritos observadores da provável aproximação de violenta borrasca.

As últimas revoluções sobrevindas no Brasil tiveram a sua origem num fato inesperado e singular, que convém recordar neste lance para a perfeita inteligência do que se vai seguir.

A escolha dos candidatos à presidência da República fazia-se sempre por intermédio de um grupo de *leaders*, que procuravam inspirar-se de preferência nos interesses do partido ou do Estado, que representavam. A essas combinações não era estranho, quando porventura de fato não as dirigia, o presidente da República em exercício.

Havia franca animadversão contra a intromissão presidencial; muitos a combatiam com pertinácia, mas sem lograr extirpá-la.

Por outro lado as eleições se processavam com tais vícios, que todos sentiam não serem os seus resultados a expressão autêntica da vontade ou do sentimento nacional.

Primeiro a natureza do eleitorado em si mesmo, depois o mecanismo das eleições, facilímo de fraudar, patenteavam defeitos substanciais, de que só excepcionalmente poderia decorrer resultado favorável aos interesses coletivos. Ninguém se corria de empregar os meios mais condenáveis, contanto que se atingisse o objetivo visado.

Era patente nos meios políticos o desejo de eliminar as lutas eleitorais, francas e desassombradas, no terreno nobilitante das idéias. Queria-se um só candidato, lançado pelos grandes Estados da Federação, e a que os pequenos humildemente se submetessem.

A nação tentou reagir contra essa opressão injustificável. Fê-lo, por exemplo, de modo ruidoso e brilhante com a candidatura do Doutor Rui Barbosa e com a oposição tenaz aos que se utilizaram de um general do exército para lhes facilitar as manobras políticas. Mas o resultado foi o esmagamento impiedoso do bravo e imorredouro campeão do civilismo nacional.

Compreende-se, porém, que permanecesse latente o desejo de libertação do jugo opressor e que êle por vêzes se patenteasse de modo inequívoco.

Quando em 1921 se tratou da substituição do Dr. Epitácio Pessoa, o bloco orientador da política nacional assentou a escolha do Dr. Artur Bernardes para o quadriênio de 1922-1926.

Contra essa deliberação irrompeu logo grande resistência, que mais se exacerbou com a designação do candidato ao lugar de vice-presidente. Nada obstante tudo teria findado como em outras conjunturas, isto é, a divergência teria ficado adstrita a um campo pacífico, se certa parte da imprensa não houvesse iniciado tremenda cam-

panha contra o Dr. Bernardes. Dando a lume uma carta subscrita com o nome dêste brasileiro e em que se insultava o Exército e a Marinha, lançou a semente da desordem no país e da desarmonia e desorganização do Exército nacional.

O documento era a tôda a luz de uma patente falsidade. O Doutor Bernardes desautorou-o, proclamando num tom de evidente sinceridade jamais tê-lo escrito; mas o rastilho sofrera ignição e teria fatalmente de comunicar fogo à carga explosiva.

Contam-se daí todos os males que nos infelicitaram durante os últimos anos; todos êles promanaram dêsse documento diabólico e dêsse plano infernal.

Deve-se confessar nunca ter havido no Brasil uma campanha política tão habilmente iniciada e dirigida, como a que se desencadeou contra o Dr. Bernardes. Nada se poupou. Atacou-se não só o homem, como o seu próprio lar, do modo mais indigno que é possível conceber.

A posteridade terá de maravilhar-se diante do rápido êxito obtido por uma falsidade de caráter eleitoral, e a celeridade com que se formou, baseada nela, a consciência de uma multidão, que abandonou subaneamente todos os processos intellectuais de discernimento, para proceder sob a inspiração exclusiva de suas paixões.

O Exército estremeceu diante da suposta agressão. Como seria possível admitir — refletiam muitos — que fôsse à presidência da República quem havia tão baixo e gratuitamente insultado o Exército!...

A maioria permaneceu, todavia, serena; não acreditou no embuste; anteviu o perigo que êle entranhava; e tomou-o como simples manobra política para afastar o candidato escolhido. Que seria do Exército — pensavam êsses — se o transformassem em fiscalizador da escolha e da eleição do magistrado supremo? Onde iríamos parar se a nação passasse a ser fiscalizada pela sua força pública?

Essa atitude de fidelidade à profissão e de resistência à invasão da política no seio dela entranhava de certo um perigo, a saber: a chuva de apodos contra os que não se deixavam fascinar pelas glórias efêmeras da rebeldia. O incidente abriu lamentável cisão. A nobreza, a altivez e a independência estariam do lado dos que se arrogavam o direito de vetar o candidato; os outros não passariam de meros janízaros, desfibrados e subservientes.

Ainda assim não se entibiu o ânimo dos que lutavam pelo aperfeiçoamento do Exército o desejavam vê-lo bem enquadado na sua missão e sempre orientado para o seu objetivo.

Deve-se confessar que grande número de camaradas, e entre êles muitos de boa fé, ficaram tomados de indignação contra o Dr. Bernardes e desenvolveram a maior atividade para afastá-lo, fôsse de que modo fôsse, da cadeia presidencial.

Isso explica a atuação do Clube Militar e a perícia a que êle mandou proceder para verificar a autenticidade do documento.

Os que conheciam o assunto e estavam ao corrente do que se havia passado com o desventurado Dreifus, sorriam da ingênua confiança posta numa pseudo-ciência de peritos em escrita.

Ao contrário, porém, do que muitos desejavam, o Clube Militar, depois do laudo de seus representantes (28 de dezembro de 1921) votou a moção Frutuoso Mendes, assim concebida:

“Considerando que ficou apurada a autenticidade da carta contendo expressões ofensivas ao Exército e Armada, dada à publicidade nesta capital a 9 de outubro último, e porque não tenha êste Clube qualidade jurídica para promover ação em desafronta das corporações ofendidas;

Resolve, por isso, entregar o caso ao julgamento da Nação”.

A moção foi aprovada por 493 oficiais; a que se lhe contrapunha na mesma sessão, apenas alcançou 90 assinaturas.

Embora afirmando a autenticidade da carta, é claro que o Clube se esquivava a uma ação direta contra o Dr. Bernardes.

À primeira vista parecia, pois, que o incidente estava encerrado até que a Nação se pronunciasse, mas na verdade não estava; muitos dos que haviam assinado a moção e outros que não tinham comparecido ao Clube, inclusive por ausentes do Rio de Janeiro, não encobriram o seu descontentamento; achavam que se devia prosseguir na campanha, embora por outros meios, máxime agora que se chegara a comprovar a autenticidade do documento.

A agitação política continuou dentro do Exército; vários partidários de uma reação armada começaram a trabalhar com ardor e pertinácia na Capital Federal e em muitas guarnições militares.

Sobrevieram vários incidentes, que lhes facilitaram a tarefa, a saber: a agitação política em Pernambuco, o telegrama do marechal Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, ao comandante da guarnição desse Estado, no qual se conceitava êste comando a meditar sobre os artigos 6.º e 14.º da Constituição, a repreensão infligida



pelo ministro da Guerra ao dito marechal, a sua repulsa ao castigo, a sua prisão no quartel do 3.º Regimento de Infantaria e, finalmente, o fechamento do Clube Militar.

Todos êsses fatos ainda mais irritaram o espírito dos que propugnavam a urgente necessidade da intervenção das forças armadas na política do país e queriam-na imediata, particularmente contra o Doutor Epitácio Pessoa, presidente em exercício, pois viam nêle, além de um poderoso elemento de resistência à ação contra o Dr. Bernardes, um indivíduo preocupado com amesquinhar o Exército e a Marinha, acusação esta, aliás, positivamente infundada.

Tal é a gênese da revolta de 5 de julho de 1922.

O movimento foi rapidamente abafado. Não tinha, ao que se sabe, nenhum programa político definido além do que decorria dos acontecimentos já referidos sumariamente; parece que importaria a formação de uma ditadura militar, exercida pelo marechal Hermes da Fonseca.

Os espíritos serenos do Exército contemplaram com sincera má-gua o incêndio que ameaçava a instituição. Sem desconhecer a existência de erros inúteis e facilmente evitáveis, lamentavam que se buscasse saná-los não pela evolução natural, isto é, pela reação civil que êsses fenômenos sempre despertam, mas recorrendo a levantes militares. Por isso admiraram a bravura e o idealismo de muitos camaradas jovens, mas persistiram crenes na necessidade de se isolar a força armada das paixões que a política sempre origina e que só servem para desarticulá-la.

Como era de prever, os revolucionários não se resignaram com a derrota; cuidaram sem tardança de preparar novo levante, de maior amplidão e de elementos mais consistentes. Aos sentimentos anteriores juntava-se, agora, o da desforra pelo insucesso de julho e o desejo de libertar os companheiros detidos pela repressão governamental.

Infelizmente os políticos não tiraram dos acontecimentos as lições inequívocas que haviam patenteado; continuaram nos erros anteriores, esquecendo-se de que a violência sempre se revela impotente para restabelecer por si só a concórdia dos espíritos. Depois do levante de julho, cumpria ao govêrno pautar a sua conduta pela mais absoluta correção, não praticar nenhum ato violador da Constituição ou dos direitos dos brasileiros, e garantir sem desfalecimento a liberdade espiritual.

Os revolucionários acusam o Dr. Bernardes de haver intervido indebitamente no Estado do Rio de Janeiro, de cuja presidência afas-

tou o Dr. Raul Fernandes, e de haver estimulado a revolução que assolou durante alguns meses do ano de 1923 o Estado do Rio Grande do Sul. O que se não pode contestar é que êle contribuiu para a tranquilidade dêste Estado, promovendo o acôrdo de Pedras Altas, em que os revolucionários rio-grandenses ficaram vitoriosos, pois conseguiram a reforma da Constituição estadual, com a proibição expressa da reeleição dos presidentes.

Todos êsses acontecimentos haviam tornado ainda mais incerto e sombrio o ambiente político nacional.

Os revolucionários conspiravam tenazmente contra o govêrno, que lhes seguia os passos e buscava romper-lhes as teias misteriosas. E' provável que as medidas de repressão e vigilância fôsem por vêzes condenáveis, pois há sempre, ao lado de certas autoridades, indivíduos prontos a tôda sorte de violências, embora não ordenadas, levados da esperança de se tornarem agradáveis aos poderosos do dia.

Alguns jovens militares desenvolveram atividade assombrosa na organização do novo levante. Aliciaram elementos em várias guarnições do Exército, notadamente em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Em julho de 1924 a rebelião explodiu na capital de São Paulo, sob a direção do general reformado Isidoro Dias Lopes.

O govêrno procurou jugulá-la sem dilações, concentrando tropas ao redor da capital paulista. A luta desencadeou-se com intensidade e logo revelou sintomas de que seria duradoura.

Ao cabo de vinte e três dias, vendo que não podiam vencer e desejosos de poupar a cidade, bateram em retirada para a margem esquerda do Paraná (Pôrto Epitácio), aproveitando com muita habilidade as linhas férreas paulistas e cobrindo-se convenientemente nas direções por onde seria fácil às forças governistas empecer-lhes os movimentos.

Descendo o Paraná, depois de uma tentativa infrutuosa de penetração em Mato Grosso, foram estabelecer-se na confluência do Iguaçu com o Paraná. Como daí ameaçavam o Estado do Paraná, mandou o govêrno expeli-los dessa região.

O rincão formado pelo Paraná e pelo Iguaçu, revestido em sua maior parte de espêssa floresta, transformou-se destarte em teatro de nova luta, que durou vários meses.

Mas a ação revolucionária não se limitou a isso: a 29 de outubro dêsse mesmo ano (1924), irrompeu em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, outro levante militar, chefiado pelo capitão Luís Carlos Prestes.

Sem dúvida o plano visado era convulsionar todo o Estado, porém só algumas guarnições do Exército aderiram à rebeldia. Alça-

ram-se logo o batalhão férro-viário de Santo Ângelo, os regimentos de Cavalaria de São Luís, São Borja e Uruguaiana, uma bateria de artilharia de Alegrete e o batalhão de engenharia de Cachoeira.

O capitão Prestes operou uma concentração preliminar de suas forças em São Luís e mandou atacar a guarnição de Itaqui, a qual, todavia, não se rendeu e repeliu os seus agressores.

O governo preparou um cêrco à força do capitão Prestes, com auxílio dos elementos de que podia dispor no Rio Grande do Sul, na esperança de colhê-lo com os seus aderentes. Aventando a manobra, Prestes abalou de São Luís e rompeu o dito cêrco. Dirigiu-se à colônia militar do Alto Uruguai, atravessou o rio dêste nome, junto à foz do rio das Antas, cruzou a zona de Missões chocando na direção de Clevândia com a coluna do general Paim, que buscava arpoá-lo de flanco, transpôs o Iguaçu e, transitando pelo interior da zona de ação dos revolucionários de São Paulo, foi até Santa Helena.

Chegava para reforçar os companheiros quando êstes já haviam perdido a esperança de vitória naquela zona.

Depois de conferenciar sôbre a situação, decidiram os chefes revolucionários abandonar o rincão da foz do Iguaçu, em que até então se haviam batido contra as tropas legais, de que era comandante em chefe o general Rondon, transpor o Paraná, cruzar um pequeno trecho do território paraguaio, e ir surgir novamente em território brasileiro ao sul de Mato Grosso.

E assim se fêz. A passagem do Paraná iniciou-se a 27 de abril de 1925.

Divididos em pequenos destacamentos, começaram então um grande raid, durante o qual atravessaram os Estados de Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco, chegando até região do norte de Minas Gerais. Daí retrocederam, acossados pelas forças do governo. Fizeram novo circuito, pouco afastado do primeiro, e marcharam em sentido contrário, indo finalmente até Mato Grosso, que percorreram de leste a oeste, em busca do território boliviano, que alcançaram na região de São Matias, a 2 de fevereiro de 1927.

Não se descuidou o governo, desde o primeiro instante, de perseguí-los para os aprisionar. Com êsse intuito moveu tropas em Mato Grosso e Goiás, e nos Estados do norte, grupando-as sob a forma de destacamentos rápidos e bem apercebidos.

Compreende-se, todavia, quão espinhosa era a missão que êle se propusera. As populações do interior recebiam os revolucionários

com simpatia e nada lhes recusavam, quiçá pelo temor de represálias, ao passo que para os legalistas tudo eram dificuldades. Enquanto aqueles manobravam em posição central numa área desmesurada, estes só com muitos embaraços podiam coordenar no tempo e no espaço seus movimentos centrípetos. Ademais disso os revolucionários tinham meios de esquivar-se aos recontros e desprender-se quando isso lhes aprotivesse, certos de que caminhando sem cessar seriam indestrutíveis, pois, como dizia um de seus chefes, o movimento para elles era symptoma indiscutível de vitória. A renúncia à continuação da luta não significava o abandono das idéias que elles haviam defendido, mas era indubitavelmente a demonstração palpitante de que tinham desaperado de alcançar desenlace feliz com auxílio das armas.

A internação dos últimos combatentes em território estrangeiro produziu, como era de esperar, grande satisfação ao governo, que agora podia gloriar-se de haver conseguido manter de pé o princípio do respeito à autoridade constituída.

O sentimento geral foi sem dúvida de júbilo pelo restabelecimento da paz. Todos percebiam que a desordem entravava o progresso do país em todos os ramos de sua actividade. Esperavam, porém, que a lição não ficasse perdida e que o próprio governo cuidasse de aproveitá-la, corrigindo os erros que houvesse praticado e empenhando os maiores esforços para restabelecer a verdadeira concórdia, levando para tal fim, sem a mínima hesitação, a necessária confiança ao espirito dos que se haviam sublevado.

Desventuradamente as paixões políticas tinham raízes profundas em ambos os campos, de sorte que talvez não fôsse exequível obter com rapidez tão elevados objectivos. Sem embargo houve políticos de grande visão, que logo se mostraram partidários da concessão de uma amnistia. A medida foi lembrada por homens do Rio Grande do Sul. Melhor do que ninguém, sabiam os gaúchos, por experiência própria, quão desfavorável lhes era a presença de revolucionários exilados nas terras estrangeiras da sua periferia. A só ameaça ou possibilidade de invasão tirava ao labor normal de seus filhos a serenidade indispensável para que se tornasse produtivo.

## GOVERNO DO DR. WASHINGTON LUIS

Quando o Dr. Washington Luis ascendeu ao poder, a situação do país era sem dúvida de tranquillidade, apesar da forte corrente de antipatia contra o Dr. Bernardes. O novo presidente foi recebido com demonstrações de alegria. A nação desejava ardentemente vê-lo man-



ter a ordem, reparar os erros, consolidar as finanças e prestigiar a justiça. O seu patriotismo, a sua energia e a sua honestidade apreciavam como sólidos alicerces das esperanças nêlo depositadas.

Que era preciso seguir novos rumos na política do país saltava aos olhos dos menos cientes em questões sociais. Havia demasiada compreensão do centro e verdadeiro desprezo pela vontade popular. O Poder Legislativo chegara a tal situação de descaso pelos seus deveres primordiais, que já não espantava a ninguém vê-lo passar o período das sessões vegetando na ociosidade ou dedicando-se a assuntos fúteis e votar por fim, nos últimos dias, tudo quanto o presidente dêle exigisse.

O Dr. Washington dedicou-se com afincio à questão financeira, pretendendo executar um plano que encontrou vários opugnadores. De acôrdo com êle, restringiu as despesas, e quase nada adquiriu para o Exército e a Marinha, apesar dos justos desejos destas duas instituições.

Nada obstante os erros porventura oriundos da sua solução do problema financeiro e de certos atos administrativos, é fora de dúvida que S. Excia. teria chegado ao fim do seu govêrno com relativa facilidade, poupando ao país um abalo excepcional, se não houvesse decidido intervir a todo o transe na indicação e eleição do seu substituto. Esta deliberação, revestida afinal dos caracteres de um verdadeiro capricho, acabou gerando a maior revolução que nunca se viu no Brasil.

Não lhe serviu de advertência o que já se tinha passado anteriormente com outros presidentes em idênticas situações. Não refletiu na gravidade excepcional do momento, quer no Brasil, quer no resto do mundo. Não compreendeu finalmente que a questão social se impõe com veemência nos dias que estamos vivendo, e que o melhor modo de resolvê-la é cuidando de manter a paz, pois só assim a solução definitiva promanará de uma evolução normal e não de uma agitação incoerente e perigosa.

Entre nós o problema ainda mais se agravava pela circunstância de não estarem extintos os ódios das derradeiras revoluções. Os derrotados e não anistiados guardavam de certo no fundo dalma um laivo de rancor e estariam prontos, à primeira voz, para de novo recorrer à violência.

Faltou ao Dr. Washington Luís o senso do estadista. Embora dotado de algumas qualidades de incontestável valor, deixou-se empolgar por sentimentos egoísticos, sempre funestos nessas oportunidades — acreditou que a violência equivalia à energia e que o fato de

o govêrno ceder denunciava fraqueza. Não se lembrou de que os homens são arrebatados pelas fatalidades humanas quando, ao invés de a elas se afeiçoar, procuram debalde resistir-lhes. E assim coube-lhe preparar o incêndio que o devorou.

No entanto bastava que se mantivesse sereno no seu pôsto, não favorecesse ou coibisse as violências feitas em seu nome ou com o seu apoio, e desse arras de que estava no firme propósito de guardar absoluta imparcialidade, para que o Brasil vencesse em perfeita calma aquêlê penoso lance. Com essa atitude de sua parte, bem como com a serenidade política dos chefes governistas, ter-se-ia afastado a tempestade; as modificações fatais em nosso estrutura constitucional e costumes políticos teriam brotado paulatinamente, sem apêlo à violência e, sobretudo, sem que ficássemos expostos aos inconvenientes de uma revolução, isto é, ao desencadeamento das paixões, à adoção de soluções políticas extremistas e inadequadas ao nosso meio e à nossa gente, e ao domínio momentâneo de certos aventureiros medíocres e gozadores, inevitáveis nessas crises, mas que depois da vitória cuidam sem demora de se aferrar às posições lucrativas e de realce.

Os sinais denunciadores de próxima revolução foram-se acentuando de dia para dia e atingiram caráter iniludível com o assassinato do Dr. João Pessoa, presidente da Paraíba. A pressão revolucionária do ambiente subiu de modo repentino e ameaçador. Parecia que uma faísca elétrica havia atravessado a atmosfera política. A vanguarda da Aliança Liberal, isto é, os Estados da Paraíba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, vibraram de indignação, numa perfeita e nunca vista consonância de sentimentos.

Tudo isso repercutia dentro do Exército. A nossa instituição embora entregue à sua faina habitual, sentia o avizinhar-se de um cataclismo, a que provavelmente não poderia subtrair-se.

Nesse período fui procurado por muitos camaradas que desejavam visivelmente trocar idéias comigo sôbre a situação. Aconselhei-lhes calma e respeito à ordem.

À medida que os acontecimentos se agravavam, crescia a inquietação dêles. Eu sentia que se me enfraqueciam os argumentos com que aspirava a convencê-los, tais os desatinos que o govêrno ia praticando, arrastado no torvelinho das paixões. Mas insistia na minha idéia. Isso — dizia-lhes eu — não impedia, antes reclamava que êles se conservassem atentos ao desenrolar dos fatos, para não serem colhidos de surpresa, e que apertassem os laços da camaradagem. Só a perfeita união nos facultaria atuar com sabedoria na direção conve-

niente e no momento oportuno. E' nessas horas de crise que se patenteia a vantagem da unidade de pensamento e de sentimento no seio das fôrças armadas.

---

Liberavam as coisas nesse pé, quando fui procurado uma noite em minha residência pelos Drs. Lindolfo Color e Sérgio de Oliveira, ex-deputados federais pelo Rio Grande do Sul. As minhas relações com o primeiro eram um tanto superficiais, mas ao segundo ligava-me velha e profunda amizade. A visita a que aludo foi solicitada telefonicamente pelo Dr. Sérgio de Oliveira.

Recebi-os em minha sala de visitas. Depois dos cumprimentos habituais, tomou a palavra o Dr. Color e disse em resumo o seguinte:

Vinha participar-me, em nome do Rio Grande do Sul, que dentro em breve a Aliança Liberal desencadearia uma revolução contra o Dr. Washington Luís. O país estava cansado das suas violências, do seu desrespeito à Constituição e do seu absoluto desprezo aos direitos dos brasileiros. Desiludidos de obter pelos meios pacíficos a supressão dessa tirania, ia recorrer a um meio extremo, como derradeiro recurso para recuperar a sua liberdade. Não vinha convidar-me para a revolução, nem eu era o homem a quem se dirigisse um convite dessa natureza. Vinha tão somente notificar-me o fato, pois sabia quais os meus sentimentos de estima pelo Rio Grande do Sul, onde eu residira alguns anos, e pelo seu partido republicano, em cujo seio contava amigos. A revolução tinha muitos adeptos na Capital Federal, inclusive no Exército, e contava com a ação deles no momento adequado.

Respondi agradecendo a prova de confiança que me davam naquele momento, a qual eu estava longe de esperar, e sobre que guardaria, como era de meu dever, o mais absoluto sigilo. Cumpria-me, porém, falar-lhes com tôda a franqueza.

Expendi então as minhas idéias com respeito aos movimentos revolucionários; para mim sempre entranhavam graves perigos. Confessei estar de acôrdo quanto às censuras dirigidas ao Dr. Washington Luís, sem dúvida o principal responsável pelo estado de inquietação e desconfiança em que nos encontravamos. Infelizmente êle enveredara por caminho escabroso e já causara grande males ao país. Mas uma revolução resolveria indubitavelmente o problema? Eu já havia assistido a algumas e notado que elas levam por vêzes além do objetivo almejado — como um pêndulo que ultrapassa a posição de equilíbrio — obrigando a um recuo posterior e a eliminação de elementos que não puderam ser afastados no período de demolição, mas

com os quais seria impossível reconstruir. Já vira até casos em que os revolucionários de boa fé e são patriotismo eram sacrificados com as primeiras vítimas desses aproveitadores. A situação apresentava de certo extrema gravidade, mas havia responsáveis secundários. Podiam todos os políticos, inclusive os do Rio Grande do Sul, provar com argumentos irrefutáveis, não haverem contribuído para ela? O próprio partido republicano desse Estado estaria a coberto de censuras? Não havia até bem pouco tempo apoiado o Dr. Washington? As minhas convicções, a minha meditação sobre os acontecimentos sociais do meu país e o meu entranhado amor ao Exército e a minha pátria, faziam de mim um legalista. Não pactuaria com levantes armados, entre outras razões porque sabia de longa experiência as devastações duradouras que eles ocasionavam no seio das forças armadas.

O Dr. Color replicou:

Seria inútil e descabido naquele momento discutir esses aspectos da questão. Quaisquer que fossem os erros cometidos pelos políticos da Aliança, já nada adiantava lembrá-los; o momento era de ação e propício para resgatá-los, se acaso houvessem existido. O país ia reagir para reconquistar a sua liberdade. Não se tratava de um levante, mas de uma revolução nacional. Era o Brasil inteiro que se ia erguer, de armas nas mãos, para derrubar os seus opressores e reentrar no caminho da legalidade.

Ainda discreteamos alguns momentos, cada qual no seu ponto de vista.

Afinal levantemo-nos. Já de pé, achei indispensável dizer mais o seguinte:

Não desejo que os Srs. saiam de minha casa levando a menor ilusão a meu respeito. Reitero quanto lhes declarei com absoluta lealdade. Sou contrário aos movimentos de rebelião contra a autoridade constituída. Se, porém, como os Srs. afirmam, em vez de um mero levante militar como os que já vimos nos últimos tempos, sobrevier uma revolução em todo o país, só lhes posso assegurar que não ficarei neutro, mas tomarei a atitude que o meu patriotismo me indicar.

E com estas palavras nos despedimos.

---

Os acontecimentos foram-se sucedendo com precipitação. Sobre o que breve teria de acontecer, já não poderia subsistir nenhuma dúvida no meu espírito.



Afinal chegou o dia 3 de outubro de 1930 e com êle o grande abalo nacional de que eu havia sido prevenido.

Avaliei desde o primeiro instante tôdas as dificuldades que o govêrno teria de superar.

O movimento insurreccional brotara em vários recantos do país, obedecendo sem dúvida a um plano de conjunto serenamente elaborado e que começava a ser pôsto em obra com ardor e decisão. Equivalia a um incêndio violento ateado em zonas longínquas e cujas labaredas caminhavam rapidamente, convergindo para a capital da República, no propósito iniludível de devorar o govêrno constituído.

Já sem simpatia na opinião pública, sobretudo por causa de sua attitude francamente parcial e das violências disfarçadas que havia praticado com Paraíba e Minas Gerais, no intuito de favorecer o seu candidato à presidência da República, achou-se o Dr. Washington Luís desamparado para uma célere e frutuosa resistência aos seus numerosos inimigos.

Houve disso vários sintomas. O mais eloquente foi a opposição tenaz das famílias à convocação dos reservistas da 1.<sup>a</sup> Região Militar. Ninguém desejava que seu filho vestisse uma farda e fôsse morrer na linha de frente por um homem francamente divorciado dos interesses coletivos. Não tendo simpatia pelo govêrno, não estando convencidos de que êle representava uma causa justa, senão que, ao revés, era o principal responsável pela revolução, como poderiam êsses pais resignar-se à idéia de ver seus entes queridos sacrificados numa luta cruenta aos caprichos de um presidente, sem dúvida digno e honesto, mas autoritário e desprevenido da mais leve visão política?

Ora, a vitória na guerra assenta particularmente nos fatores morais. Se a nação não na quer, se a consciência coletiva não na aprova, se paira em todos os lares a resistência ao conflito armado, embora mais ou menos dissimulada, pode-se logo prever ser impossível que as tropas permanentes logrem colher sôzinhas a vitória, pois todo o esforço militar nesses lances assenta na coletividade, de que essas tropas devem ser a expressão incontrastável em todos os sentidos.

Ninguém ousaria negar a falta de entusiasmo do Exército pela defesa do govêrno. Êle sentia-se cansado dos movimentos de rebeldia ocorridos nos últimos anos e sabia ser sempre a principal vítima no ajuste de contas; por isso desejava sinceramente que a ordem prevalecesse, levado inclusive dos sentimentos de classe, pois só assim poderia trabalhar e progredir; mas não nutria o mais leve entusiasmo pelo govêrno naquele transe, visto compreender que recaía sôbre êsse mesmo govêrno a maior parcela de responsabilidade pela situação em

que nos debatíamos. A história demonstrará no porvir que a maioria dos oficiais que se mantiveram leais ao governo, assim procederam por princípio e não por simpatia ou adesão à política governamental; esses camaradas deixaram-se sacrificar em holocausto a uma doutrina profissional e nunca a uma política ou a um homem.

Convém ainda salientar outra circunstância momentânea: a nossa instituição atravessava um período em que periclitava a sua coesão. O ministro da Guerra não soubera inspirar-lhe essa simpatia irresistível que consubstancia num chefe todo o sentir coletivo. Em meu humilde conceito faltou-lhe certo tato, indispensável no exercício de tão elevada função, e só ele lhe facultaria, sem fugir ao seu programa como ministro, manter vivaz o devotamento à autoridade. Vira-se isso nitidamente no seu desejo de fazer passar pela tropa certos oficiais que dela permaneciam afastados há muito tempo. A idéia era excelente e devia ser posta em prática, mas para isso convinha atuar com reflexão, levando na devida conta os interesses do ensino e dos Estados Maiores, e sem qualquer laivo de sentimento pessoal. Logo aí se geraram suspeitas de prevenções, hostis à comunhão de sentimentos que deve existir entre os quadros e o chefe supremo da instituição.

Não contesto que em geral os nossos ministros da guerra abandonam o posto deixando após si forte corrente de antipatias, formada particularmente por quantos se viram contrariados em suas pretensões. Mas, quando o ministro egresso foi de fato um bom ministro, cuidou realmente dos interesses do Exército e do país, e suas obras ficaram visíveis, materializadas, ninguém se atrave a desconhecê-las, todos as proclamam e até nelas se estribam para lhe perdoar certos erros, que acaso tenha cometido. Exemplo típico dessa verdade foi o ministro Dr. Pandiá Calógeras.

Infelizmente estou firmemente convencido de que o general Nestor Sezefredo dos Passos, apesar de suas qualidades pessoais, inclusive de sua honestidade e amor à profissão, não grangeou a simpatia da maior parte de seus camaradas, antes perdeu quase toda a confiança, que muitos nêle depositavam.

As notícias que vinham chegando, à medida que os dias passavam, eram cada vez mais desanimadoras para a estabilidade do governo. Depois de o Rio Grande do Sul se haver rebelado contra o presidente da República, o exército revolucionário nêle constituído movia-se em direção ao norte, a fim de cooperar com os correligionários de Santa Catarina e Paraná. Ao cabo de alguns dias, ninguém mais poderia duvidar de que esses três Estados, já convulsionados e dirigidos pela revolução, tomavam a ofensiva contra o Estado de São Paulo. Na região septentrional do país os governos, e com êles as situações do-

minantes, iam baqueando como um baralho de cartas dispostas em posição vertical e submetido a levíssimo sôpro. Minas Gerais inteira reagia com tal unidade e vigor, que imobilizava as unidades da 4.<sup>a</sup> Região Militar, empecendo-a de grupar-se previamente de modo racional para a luta a que a provocavam. No Estado do Rio de Janeiro era indiscutível a existência de fortes contingentes revolucionários.

A situação geral do país apresentava-se, pois, sob aspecto sombrio.

Teria o govêrno elementos suficientes para resistir às forças com que a revolução o ameaçava em várias direções?

Ser-lhe-ia ainda possível manobrar em posição central, resistindo em certos setores e concentrando o esforço principal no que lhe proporcionasse, em caso de vitória, as maiores vantagens táticas e estratégicas?

A falta de reservas para alimentar uma luta dessa amplitude, e de que jamais fôra teatro nosso país, estava patente aos espíritos menos observadores e abalisados. O govêrno limitou-se ao que lhe era dado fazer naquela emergência: deixou a 2.<sup>a</sup> Região e a 4.<sup>a</sup> quase entregues a si mesmas. Mais tarde tentou reforçar esta última com um destacamento tirado da 1.<sup>a</sup> Região. Começou a concentrá-lo em território mineiro, mas não pôde levar a cabo a sua idéia. Da tropa que o devia constituir, só dois batalhões chegaram à zona de reunião inicial e passaram logo, como refôrço, para a jurisdição da 4.<sup>a</sup> Região.

Entrementes persistia a inquietação de inúmeros camaradas do Exército. Alguns continuavam a procurar-me, sem dúvida desejosos de ouvir o meu parecer desapassionado. Eu refletia com êles sôbre os eventos que se estavam produzindo. Sem poder ocultar-lhes o meu estado de espírito, francamente apreensivo, aconselhava-lhes serenidade e a continuação, em vista das incertezas do porvir, do trabalho de coesão a que se tinham dedicado; ao mesmo tempo chamava-lhes a atenção para a necessidade de não participarem em rebeldias locais e desarticuladas, pois nada adiantariam e, provavelmente, agravariam ainda mais a situação.

Estavamos todos de acôrdo que à parte do exército não revoltada poderia tocar dentro em pouco papel relevante no desenlace dos acontecimentos. Se o govêrno não fôsse logo vencido, a secessão de alguns Estados seria fatal; três pelo menos — Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná — formariam um bloco homogêneo e resistente, capaz de enfrentar por longos meses, e até por anos sucessivos, as ofensivas governamentais. Talvez o norte também conseguisse manter-se lutando por dilatado período de tempo. Nessas condições nós,

que estávamos no foco central, ainda poderíamos ser úteis ao país, contribuindo para a sua volta à tranquilidade. Esta esperança de pacificação seduzia-nos a todos.

Convém referir que de há muito me parecia estranhável o procedimento dos nossos ministros militares, particularmente o do general Nestor.

Seria possível que não percebessem a gravidade da situação?

Por que então não usavam de franqueza com o presidente, advertindo-o dos perigos que o ameaçavam?

Essa atitude deveria ter sido a deles antes da abertura do conflito, mas depois dela tinha ainda mais cabimento.

Eu nutria a convicção de que, se êsses dois ministros houvessem sido francos com o Dr. Washington Luís logo que êle começou a empenhar-se a fundo na luta eleitoral, e se por fim, diante da sua resistência, houvessem provocado uma crise renunciando as respectivas pastas, o presidente, medindo a grandeza do abismo que se lhe abria sob os pés, teria porventura mudado de orientação. O grande mal proveio de êle acreditar, animado pela colaboração dos sobreditos ministros, que a força pública o apoiava incondicionalmente, que ela bastaria para sufocar a Nação, e que, por conseguinte, lhe dava inteira liberdade para executar os seus caprichos.

Dir-se-á: mas os ministros militares não viam o problema dessa maneira; achavam que o presidente tinha razão e por isso apoiaram-no até o fim.

A objecção é ponderável. Mas teria sido essa a determinante real do procedimento dêles? Então, foram ambos vítimas da falta de descortino.

O sucumbirem juntamente com seu chefe muito os enobrece, mas — repito — fica sempre a dúvida sobre se a tormenta não os colheu de surpresa, no tocante à sua amplidão e intensidade.

A mim me acudiu em certo momento a seguinte idéia: já que os ministros militares não eram francos com o presidente, o quadro de generais poderia sê-lo. Um dêles, em nome dos demais, poderia procurá-lo, abrir-lhe os olhos sobre a situação e fazer um apêlo decisivo ao seu patriotismo. De certo o processo era irregular, fora dos moldes da disciplina, mas a crise apresentava tal gravidade, que êsse mínimo seria tolerável desde que não houvesse ameaças, nem manifestos, e sim mera conversa amistosa e reservada. Se o presidente continuasse na sua cegueira, tôda a responsabilidade pelo que sobreviesse recairia sobre êle.



Durante êsse período, só conversei com um colega, o general João de Deus Mena Barreto, relativamente à situação. Saímos juntos da igreja da Candelária, depois de ouvir a missa por alma do general Wanderley. Por convite dêle, percorri um trecho do meu caminho de regresso à casa em seu automóvel. Chamei-lhe a atenção sôbre a gravidade do momento, a necessidade de estarmos prevenidos e os perigos que nos ameaçavam. O general ouviu-me, mas não se manifestou. Iam conosco no automóvel dois de seus filhos — o 1.<sup>o</sup> tenente Waldemar Mena Barreto e Paulo Emílio Mena Barreto — os quais de certo escutaram as minhas observações.

Oficiais meus amigos mantinham-se em ligação com o general Leite de Castro, que eu não via desde que deixara o Estado Maior e com quem só vim a conversar no palácio do Catete na noite de 24 de outubro. Soube assim qual o ponto de vista dêste camarada e êle, por seu lado, naturalmente, também ficou inteirado do meu.

Logo que o então coronel Klinger se pôs em contacto com o grupo que havia tomado a dianteira na coordenação dos elementos capazes de intervir futuramente na Capital Federal, em prol de uma pacificação tive disso conhecimento por oficiais amigos.

Mantive-me no meu ponto de vista, que todos conheciam, e que eu não tinha no momento razão nenhuma para modificar.

Devo todavia confessar, com a máxima lealdade que de há muito se vinha travando em minha alma uma grande luta.

Pouco a pouco fui-me convencendo de duas coisas:

1.<sup>o</sup>) de que o govêrno não poderia suplantar o movimento revolucionário, em vista sobretudo de sua extensão; faltavam-lhe para isso os elementos materiais e morais indispensáveis;

2.<sup>o</sup>) de que irromperia fatalmente na Capital Federal um movimento militar tendente à pacificação, o qual se traduziria pela deposição do Dr. Washington Luís.

Que deveria eu fazer? Que procedimento me ditava o meu patriotismo? Qual era, em suma, o meu dever?

E' claro que eu poderia isolar-me, permanecendo quieto onde me encontrasse. Assim procedendo, ficaria coerente com o princípio geral de respeito à autoridade, que eu havia adotado. Isso, porém, que seria uma satisfação para a minha vaidade, de nenhuma maneira me tranquilizava o espírito, antes se me afigurava um ato de covardia moral. A coragem não está na passividade egoística. A virtude sempre se traduz por um esforço sobre nós mesmos em favor de outrem.

Deveria apresentar-me ao govêrno para defendê-lo?

E' claro que não, em vista dos motivos já explanados. Sucumbir com êle seria tornar-me solidário com seus erros e negar ao país o direito de decidir por si mesmo dos seus destinos.

Se, porém, accedendo ao apêlo de camaradas, eu cooperasse na solução pacificadora, não ficaria em condições de prestar um pequeno serviço ao meu país e à minha classe?

Em vez de deixar que o sangue corresse e se completasse a dissociação de todo o Exército, não seria melhor poupar a sua grande fração ainda incólume e auxiliar a volta da paz, para que a revolução incontestavelmente vencedora, pudesse realizar calmamente o seu programa?

Eu não era positivamente um revolucionário, além do mais, em virtude de minha função social; sempre pregara em conversa com os amigos e publicamente, a necessidade de se evitarem as rebeliões. Com a experiência de que dispunha, não se me tornava difícil prever os inconvenientes que uma revolução em geral acarreia. Ela coordena todos os esforços demolidores que se lhe oferecem e depois vê-se obrigada a despendar largo tempo para afastar os maus elementos.

"A fatalidade das revoluções — escreveu Joaquim Nabuco — é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com êles é impossível governar".

Mas nada disso dependia de mim; os inconvenientes apontados seriam fatais, por constituírem o apanágio das revoluções vitoriosas.

Assaltava-me ainda esta reflexão: se a ação pacificadora fôsse conduzida por nós, generais, não seria mais fácil conservar a disciplina da tropa, manter a ordem social, coibir os abusos e evitar as vinditas pessoais num ambiente em que as paixões haviam chegado ao auge?

Deveria, por amor à vaidade, recusar êsse sacrifício às minhas convicções?

Seria admissível esquivar-me nesse lance, para que era solicitado, quando qualquer sacrifício de minha parte redundaria não em proveito meu, mas do meu país?

Volvi a imaginação para o passado. Revoquei à memória a proclamação da República. Soldado da monarquia, revoltei-me contra ela e ajudei, embora humildemente, a implantação do novo regime.

Que me inspirara nessa conjuntura?

Minhas idéias e meus sentimentos.

Embora muito moço (contava apenas 20 de idade), já meu espírito se deleitava na meditação dos problemas sociais. A instrução científica que a Escola Militar me proporcionava, sobretudo no domínio matemático, ensinara-me a Lógica e pusera-me em contacto mental com pensadores como Augusto Comte. A evolução humana me apaixenava, nas suas linhas fundamentais, como obedecendo a uma legislação especial traçada pela Sociologia. Atividade, inteligência e sentimento obedeciam a leis incontrastáveis.

Destarte tornei-me espontaneamente um abolicionista.

Não podia admitir, sob nenhum pretexto, a escravidão no meu país. Dei quanto estava em mim para que nos libertássemos dessa vergonha. Também se me arraigara no pensamento a convicção de que a monarquia era no Brasil um regime político transitório, que dentro em breve teria de desaparecer. Ajunte-se a estas representações mentais a influência moral e intelectual do meu incomparável mestre Benjamin Constant Botelho de Magalhães, e logo se descobrirá sob que aspecto promissor de grandes esperanças o porvir me atraía de longe.

A minha inexperiência levou-me ingenuamente a acreditar que novos *nomes* gerariam novas *coisas* e a prestar às acusações levantadas contra Dom Pedro II, e muitos de seus auxiliares, confiança maior do que na verdade mereciam. Porém tudo isso fugia para a penumbra; dominava, apenas, o meu entusiasmo sincero e o meu ardor social.

Fiz-me rebelde por amor do Brasil e na crença irredutível de que a supressão da monarquia não era fruto do capricho dos homens, senão que obedecia a uma sentença inapelável da evolução humana.

Para dar arras da minha sinceridade, nada aceitei da República. Eleito deputado à Constituinte, renunciei a honra, depois de reconhecido. Nomeado a contragosto, por Floriano Peixoto, intendente de obras da Municipalidade, exerci a função durante poucos meses, enquanto não a pude abandonar, e sem nunca haver tocado nos vencimentos municipais a que tinha direito. Protestei, com muitos outros camaradas, contra tudo quanto pudesse macular a pureza de nossas idéias. Associei-me sem hesitar aos que protestaram contra o aumento de sôldo e as promoções por serviços relevantes.

Apesar dos erros que a República cometeu por intermédio de políticos que não souberam servi-la, e da serenidade que meu espírito adquiriu prosseguindo na meditação dos fenómenos sociais, ainda não me arrependi um instante do meu procedimento a 15 de novembro de 1889.

Mas, a partir daí, nunca mais pratiquei nenhum ato que não fôsse tendente a prestigiar a legalidade. Fugi das agitações políticas

como quem foge de um dissolvente cativante e destruidor. Em cada caso particular sopesei as circunstâncias para me decidir e sempre adotei a solução que se me afigurava suscetível de causar os menores tropeços ao meu país. Julguei melhor não cooperar em levantes parciais, cuja finalidade fôsse entregá-lo aos militares, desviando-os da sua missão. Reconheci por vêzes a justeza de críticas feitas a erros do governo, mas que me pareciam sanáveis com o decorrer do tempo e sem apêlo à indisciplina das forças armadas. Resisti quanto pude a me deixar dominar por essa mentalidade de certos camaradas, que se julgam monopolizadores da verdade, tipos invejáveis de incomparável pureza, e predestinados a conduzir o país a melhores destinos. Conheci alguns sem nenhum amor à profissão e que se não cansavam de chamar *miseráveis* e *janizaros* aos que dêles divergiam, pensando conseguir mais facilmente o seu objetivo alçando-se sôbre os destroços da reputação dos camaradas.

Em 1930 o problema tomava outro aspecto para os militares: a agitação explodia em tôda a parte, pondo-os em face de uma verdadeira comoção ou revolução nacional como jamais tinham visto.

Minha consciência me bradava não ser justo que o Exército e a Marinha se aferrem à defesa de um governo que a Nação já não suporta, ajudando-o a impor-lhe a sua vontade. A força armada é servidora desta e não daquele.

Indubitavelmente grande dificuldade se antolha aos militares na percepção do momento decisivo em que se devem recusar a servir como instrumento de opressão. Não lhes é possível passar a vida fiscalizando os atos dos diferentes poderes, nem isso seria compatível com os seus deveres. Só lhes resta, pois, buscar inspirações, quando necessário, nos seus sentimentos mais nobres e na sua cultura. E' assim pelo menos que tenho procedido e sempre procederei. Meu lema é o verso de Domingos de Magalhães que lhe exorna a sepultura:

*"Nada por mim, por minha Pátria tudo"*

Estou sem dúvida exposto a cometer erros, mas não por egoísmo. Santo Ambrósio, profundo conhecedor da alma humana, proclamou com sabedoria:

*E' a intenção que caracteriza as ações humanas e as valoriza.*

---

Tal era o meu estado de espírito quando, cêrca das 11 horas da manhã de 23 de outubro de 1930, se apresentou em minha casa o meu



camarada e amigo general João de Deus Mena Barreto, em companhia de seu filho Paulo Emílio Mena Barreto.

Vinha dizer-me, o que eu aliás sabia, já se acharem articulados todos os elementos necessários à pacificação do país mediante a deposição do presidente. Estava ao corrente de minhas idéias. Esperava, pois que eu me associasse ao movimento. Já contava com alguns generais. Mostrou-me uma intimação que deveria ser entregue ao Dr. Washington e uma espécie de ordem de operações para as tropas da guarnição.

Como era a primeira vez que êle me falava sôbre êste assunto, e apesar do que me havia dito, achei indispensável explicar-lhe em resumo o meu ponto de vista. Declarei-me afinal pronto a dar êsse passo decisivo, na esperança de ser útil ao meu país e quaisquer que fôsses as consequências supervenientes. Já que o movimento explodiria fatalmente, mesmo que nós, generais, não o capitaneássemos, eu achava conveniente que lhe tomassemos a direção, pois destarte haveria maior segurança da disciplina e da ordem pública. Afirmei que caso êle fôsse vitorioso, assumia o compromisso formal de não aceitar nenhum pôsto fora da profissão, entre outras razões de pêso, porque não desejava que a nomeação para êle pudesse ser interpretada como recompensa da minha insignificante colaboração. Ponderei ser de vantagem enterdermo-nos com todos os generais antes do ato de rebeldia. O general Mena Barreto pediu-me que me encarregasse dessa tarefa. Prometi conversar sem demora com os demais colegas nesse sentido. Opinei depois que convinha dar outra redação ao documento destinado ao presidente. Achava que, ao invés de intimá-lo logo, seria preferível fazer um apêlo aos seus sentimentos patrióticos para que abandonasse o seu pôsto. O general Mena Barreto concordou. Autorizou-me a introduzir no texto a alteração lembrada. O novo documento poderia ser entregue mais tarde a seu filho Paulo Emílio, que nos ouvia, e que iria esperar-me no café da esquina da Avenida Rio Branco com a rua da Assembléia. Expendi a seguir algumas reflexões oportunas sôbre a ordem de operações. Em vez de uma atitude passiva, teríamos fatalmente de cobrar com energia e rapidez; sem isso o govêrno não se submeteria e nos arriscávamos a perder muito tempo. Em todo caso — ajuntei — a ordem pode ficar de pé, porque atuaremos de acôrdo com as circunstâncias.

Creio que a nossa entrevista durou cêrca de uma hora.

Depois que êle saiu, copiei o documento destinado ao presidente, fazendo-lhe a alteração que havia sugerido, e dirigi-me à Avenida Rio Branco, onde o entreguei ao Sr. Paulo Emílio Mena Barreto, no local convencionado.

Encaminhei-me em seguida para o Estado Maior do Exército. Passei ali parte da tarde na 5.<sup>a</sup> Seção, aonde costumava ir com frequência, a fim de consultar livros na biblioteca, ou examinar cartas da mapoteca, utilizáveis na História da Guerra do Paraguai, que eu estava escrevendo.

De acôrdo com o que eu havia prometido, fui logo procurar o meu particular amigo general Alexandre Leal, chefe dessa repartição. Antes mesmo que eu abordasse francamente o assunto e só desconfiado dêle, tomou êsse camarada uma attitude decisiva, afirmando que estava ao lado do govêrno, que aí permaneceria e que eu não lhe contasse nenhum segredo, pois iria sem detença revelá-la a quem de direito.

Ainda me avistei com os generais Teles e Aranha. Aquêles estava francamente solidário com o movimento; êste, apesar da rápida conversa que entretivemos, deu-me a impressão de compartilhar das mesmas idéias.

Conversei com dois outros generais de brigada. Ambos me declararam achar justificado o movimento, em vista dos erros do govêrno, mas acrescentaram que não abandonariam as suas funções por lealdade para com os seus respectivos chefes (Malan e Vasconcelos).

Nesse dia só pude ver um general de divisão, o meu velho amigo e distinto camarada general Azeredo Coutinho, comandante da 1.<sup>a</sup> Divisão. Para isso tive de procurá-lo em sua residência, a que se recolhera a fim de repousar durante alguns momentos. Êle ouviu as coisas gerais e resumidas que lhe disse rapidamente, e depois declarou, com aquela nobreza que lhe é peculiar, compreender perfeitamente a situação; seu dever, porém, era conservar-se leal à autoridade que lhe havia confiado um elevado pôsto de comando. Sabia o destino que o aguardava, mas não se desviaria da sua rota.

Recolhi-me à casa já um pouco tarde, decidido a prosseguir os meus trabalhos no dia seguinte.

Nessa mesma noite de 23 de outubro, recebi a visita de um camarada e amigo, que me procurou com o intuito visível de orientar-se. Pouco conversamos.

Depois das 10 horas, quando ia recolher-me ao leito, bateu-me à porta o meu amigo Benjamin Rangel. Viera, em um automóvel de sua propriedade, dizer-me que o general Mena Barreto já estava no Forte de Copacabana e ali me esperava.

Tive certa surpresa com essa noticia, pois contava com uma demora de, pelo menos, 24 horas para realizar o que tinha combinado, e

achava por outro lado não ser o Forte de Copacabana o lugar mais adequado naquele momento para a instalação de um Pôsto de Comando. Mas refleti que, se o general Mena Barreto havia precipitado o movimento, baseara-se de certo em razões de grande pêsso. Não hesitei, pois, em ir-lhe ao encontro. Disse a Benjamin Rangel que iria fardar-me e estaria pronto dentro de alguns minutos. Êle respondeu que os aproveitaria para desempenhar outra missão e depois regressaria para levar-me ao Forte. Veio de fato. Trazia consigo os maiores Francisco Gil Castelo Branco e Valentim Benício da Silva.

Encaminhamo-nos cautelosamente para o dito Forte, percorrendo ruas afastadas da praia (1).

Conversei com o general Mena Barreto, que me explicou não ter sido possível demorar por mais tempo a eclosão do movimento, e que êste já estava em execução, de acôrdo com a ordem que me havia mostrado na véspera. Acrescentou que me competia dirigir tudo, sem dúvida (se não pensava em outras razões) por ser eu general de divisão mais antigo do que êle. Mostrei-lhe a desnecessidade disso; a operação iria ter um desfecho rápido, qualquer que êle fôsse, e, como nos encontravamos ao lado um do outro, poderíamos proceder sempre de perfeito acôrdo.

A guarnição do Forte desenvolveu grande atividade com o intuito de prepará-lo para os próximos acontecimentos. Seu comandante, capitão Pradel, e os oficiais que o secundavam, dentre os quais cumpre salientar o 1.<sup>o</sup> tenente Orlando Rangel pelos esforços e pelo ardor que desenvolveu em tôda a fase preliminar do movimento, multiplicaram-se para atender ao serviço e aos vários camaradas que vinham chegando com o fito de se associar à defesa da posição. O comandante do setor, coronel Manuel Correia do Lago, mantinha-se em seu pôsto, também providenciando, e guardava contacto conosco.

Tomaram-se medidas para a defesa aproximada do Forte, a vigiância dos dois tuneis que dão acesso à praia de Copacabana e a ação harmônica com o Forte do Vigia.

O major Francisco Gil Castelo Branco ficou ao nosso lado, exercendo as funções de chefe do Estado Maior enquanto não chegasse o coronel Klinger.

O major Valentim Benício foi ao Ministério da Guerra em busca de informações. Regressou com a notícia de que já ali se sabia do levante.

---

(1) Não consultei o relógio. Paulo Emilio Mena Barreto informa que cheguei às 11 horas e 42 minutos da noite.

O 1.º tenente Tamoio foi encarregado de estabelecer ligação com o 3.º R. I.

Ao amanhecer, informou-me o coronel Correia do Lago que obtivera ligação telefônica com o general João Gomes Ribeiro. Aproveitei-a. Falei com êsse general; expliquei-lhe o intuito do movimento e fiz um apêlo ao seu patriotismo. Depois procedi da mesma forma e nas mesmas condições com o general Azevedo Costa, então comandante da 4.ª Região Militar.

Em momento que não posso precisar bem, o capitão Peri Bevilacqua, que chegara ao Forte depois de mim, disse-me achar conveniente dar-lhe eu uma cópia da intimação que escrevera na véspera e entregara pessoalmente ao Sr. Paulo Emílio Mena Barreto na Avenida Central, conforme havia combinado em minha casa com o general Mena Barreto. Embora me parecesse não ser isso necessário, reproduzi de memória o documento e é o que apareceu na Imprensa como tendo sido firmado no Forte de Copacabana.

Cêrca das oito e meia da manhã, apresentou-se no Forte o 1.º tenente Paiva Chaves. Vinha comunicar, da parte do general Alfredo Malan d'Angrogne, que êste camarada estava pronto a colaborar conosco. Decidiu-se que êle fôsse assumir o comando do 3.º R. I. e da Fortaleza de São João.

O general Malan cumpriu essa determinação. Dirigiu-se ao 3.º R. I. e assumiu o seu pôsto. Encarregou o coronel José Pessoa de pôr-se à testa do grupamento formado por essa unidade e os numerosos civis que a ela se tinham agregado. Depois foi à Fortaleza de São João. A seguir encaminhou-se para o Forte de Copacabana, onde conferenciou comigo e com o general Mena Barreto, regressando sem demora para junto das tropas cuja direção lhe havia sido confiada. Recebeu a missão de marchar para o palácio Guanabara e de ocupá-lo.

Às 9 horas da manhã, deu-se a salva prevista. Mais tarde um avião deslisou baixo sôbre o Forte e deixou cair uma mensagem com boas notícias sôbre a situação na Vila Militar.

Lembrei-me de que seria conveniente informar o Dr. Getúlio Vargas, chefe da revolução, dos acontecimentos que se estavam desenrolando na capital. Pedi ao major Castelo Branco que fôsse em busca do Dr. Thompson Flores, meu vizinho, que eu sabia manter boas relações com o Dr. Getúlio e a quem eu não prevenira de minha atitude, e o trouxe à minha presença, o que êle fêz. Encontrou-o em casa do general Andrade Neves e trouxe-o consigo ao Forte, onde conversamos ligeiramente, explicando-lhe eu os fatos ocorridos e a



vantagem de ser o Dr. Getúlio informado sem demora do passo que havíamos dado.

O tempo corria sem que o percebêssemos.

Apresentou-se no Forte o capitão Aristóteles de Lima Câmara e preveniu-nos de que a cidade estava sendo saqueada e os jornais governistas incendiados. A seguir apareceu num automóvel um grupo de oficiais. Dois pertenciam à Polícia Militar; o mais graduado era o major Artur Soares. Vinham participar-nos, da parte do general Arlindo, comandante da referida Polícia, que esta aderira ao Exército e por isso não o hostilizaria.

Em vista da urgência de manter a ordem na cidade, resolvemos — eu e o general Mena Barreto — dirigir-nos para lá; destarte também ficaríamos mais perto do general Malan e poderíamos seguir melhor a operação que êle devia estar executando.

---

Deixamos o Forte em um automóvel, levando conosco o major Castelo Branco e o capitão João Carlos Barreto.

Alcançamos rapidamente o comêço da praia de Botafogo.

Achamo-la literalmente apinhada de tropa e de povo. Era difficilimo romper pela multidão. Reinava confusão e vozerio indescritíveis. O 3.º R. I., em marcha para o palácio Guanabara, desaparecia no meio de paisanos armados com fusis dessa unidade, e de curiosos que o envolviam e lhe embaraçavam os movimentos. Era de desanimar aquela balbúrdia! Com semelhante mole de povo seria impossível qualquer ação militar eficiente.

Vencendo grandes dificuldades, logramos chegar à esquina da rua Farani. Ali apeamo-nos e pusemo-nos em contacto com o general Malan. Perguntamos-lhe qual a situação no Guanabara. Respondeu-nos que esperava as comunicações de um agente de ligação ou, melhor, de um observador que para lá enviara. Contou que, recorrendo ao aparelho telefônico de uma casa da praia, buscara falar com o Guanabara sem consegui-lo. Entrei na referida casa e fiz nova tentativa com o mesmo infrutuoso resultado.

Achamos indispensável e urgente pôr ordem na tropa e nos civis, sobretudo no 3.º R. I., cuja testa do grosso já havia atingido o mesmo ponto em que nos encontravamos.

O coronel José Pessoa, que vinha com essa unidade, não poupou esforços nesse sentido. Urgia disprender o regimento, única unidade

regular de que dispunhamos no local, apertar-lhes os laços táticos e tê-lo pronto para enfrentar qualquer situação por mais grave que fôsse.

Entretanto continuavamos na ignorância do que se passava no Guanabara. O agente de ligação não regressava.

Compenetrado da situação militar e apreciando-a com a devida calma, achei que não devíamos penetrar às cegas pela rua Farani (em coluna de marcha e escoltados nos flancos por civis, que formavam uma massa inquieta) sem saber com antecipação o que adiante se nos depararia. Algumas metralhadoras postadas na rua, do lado de fora do gradil do Guanabara, seriam suficientes para pulverisar a coluna atacante, se ela atuasse contrariamente aos preceitos da arte. Mas o tempo escoava inflexível. A multidão bramia. Tornava-se quase impossível comandar.

Por que não voltava o agente de ligação do general Malan?

Hoje sabemos-lo bem. Esse agente era o tenente Paiva Chaves, que fizera do lado de fora do palácio, isto é, na rua, todo o esforço possível para que lhe abrissem um dos portões do gradil, a fim de conhecer a situação no interior, sem todavia nada conseguir.

Nessa fase achou o general Malan que não devia esperar mais para cumprir a sua missão e avançou com o 3.<sup>o</sup> R. I., sob a direção do coronel Pessoa, unidade a cuja frente eu e o general Mena Barreto também nos colocamos.

Assim, em forma de torrente humana, embora com velocidade cautelosa, percorremos a rua Farani, e, passada a curva que a liga à rua Pinheiro Machado, acercamo-nos do palácio Guanabara.

Vimos de longe grande ajuntamento de povo em frente dele. Aproximamo-nos. Fizemos ligeiro alto. Os portões estavam fechados. Prosseguimos. O coronel Araripe de Faria, que me acompanhava, adiantou-se e foi até um dos portões — o mais vizinho do corpo da guarda do palácio. Afinal chegamos até lá no momento em que êle se abria para dar-nos passagem. Enfrentei-me logo com o tenente-coronel Carlos Reis, que comandava a força de polícia encarregada da defesa da residência do presidente e que nos recebeu com vivas demonstrações de confraternização. Penetramos no jardim. Estava repleto de tropa. Dirigimo-nos à entrada do edifício, no seu flanco direito. Subimos a escada principal. Em cima buscamos pôr-nos em contacto com o general Teixeira de Freitas, chefe do Estado Maior do Presidente. Disse-lhe que desejávamos falar pessoalmente, e com a máxima urgência, ao Dr. Washington Luís. O general pediu-

nos que esperassemos um instante enquanto êle ia procurar satisfazer o nosso desejo. Ficamos assim algum tempo, de pé, na área de que a escada se desprende. Os indivíduos que ali se encontravam sem dúvida amigos do presidente, cravavam-nos olhares de animosidade. Duas ou três vêzes voltou o general Teixeira de Freitas e, sempre que lhe perguntávamos pelo presidente, respondia-nos que tivéssemos paciência e esperassemos um pouquinho. Começamos assim a impacientar-nos. Por que não acedia o presidente a receber-nos? Tomamos então a deliberação de penetrar na 1.<sup>a</sup> sala, onde nos pareceu que funcionava a secretaria; depois passamos para uma segunda sala ou antes corredor, em que havia um canapé. A situação continuava inutável. O general Mena Barreto e o general Malan resolveram sentar-se. Fiquei de pé. Afinal, fatigados de esperar e vendo que não lograriamos avistar-nos com o presidente pelas normas da boa educação, concedei os dois companheiros a entrar sem mais delongas. E assim fizemos. Passamos afoitamente a uma sala contígua, onde havia alguns cavalheiros, e depois a outra. Ali o presidente se nos deparou de pé, ladeado de seus ministros. Aproximamo-nos dêle.

Quem me conhece de perto e sabe o meu amor à profissão, o meu culto à disciplina e o meu apêgo à ordem, pode avaliar a batalha que se travou em minha alma naqueles poucos instantes em que nos defrontamos com o Dr. Washington Luís. Precisei de reunir tôdas as minhas energias e de inspirar-me no desejo exclusivo de ser útil à minha Pátria e à minha classe, sem o mínimo laivo de ambição. Presenti logo o amargor do ódio que me votariam todos quantos se julgassem contrariados em seus interêsses ou paixões políticas.

Como eu acreditava que o presidente já tivesse recebido o nosso apêlo e como, por outro lado, julgava inconveniente e positivamente inútil qualquer discussão naquele lance, resolvi limitar-me a poucas palavras.

Disse-lhe que êle de certo compreenderia o nosso pesar de sermos obrigados a assumir aquela atitude, mas que ela nos era imposta pelo nosso patriotismo. E acrescentei que naquele momento só uma coisa me preocupava: a vida dêle.

A isso o Dr. Washington replicou com altivez e dignidade: *pois é a única coisa que me não preocupa.*

Compreendi de relance o seu estado de espírito em face do que estava ocorrendo e às dificuldades com que teríamos de lutar para afastá-lo de palácio.

Repliquei por minha vez: *Se V. Excia. não quizer submeter-se, ficará responsável pelo que lhe succeder.*

A seguir abandonamos a sala e fomos para a parte térrea do edifício.

A situação tomava um aspecto que não esperavamos.

Que devíamos fazer em vista da recusa do Dr. Washington em submeter-se?

O movimento estava vitorioso e o presidente despojado do seu cargo. Mas como afastá-lo dali se elle não consentia em obedecer-nos? Arrancando-o pela força? Arrastando-o contra a sua vontade? Porém é óbvio que isso iria ocasionar um verdadeiro tumulto. Dada a excitação dominante no momento e a multidão heterogênia que havia no jardim, quem poderia impedir que a notícia da resistência do presidente e o seu afastamento pela violência não aumentassem as paixões e desencadeassem agressões materiais a elle, às quais não poderíamos pôr freio? Um tiro isolado bastaria para desencadear um conflito, cujas proporções e desenlace ninguém poderia prever naquela atmosfera esaldante de hostilidade ao Dr. Washington Luís.

Ora, a conservação da vida do presidente, a sua saída de palácio com tôdas as garantias, constituíam para nós questão capital. O movimento da guarnição do Rio só tinha como escôpo a pacificação e nunca a vingança ou o desejo de conquistar proventos materiais. Nessas condições tínhamos de examinar a situação com serenidade e buscar-lhe uma solução rápida no sentido de nossas idéias. Nada havia, porém, mais difícil do que isso naquela conjuntura. O jardim de palácio fôra invadido por uma multidão. Dispunhamos sem dúvida de tropas do Exército e de polícia, mas ao lado delas estavam inúmeros civis, a maioria, se não todos, armados com armas de guerra. Sem obedecer a nenhuma ordem, nem guardar nenhuma formatura, andavam de um lado para outro na inquietação que um drama dêsse sempre desperta. Cercavam-nos curiosos de ouvir-nos e destarte não nos deixavam deliberar isolados. Quando íamos para uma sala, a fim de conversar, éramos seguidos de grupos, que logo enchiam o local. Houve um momento em que um grupo numeroso de populares logrou transpor um dos portões do gradil externo e penetrar ameaçador no jardim. Vislumbramos que isso iria aumentar-nos as dificuldades. Eu e o general Mena Barreto corremos ao encontro do Dr. Mauricio de Lacerda, que avistamos à frente dêle e fizemos-lhe um apêlo para que todos regressassem ao exterior, a fim de evitar incidentes desagradáveis, capazes de macular o movimento, que ainda não havia alcançado o seu desfecho. O Dr. Mauricio de Lacerda atendeu-nos logo; falou ao grupo e conseguiu que fizessem meia volta.

A situação, conforme se vê, era extremamente dificultosa para nós, estávamos assediados de civis armados; alguns não seriam de certo



os mais nobres e calmos, mal disfarçavam a sua irritação pela demora. Se o 3.º Regimento não houvesse armado e trazido consigo toda essa gente, se tivéssemos ao nosso lado apenas a tropa regular, disporíamos de tempo e serenidade para deliberar.

Convencidos de que, antes de praticar qualquer violência, devíamos esgotar todos os meios de convencer o Dr. Washington Luís da necessidade de submeter-se, resolvemos recorrer a uma pessoa de seu séquito que nos parecia capaz de ter no momento influência real sobre elle. Lembramo-nos do Dr. Otávio Mangabeira, espírito culto e sereno, e colaborador leal do Dr. Washington. Eu e o general Malan logramos conversar com elle na parte interna do palácio, no corredor que circunda a área central. Expliquei-lhe o objetivo do movimento e o nosso desejo de evitar qualquer violência física ao presidente. S. Excia. prometeu-nos trabalhar para demovê-lo de sua obstinação, a toda a luz inadmissível naquele instante.

Mas o tempo passava eurgia uma solução.

Haviam-me dito que o Cardeal Dom Leme estava pronto a intervir em prol da pacificação, dando asilo em seu palácio ao Dr. Washington e permitindo que o dito palácio fôsse vigiado exteriormente pelo Exército.

A solução tinha grandes inconvenientes, mas também apresentava reais vantagens naquela emergência. Permitia retirar o Doutor Washington da sede do governo e dissolver aquela multidão. Dava-nos tempo para outras providências urgentes no centro da cidade, que convinha policiar.

Encarregamos o nosso camarada, marechal reformado Erasmo de Lima, de ir, em companhia do major Valentim Benício, ao palácio do cardeal e de pedir-lhe nos fizesse a fineza de vir ao Guanabara auxiliar-nos a vencer o embaraço que se nos deparava.

Sua eminência veio prestamente em companhia do marechal Erasmo e de monsenhor Costa Rêgo. Mas como trocar idéias no meio daquela assembléia popular? Fomos para uma sala do andar térreo, que logo se encheu de gente. Mesmo assim conversamos, bombardeados de apertes; houve um momento em que quase cheguei a desanimar. Entrementes eu havia refletido e chegado à conclusão de que a solução melhor e mais garantidora da pessoa do Dr. Washington, era guardá-lo numa fortaleza, se conseguíssemos levá-lo para lá sem violência. O coronel José Pessoa propugnou pública e ardentemente esta solução e mais a prisão de dois ministros: o da justiça e o da guerra. Não fôra para isso que o cardeal Dom Leme acudira ao nosso chamado; esperava levá-lo para o seu palácio. Porém, em vista do

espetáculo que contemplara, humana e generosamente, se declarou pronto a ir conversar com o Dr. Washington e tentar convencê-lo de que devia submeter-se à nossa decisão. Subiu e pouco tempo depois avisou-nos de estar êle decidido a recolher-se ao forte de Copacabana.

Subimos a escada principal e recebemos o ex-presidente quando êle saía para a área em que essa escada termina. Vimô-lo despedir-se de alguns companheiros. Descemos todos juntos, procurando nós dar ao ato tôda a calma e dignidade. Em baixo, S. Excia. entrou num automóvel, tendo à sua esquerda o cardeal Dom Leme; eu sentei-me na frente. Alguns oficiais subiram para os estribos.

Transpusemos o portão do gradil e seguimos pela rua Farani. Quando chegamos ao Forte de Copacabana e ali deixamos o presidente, já terminara o crepúsculo.

Voltei ao Guanabara. Providenciamos para que o ministro da Justiça e o da Guerra fôsssem recolhidos respectivamente ao quartel do 1.º Regimento de Cavalaria e à Fortaleza de São João. O primeiro seguiu acompanhado do general Pantaleão Teles Ferreira e o segundo do general Mena Barreto. Todos os outros colaboradores ou amigos do ex-presidente, que se haviam conservado a seu lado, retiraram-se livremente para suas residências.

Dei um pulo à minha casa a fim de tomar ligeira refeição, passara todo o dia sem comer; depois segui para o Catete, onde me juntei de novo com os generais Mena Barreto e Malan. Ali encontrei o general Leite de Castro.

Ocupamo-nos logo com algumas providências urgentes reclamadas pela situação.

A primeira era a constituição de um governo provisório no Rio, até a chegada do Dr. Getúlio Vargas. Assentou-se que seria uma Junta, que eu presidiria. Resignei-me a êste sacrifício depois de grande relutância. O general Mena Barreto seria meu companheiro, como representante do Exército. Quanto à Marinha, lembramo-nos do almirante Penido, a quem telefonei e prometeu vir logo e dar uma resposta verbal. Veio de fato sem demora. Declarou que, embora honrado com a escolha, achava não ser a sua pessoa a mais conveniente naquele momento. Indicou o almirante Isaías de Noronha, a quem telefonou logo, por pedido meu, e que de modo nenhum quis aceitar o cargo. Houve intervenção amistosa do general Mena Barreto para demovê-lo dessa decisão, mas sem resultado. Vendo que o tempo passava veloz, resolvi telefonar por minha vez. Disse ao almirante Isaías que a sua nomeação estava feita, que se tratava de função provisória, e que êle não poderia esquivar-se a êsse sacrifício, a que também não nos pudemos furtar.

Depois de penosa discussão, ficou assentado que o general Leite de Castro iria tomar conta, provisoriamente, da pasta da guerra, o general Malan do Estado Maior do Exército e o general Borba da 1.<sup>a</sup> Região Militar.

Organizamos a secretaria da Junta, que ficou constituída dêste modo: major Valentim Benício, capitães Peri Bevilaqua, José Bina Machado, Rafael Danton Teixeira e Inácio José Veríssimo, e o antigo funcionário de palácio major Augusto Barbosa Gonçalves. O capitão João Carlos Barreto servia-me de ajudante de ordens.

Para a chefia de polícia escolhemos o coronel Bertholdo Klinger.

Na mesma noite de 24 providenciamos para que houvesse um ministro do Exterior, não só por causa de nossas ligações com o estrangeiro, como ainda em vista do incidente ocorrido entre o navio alemão *Baden* e uma das nossas fortalezas, quando aquêlê tentava ganhar o alto mar.

Lembrei-me do Dr. Afrânio de Melo Franco, figura proeminente da campanha liberal, que eu sabia estar asilado na Legação do Peru. Pedi ao Dr. Nélson de Sena, então ao nosso lado no Catete, lhe telefonasse nesse sentido, o que êle fêz. O Dr. Afrânio chegou pouco depois. Comuniquei-lhe qual a colaboração que dêle solicitavamos.

O Dr. Afrânio foi à estação telegráfica do palácio e dali, segundo me disse, comunicou-se diretamente com seu filho, que se encontrava no Paraná, ao lado do Dr. Getúlio Vargas, e a quem noticiou os sucessos da Capital Federal.

Ainda na noite de 24 e depois no dia 25, tivemos de providenciar sôbre vários cargos, que não podiam ficar acéfalos. Escolhemos pessoas distintas para exercê-los provisoriamente. Os nomes de algumas nos foram lembrados por amigos ou camaradas. Nomeamos assim para a pasta da Fazenda o Dr. Agenor de Roure, para a da Agricultura, Indústria e Comércio o Dr. Paulo de Moraes Barros, para a das Relações Exteriores o Dr. Afrânio de Melo Franco, para a da Marinha o almirante Isaías de Noronha (nosso companheiro na Junta), e para o Banco do Brasil o Dr. José Joaquim Monteiro de Andrade. A direção dos telégrafos confiamo-la ao Dr. Conrado Miller de Campos e a da municipalidade do Distrito Federal ao Dr. Adolpho Bergamini.

Para exercer o cargo de ministro da Justiça pensei nos Doutores Ariosto Pinto e Levi Carneiro. Convidei-os a ambos, mas nenhum dêles quis aceitá-lo, apresentando razões que me pareceram dignas de acatamento.

O coronel Almério de Moura ficou incumbido, com outros oficiais, de exercer o comando militar do palácio.

---

Estivemos ocupadíssimos durante quase tôda a noite de 24 para 25 de outubro. Tínhamos de providenciar com urgência sôbre certas questões e eramos assediados por indivíduos que invadiam o palácio, inclusive jornalistas desejosos de entrevistar-nos. Logramos repousar apenas poucas horas. No dia 25 continuamos desde cedo nesse labor.

Nutríamos a crença de que os revolucionários, sobretudo os que marchavam sob a direção imediata do Dr. Getúlio Vargas, compreenderiam claramente as nossas intenções, que destarte não precisavam ser explicadas nesses primeiros momentos. A nossa preocupação absorvente era obter logo a cessação da luta. Para aí convergiam todos os nossos esforços.

Com êsse objetivo, telegrafamos, às 23 horas e 30 minutos de 24 de outubro, ao Dr. Getúlio Vargas e às demais frentes, nos seguintes termos:

“Tenho honra comunicar V. Excia. que, com a cooperação massa popular, classes armadas realizaram hoje, sem efusão de sangue, mudança alta administração país, no patriótico intuito pôr paradeiro à chacina que ameaçava desgraçar a família brasileira. Ex-presidente foi recolhido ao entardecer ao Forte de Copacabana, ex-ministro Justiça ao 1.º Regimento de Cavalaria e ex-ministro Guerra à Fortaleza de São João. Demais em liberdade. Junta provisória apela todos brasileiros suspendam imediatamente quaisquer hostilidades.

Saudações.

Pela Junta.

*General Tasso Fragoso”.*

Também telegrafei ao tenente coronel Góis Monteiro, Chefe do Estado Maior do Dr. Getúlio Vargas. Fi-lo assim:

“Comunico distinto camarada que movimento triunfou no Rio teve por objetivo principal evitar derramamento san-



gue brasileiro. Confio, pois, seu patriotismo immediata suspensão hostilidades.

Pela Junta Governativa

*General Tasso Fragoso*".

Mas, ao contrário do que esperavamos, apareceram logo os primeiros sintomas de que a nossa attitude não era comprehendida e nos tomavam como desejosos de agarrar-nos às posições, ou como organizadores de uma contra-revolução.

O ato espontâneo da guarnição do Rio, praticado sem prévia combinação com a Aliança Liberal, causou decepção a certos revolucionários, que esperavam atacar e vencer a capital do país. Êsses não occultaram o seu despeito e vingaram-se da Junta, enviando-lhe telegramas inamistosos, a que ela não deu resposta.

Nesse período creio ter havido muita gente que fez entendimentos, passou telegramas e atuou à revelia da Junta. Também se praticaram vários atos de que ela só veio a saber tempos depois.

Em vista dêsses primeiros indícios de desconfiança, que a Junta logo percebeu, dirigiu ela, na manhã de 25, êste telegrama *urgentíssimo* ao Dr. Getúlio Vargas:

"Tendo sido vitorioso movimento militar feito com alto ideal confraternização família brasileira e conservação unidade nacional, foi com imenso júbilo que levamos êsse fato ao conhecimento de V. Excia.

"As grandes dificuldades de ontem para assegurar ordem pública e apear com dignidade e acatamento anterior govêrno, impediram-nos informar pormenorizadamente Vossa Excia., cuja presença aqui é *urgentíssima*.

"Apelamos para V. Excia. a fim de que sejam immediatamente suspensas hostilidades que porventura ainda persistam.

Idêntica providência neste momento reiteramos fôrças federais em todo território nacional.

Afetuosas saudações.

*General Augusto Tasso Fragoso.*

*General Mena Barreto.*

*Almirante Isaias de Noronha*".

O Dr. Getúlio respondeu assim:

“Agradeço comunicação V. Excia. e reconheço objetivo patriótico determinaram forças federais Rio abreviando desfecho revolucionário. Desconhecendo, porém, propósitos Junta organizada Rio, que não esclarece se aceita princípios revolução brasileira, bem como solução já alvitrada (2), acho preferível V. Excia. mandar aqui emissário incumbido esclarecer e tratar situação um tanto confusa visto considerar no momento sem objeto minha ida aí. Isto é possível fazer brevidade por via aérea, havendo aqui campo aterrissagem. Não está em jogo unidade nacional, e confraternização família brasileira só depende aceitação integral programa revolucionário. Quanto à solução definitiva da situação militar, ficará subordinada à solução definitiva da situação política.

Atenciosas saudações.

*Getúlio Vargas.*

Diante desse telegrama e de outros que vinham chegando, inclusive das demais frentes, denunciadores da resistência à idéia da suspensão da luta por parte dos revolucionários, convenci-me de que a *suspeita de nossa ambição política* era uma realidade, e talvez por isso que o Dr. Getúlio não queria vir ao nosso encontro para lhe entregarmos o poder e dar-lhe explicações verbais. Refleti, porém, e achei natural que êle desejasse, antes de prosseguir para o norte, obter esclarecimentos mais precisos com respeito aos intuitos do movimento militar do Rio. Passei-lhe então êste telegrama:

“25 de outubro de 1930.

Minha colaboração no movimento da Capital Federal originou-se exclusivamente do desejo ardente ver terminada luta fratricida e conservação unidade nacional. Declarei preliminarmente nada aceitaria depois dela. Tal é ainda agora minha resolução inabalável. Meus esforços têm-se concentrado exclusivamente na manutenção da ordem e conservação aparelho governamental. Estou pronto, e foi sempre êste meu pensamento, a passar o govêrno a V. Excia. quando V. Excia. aqui se apresentar. Com êsse intuito solicitei

---

(2) Não sei qual seja. Refere-se à conversa com Melo Franco?

sua vinda. Nessa ocasião pensava dar explicações verbais da demora havida em nosso entendimento, pois sempre imaginei que V. Excia. não poderia ter dúvidas transitórias minha posição. Faço um derradeiro apêlo a V. Excência para que a luta termine sem demora nas demais frentes. As forças que aqui se sublevaram não se renderam, mas livremente, e fora da linha de batalha, resolveram recusar-se a entrar na peleja por amor do Brasil.

*General Augusto Tasso Fragoso.*

Embora assinado unicamente por mim, foi este despacho expedido de acordo com os meus dois outros companheiros de Junta.

Nossa posição ficou assim claramente definida.

Nesse mesmo dia 25, e depois de ter respondido ao Dr. Getúlio Vargas, recebi o seguinte telegrama do Dr. Oswaldo Aranha, então à testa do governo do Rio Grande do Sul:

“As forças nacionais estavam de posse de mais de metade nosso território e contavam com 2/3 da população brasileira, quando, correspondendo à expectativa do país e aos compromissos assumidos conosco, foi feito o movimento da Capital chefiado por V. Excia. 15 governadores da revolução estão em seus Estados e continuarão pondo em prática as medidas civis e militares necessárias.

Nesta emergência os demais, São Paulo, Bahia, Estado do Rio, estão invadidos por forças invencíveis, porque recebem a adesão das outras forças e das populações. Apenas a Capital e o Amazonas não estavam atingidos, aquela pela distância, este pelo terror e pela mentira oficiais. Forças nacionais compostas de mais de 70 unidades das 100 do exército brasileiro, acrescidas das forças policiais de 15 Estados e de um voluntariado que só no Rio Grande atinge a soma de cem mil marcham para seus objetivos. Tinhamos e temos recursos bélicos para lutar com superioridade contra qualquer força que se organize no país. Comanda nossas forças o presidente eleito do povo brasileiro. Somos a maioria.

“Não podemos ficar em meio do caminho. Não podemos faltar aos compromissos assumidos com a República. Não podemos entregar a bandeira que fez o milagre da revolução

nacional, o mais impressionante e grandioso pronunciamento cívico da nossa história.

“A V. Excia. com a Junta Governativa, assim como às classes armadas e às populações ainda não libertadas cabe não só o dever de não resistir senão o de incorporarem-se à insurreição geral dos brasileiros, cooperando com ela sem preconceitos, confiantes em que a grandeza do movimento não pode querer senão a felicidade da República, num regime de moralidade e justiça, em que todos os brasileiros terão iguais direitos com deveres iguais. Em nome da Nação Brasileira em armas e especialmente do Rio Grande do Sul, que represento, apelo para todos os chefes do movimento do Rio para que todos os brasileiros rendam-se com honra e orgulho à voz soberana da Pátria, que está na vontade e nas armas das forças nacionais.

Receba V. Excia. as homenagens da minha admiração.

*Oswaldo Aranha*”.

Respondi imediatamente nestes têrmos:

“Dr. Oswaldo Aranha.

Agradeço o telegrama de V. Excia. Peço permissão para respondê-lo com o que dirigi ao Dr. Getúlio Vargas e aqui reproduzo”.

E copiei o meu telegrama dêsse mesmo dia ao Dr. Getúlio, no qual defini o objetivo exclusivamente patriótico que norteava a Junta.

No dia 26 de outubro, às 14 horas e 58 minutos chegou-me a seguinte resposta urgente do Dr. Getúlio Vargas, enviada de Ponta Grossa:

“Nunca duvidei que V. Excia. demais membros Junta e elementos dirigiram movimento essa capital houvessem agido senão inspirados superiores e patrióticos impulsos, tenho mesmo por V. Excia. especial aprêço e admiração. Entretanto deve V. Excia. compreender que, havendo assumido compromissos sagrados sentido realizar programa revolução, precisava esclarecimentos prévios me permisssem verificar não existirem entre nós divergências de pontos de vista sôbre finalidade movimento.



Medidas militares ocupação São Paulo considerada indispensável Estado Maior revolucionário.

Julgo telegrama V. Excia. intimamente satisfatório e já foram expedidas ordens gerais cessação hostilidades.

Atenciosas saudações.

*Getúlio Vargas*”.

Além disso, e de acôrdo com a sugestão do Dr. Getúlio, resolvemos mandar ao seu encontro, no Paraná, um grupo de amigos, capaz de explicar-lhe, de viva voz, quanto ocorrera na Capital Federal e a nossa decisão irrevogável de passar-lhe o govêrno com a máxina rapidez.

Deliberamos isso na tarde de 25 de outubro. Aceitaram o nosso convite, e partiram a desempenhar essa comissão, o Dr. Ariosto Pinto, ex-deputado federal pelo Rio Grande do Sul, o coronel Coelho Neto, o tenente-coronel Lúcio Esteves e o capitão Carlos Flores de Paiva Chaves. Seguiram em avião da Companhia Condor ao amanhecer de 26, desceram em Paranaguá e foram de lá a Ponta Grossa em trem especial. Às 22 horas de 26 estavam nesta cidade e conversaram com o Dr. Getúlio Vargas.

---

A prisão do Dr. Washington Luís no Forte de Copacabana estava destinada, em meu humilde conceito, a criar grandes dificuldades à revolução.

Que se iria fazer dêle? Processá-lo? Mantê-lo encarcerado durante longo tempo?

Dêsse processo falavam muitos. Reclamavam-no como castigo indispensável. A revolução — diziam — era antes de tudo punitiva e por isso devia-se apurar a responsabilidade do ex-presidente e infligir-lhe o merecido castigo. Esta frase voava de boca em boca; repetiam-na até certos chefes. No meu conceito era unicamente a expressão verbal do ódio político momentâneo.

A que espécie de processo e a que pena sujeitar o Dr. Washington?

Seria difícil dizê-lo.

O seu crime era meramente político e o verdadeiro e maior castigo já lhe havia sido aplicado com a deposição. Instaurar um pro-

cesso, que certamente reclamaria tempo e destarte decorreria num ambiente de amortecimento de ódios e de crescente simpatia pela violência inútil, seria êrro que convinha evitar.

Por outro lado a prisão demorada não apresentava nenhuma vantagem; atraia a piedade das almas compadecidas e transformava-o em vítima imbele. Êrri-gi-o também em símbolo apropriado à arregimentação dos reacionários, justamente no período delicado da reconstrução política do país, em que havia premente necessidade de harmonia e serenidade.

A meu ver, o melhor seria desterrá-lo com a máxima brevidade. Achava haver indiscutível conveniência em que o Dr. Washington já não estivesse no Rio quando aqui chegasse o Dr. Getúlio Vargas; era um óbice a menos na execução da tarefa que iria pesar-lhe sôbre os hombros.

Não ousei, porém, tomar sozinho essa resolução. Coerente com o meu ponto de vista no tocante a revolução da Aliança Liberal, entendi que a Junta Pacificadora não tinha o direito de dar qualquer destino ao presidente deposto sem primeiro ouvir os chefes principais dessa Aliança. Também me acudiu a idé'a de ser possível que o Doutor Washington, com o seu espírito altivo e caprichoso, se recusasse a embarcar e preferisse enfrentar os seus inimigos vitoriosos.

Lembrei-me mandar sondá-lo sôbre êste particular. Chamei ao palácio do Catete, no dia 26 de outubro (se bem se recordo) o Doutor Otávio Mangabeira e pedi-lhe o obséquio de ir ao Forte de Copacabana e verificar, em conversa com o Dr. Washington Luís, se êle estava disposto a embarcar, quer dizer se não se opunha à resolução que eu imaginara, criando-nos uma situação idêntica à do dia 24 no Guanabara.

O Dr. Mangabeira satisfez gentilmente ao meu desejo. Esteve no Forte com autorização minha e trouxe-me a solução que eu desejava.

Em vista disso, no dia 28 de outubro, passei ao Dr. Getúlio e ao Dr. Olegário Maciel, presidente de Minas Gerais, êste telegrama:

*"Absolutamente confidencial"*

Dr. Getúlio Vargas.

Quartel General — Ponta Grossa — Paraná.

Sou de parecer que devemos permitir ao Dr. Washington Luís retirar-se para a Europa com a sua família.

Desejo saber urgentemente qual opinião de V. Excelsa sobre este ponto, embora esteja certo V. Excia. pense como eu, isto é, que nos cumpre pairar acima das paixões do momento, a fim de que o movimento nacional capitaneado pelo heróico e sempre generoso Rio Grande do Sul não se deslustre com atos possíveis de vindita individual, que a posteridade jamais nos perdoaria.

O Brasil foi sempre generoso com os seus governantes decaídos.

Não devemos esquecer as dificuldades criadas ao governo provisório da Argentina pela decisão de conservar no seu território o presidente Irigoyen.

Peço resposta urgente de V. Excia.

Saudações.

*Augusto Tasso Fragoso.*

(Idêntico ao Dr. Olegário Maciel).

Nunca obtive resposta dêsses telegramas.

Houve quem me criticasse acerbamente por esse meu ponto de vista, embora poucos houvessem tido dêle conhecimento. Acusaram-me de querer dar fuga ao Dr. Washington.

Não preciso defender-me perante as almas desapaixonadas, até porque a minha defesa fê-la o próprio Dr. Getúlio Vargas deportando pouco depois para a Europa o ex-presidente, aliás sem nenhuma palavra oficial esclarecedora e justificadora dessa medida, palavra que a Junta não se esqueceria de dar caso o seu alvitre houvesse sido aceito.

No dia 27 de outubro, chegou ao Rio o Dr. Oswaldo Aranha, vindo do Rio Grande do Sul, e procurou logo a Junta.

Nesse mesmo dia sobreveio um ato de indisciplina num dos batalhões da polícia, o qual causou grande alarma na cidade. Pensou-se até, no primeiro momento, que se tratava de uma contra-revolução. Eu me encontrava no Palácio do Catete quando me chegaram os primeiros e vagos informes do incidente. Tomei tôdas as providências necessárias, inclusive para resistir nêle, se porventura fôsse atacado. Mas dentro de pouco tempo a situação se esclareceu e a insignificante perturbação ficou reduzida às suas verdadeiras proporções.

Sem embargo, publicou a Junta êste boletim :

“Ao povo.

A Junta Governativa Provisória tem conhecimento de que elementos perniciosos à ordem social procuram infiltrar no meio operário idéias nocivas à paz pública.

A Junta previne à população de que se deve premunir contra os referidos inimigos da tranquillidade e segurança públicas e que fará punir severamente todos os que forem encontrados distribuindo manifestos sediciosos e todos os que atentarem contra os mantenedores da ordem e responsáveis pela paz pública.

As forças do Exército, Marinha, Polícia e Bombeiros, completamente fraternizadas na jornada de 24, mantêm-se firmes, ao lado da Junta para a defesa dos supremos interesses da Pátria.

A Junta apela para todos os bons brasileiros e para as classes acadêmicas no sentido de auxiliá-la a levar a cabo a obra difícil que lhe está confiada.

*Alerta, brasileiros patriotas!*

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1930.

*General Augusto Tasso Fragoso*

*General João de Deus Mena Barreto*

*C. Alm. Isaías de Noronha”.*

Ainda nesse mesmo dia 27, lançou a Junta êste manifesto :

“Ao Povo Brasileiro.

A Junta Governativa, depois de se haver pôsto em contacto com tôdas as forças revolucionárias triunfantes, pode fazer agora a seguinte declaração :

A vitória da revolução traz como consequência a dissolução do Congresso Nacional e a anistia, mas a Junta aguarda a chegada do Dr. Getúlio Vargas a esta capital a fim de serem expedidos os necessários atos.

As nomeações até agora feitas são as estritamente indispensáveis ao regular funcionamento dos serviços públicos e têm, tôdas elas, caráter interino.



Foram expedidas pela Junta e pelas forças revolucionárias do Sul e do Norte as ordens definitivas para a cessão das hostilidades e completa pacificação do País.

A Junta garantirá a ordem pública, a segurança nacional, a distribuição da justiça, o respeito aos trabalhos e a unidade nacional e procederá, para alcançar o seu objetivo, com a maior energia.

Ela aguarda unicamente a chegada do Dr. Getúlio Vargas para que se inicie a normalização definitiva do governo do país.

Capital Federal, 27 de outubro de 1937.

*General Augusto Tasso Fragoso*

*General João de Deus Mena Barreto*

*C. Alm. Isaías de Noronha”.*

Na manhã de 28, se me não falha a memória, reuni em uma das salas do 1.º andar do palácio do Catete os generais João de Deus Mena Barreto, Malan d'Angrogne, Borba, Leite de Castro, Pantaleão Teles e Andrade Neves, e o almirante Isaías de Noronha, bem como os civis Drs. Plínio Casado, Oswaldo Aranha e Lindolfo Color. Expliquei-lhes em poucas palavras a minha participação no movimento insurrecional operado no Rio de Janeiro. Conteí-lhes a visita que, pouco tempo antes de 3 de outubro de 1930, me haviam feito, em minha casa, os Drs. Lindolfo Color e Sérgio de Oliveira, para me participar a próxima eclosão de uma revolução promovida pela Aliança Liberal, a qual tinha muitos adeptos no Rio, inclusive no Exército. Esses adeptos, segundo o Dr. Color, não deixariam de manifestar-se no momento adequado. Narrei-lhes a conversa que tivemos. Embora não me houvesse convidado para a projetada revolução, julguei de meu dever dizer-lhes a minha opinião contrária a movimentos revolucionários. Ajuntei, porém, que, se se tratasse de um movimento geral do país, eu não ficaria neutro, senão que tomaria a atitude que o meu patriotismo me indicasse.

O Dr. Color confirmou com um movimento de cabeça a minha narrativa, que surpreendeu os meus camaradas militares, pois até aquêlê momento eu não havia revelado a ninguém nem a visita dos dois citados patrícios, nem o que nela se tinha passado.

Relatei depois como os fatos haviam ocorrido, as prevenções infundadas contra a Junta e a sua inquebrantável resolução de passar o governo ao Dr. Getúlio Vargas logo que êle chegasse ao Rio.

Na tarde desse mesmo dia, 28, um repórter do *Jornal do Comércio*, que eu conhecia pessoalmente, avisou-me por telefone estar sendo distribuída uma nota do coronel Klinger, chefe de polícia, a qual lhe parecia de extrema importância política. Como a Junta não havia tido dela conhecimento, providenciei para que ma trouxessem e mandei chamar o coronel Klinger.

Logo que a nota chegou, lêmo-la no Catete com surpresa. Era concebida nestes termos:

“Polariza no momento tôdas as atenções em tôrno da solução política em marcha a questão da organização do governo federal, questão da transformação iminente da Junta Governativa.

Como responsável pela segurança e tranquilidade, cabe-me contribuir para que não pululem versões sem base.

Senhor do pensamento que congrega as vontades dos dirigentes nas diversas frentes, declaro é destituída de qualquer consistência a balela de que a Junta Governativa será sumariamente substituída, que ela entregará as rédeas do governo ao Dr. Getúlio Vargas, cujos partidários, segundo tal invencionice, o considerariam como perfeitamente vencedor no último pleito eleitoral.

Dar-se-á então que a corrente guiada por S. Excelência viria tornar-se nada mais que conquistadora, dissimulando a conquista com a legalidade inexistente de uma eleição que essa mesma corrente desde sempre recusou reconhecer como lúmpida. Seria uma comédia e seria uma violência desnecessária, seria uma inabilidade, que destruiria de uma penada todo o longo e glorioso esforço de pacificação, que para completo êxito só aguarda e espera tôdas as seguranças de concórdia no país, para que se possa abordar o programa da reorganização nacional”.

Como se acaba de ver, essa nota do chefe de polícia punha em cheque o prestígio da Junta, pois anulava tudo quanto ela havia feito até então no sentido de entregar o governo ao chefe da revolução vitoriosa.

Quando o coronel Klinger chegou ao Catete, falei-lhe diante de várias pessoas, entre as quais se contavam o Dr. Afrânio de Melo Franco e Oswaldo Aranha. Pedi-lhe explicações do seu ato estranhável e inoportuno. O coronel Klinger não as deu satisfatórias. Disse-lhe então que a Junta iria contestar o que êle havia afirmado, embora evitando o mais possível desconsiderá-lo.

O Dr. Melo Franco redigiu logo, de combinação comigo, a nota abaixo transcrita, que foi dada à publicidade nesse mesmo dia e no dia seguinte. O coronel Klinger ouviu-lhe a leitura silencioso, sem nada objetar.

“A Junta Governativa Provisória, constituída para corresponder ao sentimento geral da Nação, amparada nas classes armadas, declara:

A nota publicada hoje por alguns jornais e expedida pelo coronel chefe de polícia, inspirada em superiores intuitos, visou exclusivamente tranquilizar o espírito da população.

Existe perfeita harmonia de vistas entre a Junta e tôdas as forças que cooperaram para a vitória do movimento nacional, pois que tôdas elas estiveram irmanadas na mesma comunhão de pensamentos e não tiveram em vista senão a libertação do país.

A Junta aguarda a chegada do Dr. Getúlio Vargas a esta capital, para transmitir-lhe o govêrno como chefe da revolução triunfante, disposta a colaborar com êle para o restabelecimento da legalidade e reorganização do Brasil, de acôrdo com a vontade popular. A vinda de forças revolucionárias de todos os setores da luta visa exclusivamente a confraternização de cada um e de todos em grande parada cívica no 42.<sup>o</sup> aniversário da proclamação da República”.

Na noite de 31 de outubro, chegou ao Rio o Dr. Getúlio, vindo de São Paulo pela Estrada de Ferro Central. Fomos esperá-lo na estação. Acompanhei-o pessoalmente, em automóvel, até o Catete, onde êle se hospedou. Tiveram incontestavelmente tôdas as características de júbilo desbordante e de simpatia as manifestações que recebeu, sobretudo no trajeto da Avenida Rio Branco.

Procurei-o no dia seguinte e expressei o nosso desejo de entregar-lhe o govêrno sem dilação. S. Excia. pediu que esperassemos mais alguns dias, a fim de lhe darmos tempo para repousar e tomar certas deliberações. Nossa conversa não foi longa. Tive a franqueza de dizer-lhe que não achava justo nem conveniente que êle assumisse a direção do país como presidente eleito, consoante o que desejavam alguns revolucionários. O Dr. Getúlio respondeu-me que essa atitude de sua parte ainda não estava decidida.

Combinada a entrega do govêrno para o dia 3 de novembro, aguardamo-la com ansiedade.

Na manhã dêsse dia li aos meus companheiros de Junta e ao general Leite de Castro as palavras que iria pronunciar, em nome da mesma Junta, por ocasião da passagem do govêrno. Todos se manifestaram de acôrdo com o que eu havia escrito; só o general Leite de Castro pediu que aos vocábulos *orgulho* e *vaidade* do primeiro parágrafo eu ajuntasse *prepotência*, ao que logo acedi.

Depois de ler o meu discurso no salão de honra do Catete e de ouvir a resposta do Dr. Getúlio Vargas, saí imediatamente do palácio e dirigi-me à minha residência, ansioso por voltar ao meu modesto ambiente habitual.

E' inexplicável o júbilo que me invadiu! Tive a impressão de que me escapara de um cárcere e ficara livre de gravíssima responsabilidade.

Só quem passou por crises dessa natureza pode compreender o verdadeiro estado d'alma de quem não se deixou levar pelos impulsos da ambição.

Vislumbrei desde o primeiro instante a fornalha em que me havia metido. E' no tumulto das paixões que as revoluções desencadeiam que se pode conhecer bem os homens. O egoismo de muitos irrompe sem freio, mostra como êles são na realidade e quais os verdadeiros motivos por que se alistaram entre os insurretos. E' inevitável lutar com êsses apaixonados para lhes anular ou, pelo menos, limitar as pretensões, o que não se alcança sem atritos e, por vêzes, sem lançar os germes de futuras inimizades. Ao lado dêsses, porém, vêem-se indivíduos nobres e desprendidos, cujo pensamento está voltado para a realização das idéias que sempre propugnaram. São os melhores colaboradores e os mais leais companheiros. Poderia citar exemplos, mas acho preferível silenciar.

Fiz muitos inimigos. Alguns antigos revolucionários, que já me detestavam pela circunstância de eu ter sido sempre legalista nas revoltas contra os govêrnos anteriores, e talvez desconfiados de que me inspirasse apenas a ambição, não quiseram sopitar o seu velho ódio.

Conforme já assinaliei, o ato da guarnição do Rio em 24 de outubro surpreendeu a muitos e causou a vários grande decepção.

Achando-se à frente de hostes numerosas, não pôde o chefe do Estado Maior do Dr. Getúlio Vargas renunciar sem mágua à idéia de conduzi-las, com o talento guerreiro de um Napoleão e mediante grandes batalhas, à conquista da Capital Federal. Todos os seus planos grandiosos ruíram por terra inesperadamente, e a glória, que prelibara, de atravessar as ruas dessa capital aclamado como César invencível esvaeceu-se, deixando-lhe nalma o laivo de um grande despeito, que êle não soube disfarçar em Ponta Grossa, quando ali chegaram os enviados da Junta Governativa. Daí a atitude hostil a esta Junta, ati-



tude que caracterizou os seus atos subsequentes. Nessa fúria de despeito e de ambição, não se pejou de insultar o velho Exército de que provinha.

Reintegrado em meu lar, entrei a observar os acontecimentos e a sôbre êles refletir com serenidade.

Confesso que me tornei melancólico e apreensivo.

E' empreendimento de extrema gravidade destruir a organização política de um Estado para a substituir por outra, sobretudo no período subsequente ao abalo revolucionário, quando ainda estão crepitantes as paixões da luta e na massa infrene dos vitoriosos não se operou a decantação necessária para que apenas sobrenadem os elementos moralmente capazes e eficientes. E esta obra de depuração é lenta, reclama energia, calma e perseverança. Ouve-se falar muito em *punições*, em *castigos merecidos* e no *direito* de retirar os adversários dos cargos rendosos que ocupavam para que os senhores do dia possam com êles locupletar-se.

Na revolução de 1930 o que mais me alarmou foi a mentalidade de certos revolucionários. Muitos militares e civis, remanescentes das últimas rebeldias, vinham do exílio em países do Prata e lá se haviam impregnado das idéias comunistas, que os agentes da Rússia soviética não se cansam de divulgar. Donde um estado de espírito propenso à destruição dos mais fortes laços sociais (políticos e religiosos), e ao desrespeito à subordinação hierárquica, em resumo, uma ânsia incoercível de gôzo e liberdade sem freio. Isso me aterrava. Certos fatos posteriores demonstraram os fundamentos das minhas preocupações. O que se passou no Exército é exemplo característico. Se não chegamos a ter os *comitês de soldados e marinheiros*, tivemos o domínio dos *tenentes*. O projeto, concebido por alguns dêstes, para afastar do exército ativo todos os generais como incompetentes e suspeitos, patenteia as convicções de que estavam possuídos. O gabinete do ministro da Guerra ofereceu em certo período o triste espetáculo de um centro de dissociação das forças armadas, inspirado por jovens oficiais que há muito delas se encontravam afastados. Está nisso a fonte das maiores dificuldades com que tem lutado a República Nova. Os outros males de que tem padecido nada são comparados aos provenientes das tentativas de implantação do comunismo, feitas por elementos civis e militares que a revolução acarreou na sua esteira e a que deu inexplicável prestígio, pelo menos nos primeiros tempos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1937.

---

NOTA — Os documentos comprovantes do presente depoimento acham-se arquivados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nas condições em que foram entregues pela família do ilustre general brasileiro.

# CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO

## O DIA PANAMERICANO

### O PANAMERICANISMO E A OBRA HISTÓRICA DE AFONSO TAUNAY

O CENTENÁRIO DO BACHARELADO EM LETRAS  
DE FERREIRA VIANA

FEIJÓ BITTENCOURT

O ano passado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro abriu as portas para as suas comemorações dedicando aquêlê dia ao panamericanismo. O mesmo faz êste ano. Não pode haver mais natural ilação que a existente entre a emancipação das Américas e uma instituição como esta destinada ao estudo da história nacional. De fato o espírito de independência das Américas é consequência do espírito de independência das nações americanas, e um completa o outro, um desabrocha do outro, procurando as nações que se libertaram resguardar unidas a independência de tôdas como garantia de cada uma. Mas desde o momento que cada uma se libertou, começou ela a escrever a sua verdadeira história que é a explicação da própria independência. Lembremo-nos, porém, de que a segurança da liberdade de todos há de ser o panamericanismo.

Tem usado da palavra nos dias em que de há muito anualmente se reúne êste sodalício para ouvir a respeito da famosa doutrina política americana, os nomes mais conceituados desta casa, e foram versados os temas mais significativos. Hoje ia falar o diplomata brasileiro e distinto membro do Instituto, Dr. Renato Mendonça, a quem um imprevisto e urgentes incumbências da sua carreira fizeram deixar o Brasil no dia 5 dêste mês de abril; é, para cumprir com a tradição de celebrar todo ano o pan-americanismo, que venho eu hoje dizer da sua expressão social.

Um dos grandes mestres do Direito Público insistiu em afirmar com a responsabilidade do seu nome que a liberdade consagrada na

América não era, como diziam muitos, fruto das doutrinas de Montesquieu ou Rousseau, e muito menos consequência dos ensinamentos de Locke aliás que, como inglês, devia influir nos americanos do Norte, por falarem a mesma língua.

Mas resultava ela das condições da sociedade que se foi formando na América do Norte.

Jorge Jellineck repudiou a interpretação dos franceses.

O assunto foi, com incomparável projeção, largamente debatido nos fins do século passado e comêço dêste, e os nomes de Boutmy, Paul Janet, como franceses e partidários de um direito filosófico deduzido pelo espírito generalizador e abstrato dos filósofos, se empenharam em dizer que aos filósofos se devia a carta de liberdade do homem, liberdade essa definitivamente defendida na Declaração de Direitos do Homem.

Mas o fato é que o modelo viera dos Estados Unidos, trazido por Lafayette que combatera ao lado dos americanos pela independência do país, e daí levar o diploma originário dos Estados Unidos, para ser o primeiro articulado constitucional que a França revolucionária votou.

Jellineck insistiu então em dizer que essa declaração de direitos era de formação histórica e proveniente da própria sociedade americana, da vida local na América, e da sua evolução.

A escola filosófica e a Escola Histórica do Direito cada qual defendeu assim os seus temas. Uma diz que a Declaração de Direitos era a conclusão de especulações e abstrações de filósofos; a outra assertou que ela se formara no seio da sociedade e aparecia como a expressão que ia tomando a vida do indivíduo com as condições especiais da localidade, através das fases históricas do lugar.

E Jellineck, explicando o tema da Escola Histórica no caso da Declaração de Direito, explanou:

— A América se tornara na periferia da civilização europeia, ela, com isto, se desafogava da pressão política do governo sôbre a sociedade, uma vez que êsse governo, instalado na Europa, ficava longe da América. A sociedade que se formava na Europa onde estava o poder político, chegava até a América onde a franja da tessitura social deixa cada fio solto da urdidura da Europa. Assim pode ver-se o que era cada um de per si. A sociedade que se forma na América respira livre de uma trama que ficou no além mar. O indivíduo se destaca, e, não aparecendo o enrêdo que o envolvia, a sociedade que se forma na América, modela então a carta da liberdade que é o escudo protetor que passou a ter o indivíduo afastado do absolutismo europeu.

Gente que veio colonizar a América, evadida do absolutismo europeu, é que definiu em termos jurídicos precisos a liberdade do indivíduo. Lafayette, levando para a Europa o primeiro diploma constitucional então votado pela Revolução Francesa, fizera que desde aí as constituições escritas incluíssem no seu texto a *Declaração de Direitos*.

Na América do Norte é que essa garantia tomara expressão definitiva, mas essa carta dos direitos do indivíduo era pois a lição que os Estados Unidos davam à Europa.

Os Estados Unidos eram a América do Norte; a lição que a América do Sul daria, era então outra. Versa a respeito da posse da terra pelas nações. A aquisição já se confere a título de direito de Direito. É o *uti possidetis* que a confere baseou-se na primeira pegada deixada no chão pelo homem que, utilizando-se assim dêle para a Civilização, desbrava-o. A iniciativa do indivíduo para explorar a região a que chega primeiro, já confere o direito sobre a terra, e, argumentando com essa prioridade, se dirimiram as lides entre as nações sul americanas.

O respeito à prioridade era o respeito que devia ter quem chegou depois já encontrando, a utilização começada. Era a obra feita, que não devia ser interrompida.

O título que se discutiu foi o de prioridade da ocupação; mas essa ocupação já era obra social. Na ampliação da sociedade, quer dizer, na sociedade, é que propriamente se encontravam, neste caso, as razões do direito sobre a terra. O fato do indivíduo se empregar na exploração econômica da terra, é que se respeitou: e não o feito das armas, como na Europa.

Quando mais tarde se discutiram, entre as nações de sangue espanhol e português, as raias de seus territórios, passaram êles a ser marcados por essas razões primeiras da exploração econômica da terra.

Quando Afonso d'Escragnoille Taunay prefaciou o seu *Ensaio da Carta Geral das Bandeiras Paulistas* pôde dizer que tudo representa “a ação conjunta dos homens de ferro que, ao patrimônio territorial da nossa pátria — valada para Oeste, pela linha tordesilhana — tão grandemente dilataram levando ao âmago do continente americano as lindes do domínio lusitano”.

Referindo-se Taunay a essa ação conjunta dos homens, a referência está feita ao fato social. Insistindo na iniciativa desses homens que levaram “ao âmago do continente americano as lindes do domí-



nio lusitano”, ainda mais clara se torna a causa social do Brasil a se ampliar.

A política da Europa era contrária a essa expansão social tal como se estava operando, e proibia que se dilatasse por terra a dentro as entradas dos desbravadores. Aumentou o território da colônia portuguesa a ocupação pelos que resolveram expandir as suas atividades desobedecendo a Portugal. Com isto o Brasil se forma a si mesmo. E’ obra dos que compõem a sociedade que se constitui por si. E’ obra social que alastra, impôs-se e acaba criando doutrina, firmando direito, estabelecendo razões próprias com que se há de dizer que a América deve ser para os americanos, porque ela já se formou sendo conquista de uma sociedade que se desenvolveu de modo próprio.

Mas o que Taunay historia a respeito dos “homens de ferro que levam ao âmago do continente americano as lindes do domínio lusitano”, é um feito estupendo.

Estupendo porque, nos que o praticaram, havia um sentimento que cabia a História mostrar que era de independência e de iniciativa individual, e que cr’ou pois as nações na América. E’ Taunay então a lembrar o que escreveu o abade Raynal, nome que ninguém desconhece. A razão da ironia dêsse francês, no caso, todos logo percebem. Em sua “Histoire Philosophique”, diz êle que após a morte do primeiro povoador, a ilha (de Santa Catarina) não foi mais que o refúgio de alguns vagabundos, que por toada reconheciam a autoridade de Portugal mas sem adotar suas idéias exclusivistas; recebiam indiferentemente os navios de tôdas as nações que iam ao Mar do sul ou às grandes Índias, e lhes adquiriam seus bois, seus frutos, seus legumes, tôdas as produções, em troca de armas, de aguardente, de penas etc”.

Está certo o que dizia o abade francês. Mas vagabundos que fôssem, nessa vagabundagem em que viviam aquêles a quem se refere Raynal, êles se diziam súditos de Portugal. Algo a mais havia na toada que repetiam. Razões suas tinham em se dizerem portugueses. Acobertavam com êsse título em que insistiam, um direito dêles, e era o de se mostrarem, naquela vagabundagem, independentes diante dos que com êles comerciavam, fôssem franceses, inglêses, ou musulmanos que se dissessem. Vendiam, aos que passavam de viagem para as Índias, a provisão com que seguiu caminho, e assim adquiriam panos, agasalho, armas com que se defenderem; para ficarem formando uma sociedade independente na América. Neste caso o título de súdito português era um título de independência ostentado na América diante das muitas nações européias, e com êsse título principiava uma independência com que a Europa não atinava, e que lhe parece uma

toada repetida por um rol de erradios. Mas o caso é que os primeiros povoadores do Brasil viveram à custa da iniciativa própria, o que lhes valia o mesmo que uma declaração de direitos individuais. Na América tudo então se adstringe à formação social, à espontaneidade e ampliação dessa formação; na Europa, em que as grandes massas de povos se chocaram, intercorreu pois, como principal, o fato político d'esses povos que se acometeram, e o social acompanha, os sucessos políticos, como acessório. Mas a formação social da América, em que por fim se definiu a independência do indivíduo na sociedade, é que lhe deu a expressão definitiva por ela hoje mantida no seio das nações, e, de certo modo, universalmente.

A grande obra de Taunay, "História Geral das Bandeiras Paulistas" em parte no primeiro volume, e plenamente no segundo, já é história social do Brasil, que começa pois no século XVI.

Nessa história há episódios significativos.

Em 1628 andava a afirmação de que não se sabia onde estava Raposo Tavares, em quem Portugal queria pôr a mão, por ter êle entrado o sertão a dentro contrariando ordens do governo português.

A proibição que fechava os sertões da América do Sul aos súditos portugueses, motivava mal estar. Em tôrno da ordem dada agitavam-se grandes interesses. As povoações originárias da Europa queriam as entradas que preavam índios para vendê-los escravos.

João Bodin cujas obras se celebrizaram como do maior publicista da época e capaz economista, anteviu que a descoberta da América era a recrudescência insopitável da escravidão no mundo, mesmo porque o branco ao se encontrar com o silvícola, não poderia atraí-lo ao seu sistema econômico de vida para querer integrá-lo nêle a força escravizando-o no serviço da terra.

A vida na América tornou-se então na violência do europeu para com os nativos: um a querer aprisionar e subjugar o outro que vivia liberto nas selvas se bastando a si mesmo.

A violência vinha com a sêde de lucro, e o lucro é que interessava a todos. A violência não respeitou mais ninguém. Criada a prelazia do Rio de Janeiro por Gregório XIII (Nara Taunay) não se pôde manter no cargo o primeiro prelado a quem os moradores do lugar constrangeram, combateram, repeliram por êle condenar e reprimir a deshumanidade de escravizar o aborígene para vendê-lo. Daí afastar-se do cargo um sacerdote austero que repelia a ganância, e daí candidatarem à posição um clérigo inescrupuloso, um *Arrevesa*

*toucinho*, cuja corrupção interessada no dinheiro o alcunha que lhe deram, já indicava: é que o dinamismo do povo já abria caminho para tudo.

A multidão, que não conseguiu fazer do seu candidato o prelado do Rio de Janeiro, não podia suportar os jesuitas que também impediam a escravização do gentio. A Companhia de Jesus era por sua vez impossível de submeter, tal a sua organização e disciplina própria para resistir. Mas o povo insistindo em que se permitam as entradas aprearem os índios, sublevou-se contra os padres inacianos. Nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, lutaram então corpo a corpo dois partidos, um contrário mas outro favorável à expulsão dos jesuitas. O quadro dos acontecimentos, com isso, é lastimável. E Taunay de modo nenhum oculta a ambição das povoações daquele tempo no Brasil.

A Câmara enquanto a rebeldia ambiciosa se processa lenta até chegar ao extremo da luta de extermínio entre os que eram contra e os que eram favoráveis às entradas, ainda quis se mostrar obediente às ordens do rei de Portugal que manda prender Raposo Tavares, o grande desbravador do sertão. Talvez essa corporação de autoridades locais se sentisse impotente para não afirmar nem negar onde estava o sertanista e não se ia assim ao encalço dêle. Mas vacila, e seus membros são substituídos por outros que, eleitos, representam aquêle meio. A eleição é contestada. Mas o clima era para que o governo de Portugal não interviesse nos negócios locais. Eis um núcleo de gente rebelde que Portugal debalde procurou envolver e dominar. A rebeldia já era, contudo, uma expressão de independência. Uma autonomia estava dando expressão política própria à localidade. Assim o municipalismo brasileiro se prendia à história das bandeiras. Houve, pois, um espírito irrefreado de autonomia: porém, inegável. A maneira do governo de Portugal proceder com o Rio de Janeiro já supõe a existência de uma sociedade local de interesses próprios, que colocavam acima de tudo e impunham a América com as bandeiras, a América de quem a Europa já se aproxima Tateando, encontrando dificuldades, experimentando e reconhecendo algo de muito significativo que era a vida local.

Com esses fatos, com certas passagens da história dos bandeirantes, começa a história do município no Brasil, tão expressiva e que assim se estende até a Independência.

Não se faça o elogio dessa força social, que se manifestou desregada porque a arbitrariedade com que fazia escravos não se justifica. Porém um aspecto de emancipação já se mostrava com ela, e a América desviada da moral jurídica, já era entretanto uma expressão

de independência, que é entretanto o primeiro fundamento do Direito de um povo.

Dois sentidos teve, de comêço, o desenvolvimento econômico do continente sul-americano. Em um sentido êle se relaciona com a Europa remetendo diretamente mercadorias.

Mas a remessa dessa produção importa na organização econômica interna da América. A propriedade é que se amplia e o braço europeu se destende através do braço escravo para utilizar as grandes extensões. Mas, para ter a terra, era preciso ter o escravo.

O escravo consolidou pois a propriedade particular; mas o aprisionamento da índio e do negro para cultivar a terra deu, por sua vez, origem a circulação do homem como mercadoria, através de toda a grande extensão territorial que se tornou no Brasil. Uma circulação de riqueza principiou a instituir uma unidade territorial. Uma unidade criada pela prática de uma violência sem piedade nem lei, sem respeitar o silvícola; mas uma violência que consolidou um todo. Este foi o segundo sentido em que se desenvolveu, com as bandeiras, a economia do continente sul-americano.

A captura do índio foi pois a primeira fase das bandeiras. Veio a segunda.

A terra surpreende mostrando-se entranhada de ouro. Esse ouro passa então a ser a causa de apossarem-se dela os bandeirantes que a palmitaram e acabam por fim encontrando a nova riqueza. Mas dessa vez a posse toma um novo sentido social e reclamam-na os que chegaram primeiro ao lugar. Esse novo sentido que êles querem dar a posse da terra torna-se então na disputa contra os que vão chegando depois. Um título de posse ligado a um passado. O bandeirante se supõe o legítimo possuidor. Os que vêm da Europa com a febre do ouro, colidem com os que desbravaram a terra. A posse pela utilização da terra, que os romanos discutiam em termos mui diferentes vendo de modo muito diverso a maneira de apossar-se com a utilização pela cultura agrícola, se apresenta de modo diferente em relação a garimpagem do ouro. Nova questão aberta no campo do Direito, e o bandeirante a falar nela. José Bonifácio, que se notabilizou mineralogista, ainda estuda essa posse da terra procurando uma solução jurídica para o problema que o bandeirante formulou.

A posse dela pelos bandeirantes leva à guerra dos Emboabas; e na guerra dos Emboabas, a gente das bandeiras é uma das fações que guerreiam, e é uma expressão da história da terra. Em toda essa formação social do Brasil estão os bandeirantes de maneira significativa.

A *História Geral das Bandeiras Paulistas*, que Afonso Taunay escreveu, é a descrição do espírito dessa sociedade a se formar dis-



tinta, com um senso próprio das coisas americanas, e com a presunção de direitos seus; rudimentar ou primitiva que começou sendo, já era entretanto uma expressão própria.

Ora as bandeiras não são apenas a existência do seu percurso marcado no território do Brasil de hoje, elas foram também a formação interna e unidade política da nação.

O bandeirante se tornou com a facilidade de movimentar-se no Brasil todo o elemento de polícia interna, e o govêrno recorrendo a um corpo de paulistas que seguiu pelo rio São Francisco, quando por ocasião da Guerra dos Bárbaros, vale-se pois da gente bandeirante a respeito de quem Taunay soube quando apontar. Varnhagen não compreendeu que espécie de questão foi a Guerra dos Bárbaros, e apagou-a sob o vago da seguinte frase: “Nas capitanias do Ceará e Rio Grande, davam então (em fins do século XVII) os índios muito que fazer”. Essa, a toada dêsse historiador. O comentário de Taunay é judicioso; êle comenta: “que nada, por assim dizer, relata o ilustre sorocabano das notáveis campanhas de Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso, das mais elevadas conseqüências, no entanto”.

Referindo-se ao desbravamento das terras do Alto São Francisco, escreveu quem Taunay tem por mestre:

“Às expedições marítimas sucederam outras por via terrestre... Facilitaram estas entradas a abundância de navegação no trecho superior do rio, as suas condições de navegabilidade dentro do planalto, o emprêgo das canoas”.

“Paulistas houve que fizeram canoas descerem para vendê-las próximo do trecho encachoeirado onde a escassez da vegetação tornava preciosa a mercadoria”. O mesmo espírito de atividade na circulação de riquezas, a mesma inteligência de acudir e proporcionar logo meios de desenvolvimento da vida econômica. Este foi sempre o espírito do bandeirante nos grandes percursos que fazia atingindo assim até o Amazonas. E’ assim que os bandeirantes mostravam ser no século XVII.

Prearam o selvagem. Iam buscá-los nas selvas. Traziam-no ao seio da sociedade dos brancos. Traziam-no até mesmo para a guerra, como na defesa de Santos. Para ser o braço trabalhador, como na formação econômica da América. Os bandeirantes eram a expedita gente em movimento, audaciosa, e que sem peias provoca queixas levadas ao sólio pontifício quando ela preando ao índio, invade as missões do Paraguai, obra dos jesuitas. Fazem então que venha Taño queixar-se no Rio de Janeiro, mas para provocar protestos e distúrbios por parte da população. Por fim sua santidade, apelada, já intercede. De fato as formações sociais são sempre questões muito deli-

cadás em que os interesses se aguçam em demasia. Mas a história há de ser o quadro verdadeiro desses acontecimentos.

A bandeira é pois um ponto de partida da formação social que atingiu por fim o grau de consciência nacional que há no Brasil, como nação independente. No Brasil, as bandeiras estão na história da formação dessa consciência que por fim se eleva à altura da política internacional para a nação afirmar-se intangível na extensão de um território demarcado sobre o trajeto das bandeirantes, e impor-se com a vida social própria que começou pela independência em que se mantiveram as bandeiras. Essa independência é que os países americanos defenderão sempre mesmo que sejam todos a lutarem por um, firmados na união pan-americana. Na América tudo ficou sendo formação social; na Europa, é que sobrevieram os fatos políticos e o social os acompanhou.

Grande percurso foi o dessas bandeiras durante a formação do Brasil. Percurso no sentido territorial e da formação social. Percurso no tempo e no espaço. Percurso que se abre diante de perspectivas grandiosas.

Quando fixaram a placa comemorativa da inauguração da Via Anhanguera, que parte da cidade de São Paulo dirigindo-se para o interior do Brasil, fundiu-se em letras de bronze o seguinte dizer:

— 1722. Incide êste trecho de via moderna sobre a áspera trilha do antigo Mato Grosso de Jundiá, lance sertanejo inicial da épica jornada de três anos em que Anhanguera e seus bandeirantes impávidos ao Brasil doaram, com a costumeira audácia e constância dos paulistas, o seu terceiro grande jazigo aurífero.

Datado: 1950. O nome de quem escreveu esta frase tão eloquente: Taunay.

Via esplêndida em que rola o progresso, Brasil a dentro. Emoção de perspectiva que se abre em frente da larga faixa lisa de concreto em busca do interior do Brasil. Mas o pó que se levanta dessa estrada é a terra de que o historiador sente vir as recordações esplêndidas do passado. Aquela terra, aquêlo pó, os bandeirantes pisaram; e é revendo aquêlo pó que Taunay é a figura para sempre respeitável pela eloquência e pela verdade com que falou das proporções grandiosas da história da formação social e territorial brasileira.

Senhores:

Em 1922 Taunay começava a escrever a "História Geral das Bandeiras Paulistas". Em 1922 êle publicava o "Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas", e, começando a escrever o grande livro, já apresentava o mapa geral do trajeto dos bandeirantes. Di-

ga-se que êsse mapa já vinha sendo traçado por outros; mas o conjunto da história social do Brasil assentada na história da circulação interna das riquezas (o que é obra do bandeirante) é, em seu conjunto e na sua grande apreciação geral, obra inesquecível de Afonso d'Escragnolle Taunay.

O levantamento do caminho das bandeiras que palmilharam todos os recantos do território nacional vinha sendo labor da erudição, cultura, afinco, por exemplo, de um Capistrano de Abreu. Mas êste grande historiador cuja língua por vêzes se aprimorava chegando à altura das melhores páginas da literatura brasileira, sobremaneira ela se apurou quando fala do ciclo do couro. Ciclo do couro e não da criação do gado, assim é que lhe chamou Capistrano. Do couro: porque o couro já era uma utilização expressiva do modo de viver do homem no Brasil, logo expressiva da vida social. Era um modo de viver muito rudimentar; mas era uma civilização, rudimentar que fôsse. Êste ciclo do couro não representava, entretanto, um movimento, uma circulação de riquezas unindo todo o território nacional, o que foi obra dos bandeirantes. A criação do gado caracterizou a vida estabilizada em certas regiões; mas as bandeiras, a se moverem, abraçaram todo o Brasil.

O quadro da formação social que Taunay traçou é das amplas visões que deixam ver os sólidos e profundos alicerces históricos escavados, sôbre os quais se constrói a nação. Mas o sabor da leitura do livro de Taunay é especial. Sente-se na grande obra transparecerem as crônicas, os arquivos, os documentos compulsados, para, com uma memória clara, pronta, o historiador revelar o cunho de autenticidade do que escreveu. Onze volumes! Quase que trinta anos gastos para terminar em 1950 o que principiou a escrever em 1922. Pode-se dizer que a melhor parte da vida empenhada em servir a Pátria na conscienciosa procura das fontes históricas que dizem qual a formação do Brasil. Pesquisa imensa! Mas um grande nome de historiador acatado até no estrangeiro, e glorificado por escrever a história da sua gente, da sua terra.

Na verdade, um grande esclarecimento de ordem geral é essa história das bandeiras. O livro de Taunay, para cujo índice a atenção de todo estudioso deve estar sempre voltada, vem revelar que as bandeiras com o seu nomadismo tiveram o papel dos povos nômades a atarem as grandes unidades dos impérios; essa unidade é que Taunay explica em relação ao Brasil. Consolidada essa unidade em razões tão certas, o Brasil é por certo uma das vozes da política da América.

Senhor Presidente: êste Instituto tem deixado em bronze a efígie daqueles que pelo amor da Pátria se vêm assinalando. Na presidên-

cia de V. Excia, o cinzel apurado e veracíssimo no que retrata, do artista que é uma vida simples, longa, modesta, mas gloriosa como o é a de Girardet, tem modelado, com uma preciosa arte, medalhas comemorativas. Bem que podia êsse nome famoso nas belas artes gravar a medalha de Taunay. Eu a proponho ao Instituto para que seja fundada neste ano de 1951, uma vez que no ano passado o historiador máximo completou a História Geral das Bandeiras Paulistas, livro acêrca da formação social e territorial do Brasil. Isto eu faço neste dia em que, continuando uma tradição significativa, celebra-se, nesta casa, o pan-americanismo.

— Eu peço para ainda continuar com a palavra, Sr. presidente.

— Em 15 de dezembro de 1820 (no ano passado completou-se um século) bacharelava-se em letras no tradicional Colégio Pedro II, uma turma de alunos que chama a atenção sôbre si.

Nesse lugar, que V. Excia. ocupa com tanta superioridade, Senhor presidente, foi como V. Excia. presidente perpétuo, e o primeiro que se investiu na perpetuidade, quem escreveu nas suas Memórias:

*— o meu nome é honroso, porque o Estado sempre recebeu serviços daquies que me antecederam; e cessa de o ser desde o momento em que aquêles a quem o transmitir, se tornarem inúteis à pátria.*

Ora assim dizia José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo: e fôra êle membro do Conselho de Estado; estadista que promoveu a criação do Ensino Superior do Brasil e muito serviu como ministro no reinado de Pedro I; esteve como deputado nas côrtes gerais de 1821 em Lisboa; exerceu a presidência de província; era senador do Império e consagrou-se o historiador que todos conhecem.

Trouxe também o nome de José Feliciano Fernandes Pinheiro, o filho do visconde de São Leopoldo, e, se de modo algum deslustrou a família, a sua vida transcorreu modesta na província do Rio Grande do Sul onde nascera e onde residiram os seus. E' que cada homem tem o seu destino. Êle diplomou-se em letras, na turma dos bacharelhando do ano de 1850.

Êsse Fernandes Pinheiro, o segundo que se chamou José Feliciano, cursou o Colégio Pedro II juntamente com um Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, nome que se repetiu sempre com destaque ao se sucederem as gerações de uma estirpe ilustre, e essa vez acontecia como acontecera quando o primeiro José Feliciano, frequentando os bancos da escola de humanidades, sentou-se ao lado do Antônio Carlos, o primeiro apontado com êste nome na linhagem dos Andradas,



e um dos três da famosa trindade de irmãos, figuras máximas da Independência.

E não era tanto aquêlê Antônio Carlos a chamar a atenção para o quadro de meninos graduados em letras, se principalmente havia um Paulino José Soares de Sousa e também um Antônio Ferreira Viana, que, como o filho do visconde de São Leopoldo, fôra enviado pelos pais para estudar humanidades no Rio de Janeiro. Mas eis dois nomes predestinados. Ambos alunos distintos. Um, Paulino José Soares de Souza, trazia de casa o prestígio de filho de uma figura das mais destacadas e que se notabilizou modelando as leis constitucionais definitivas do novel Império e levando o Brasil, tornado independente, a firmar-se na política do Prata.

Mas o outro, Antônio Ferreira Viana, seria um nome que algum dia a política e a religião reconheceriam como aureolado de méritos.

Por muitas maneiras não sendo o mesmo o destino dos homens, essas duas grandes figuras se encontraram por diversas vêzes na vida, mas vindo sempre por caminhos diversos. Paulino é o tato delicado, a sutileza, é o homem da sociedade fina; Ferreira Viana foi a personagem que emerge à flor da popularidade, pelos ditos, pelo sarcasmo, pela atitude espontânea e ríspida, expressiva no homem arguto a quem a palavra não falta para recriminar os deslises dos homens a tôda hora. O que êle diz de improviso, logo se espalha propagado por mil bôcas por causa da expressão cintilante em que o povo estava atento sempre a seguir a personagem contrastante e sobremaneira singular. Paulino seria pois um Alcebiades no jeito ático que sempre mantinha; Ferreira Viana, um Sócrates, pela maneira de que aparecia em público, replicando ao que ouvia com a acertada ironia de um sentido profundo, tal qual o filósofo grego que interpelava sempre o próximo lançando na controvérsia as suas idéias e a sua moral. Uma intuição especial e um modo de increpar afirmações, que destacava o arguente, eis pois o que Ferreira Viana e Sócrates tinham de superior.

Quando Paulino Soares de Sousa se encontrou com Ferreira Viana no momento do Brasil abolir a escravidão, Paulino era a opposição naquele momento raro, e Ferreira Viana, elevado aos conselhos da coroa, estava apoiado pela opinião das ruas e pela sereníssima princesa regente do Brasil.

Paulino andava, porém, a desferir uma ironia breve mas ferina, referindo-se à Lei Áurea que se elaborava de afogadilho, e explica que *não quer fazer esperar tão nobre dama!* A princesa imperial, de fato, esperava no Paço, para sancionar, logo, a lei da libertação dos escravos que era votada na Câmara e no Senado com afoitamento. Momento de grande expectativa geral! E dessa vez, Ferreira Viana,

ministro, subscreveu as poucas palavras sacadas com brusca emoção, o texto por que todos esperavam.

Quem glorificou o jurista que foi Ferreira Viana, é sócio dêste Instituto; a Rodrigo Otávio Filho coube então, entre juristas, dizer do homem das leis, e discursou êle no Instituto dos Advogados.

Como orador e político, Ferreira Viana tem onde ser lembrado.

Para êste ambiente e nesta casa, reservei o que havia de mais emocionante e mais íntimo, mais profundo e delicado, de mais grave, na personalidade do grande vulto: venho apreciar o homem religioso.

Uma estranheza havia para todos na personalidade de Ferreira Viana: era êle religioso com o afincado e de maneira diferente do comum dos homens.

Voltado para a religião, êle procurava sempre mantê-la com uma sagacidade de espírito igual à de Sócrates a falar a respeito da moral e de si mesmo: *Conhece-te a ti mesmo!* mandava Sócrates aos homens.

O grego era dos temperamentos claramente impulsivos com as suas manifestações sempre prontas, à flor da pele; Ferreira acabou procurando ser a todo momento um espírito religioso que punha sua inteligência em grande ordem, para falar da Religião em público.

Quando estudante, já era um estudioso. Foi um espírito sério, preocupado com os assuntos sérios, é o que se pode dizer da sua vida acadêmica. Escrevia. Duas vezes parei atento a refletir durante a leitura de um escrito dêle em rapaz. Uma, quando dizia que “na organização das sociedades se principia por um pacto em que se obrigam ao consentimento de um fim e se conclui pelo pacto em que todos se obrigam a respeito dos meios que devem preencher o destino social”. Logo a ressalva feita quanto a “êsse fim”. Depois o meio de preencher o destino social que há de visar a êsse fim. Idéia clara quanto ao meio de firmar a finalidade social e quanto à finalidade que a sociedade há de ter. Idéia clara quanto à maneira de passar de uma concepção filosófica das coisas para a maneira do homem conduzir-se no mundo. Eis ao que chegava.

Mas a segunda vez já afirma: “Sem a filosofia a história da humanidade é uma sucessão de fato sem nexos e sem interesse...” Era então preciso saber o que diria a filosofia quanto ao nexo da história da humanidade! Que era pois a filosofia para Ferreira Viana? Como êle a entendia? Que nexo profundo das coisas era êsse a que se referia? Que alcance êle dava ao filósofo?

Quando ainda moço e aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, pronunciou no centro Ateneu, que fundaram os estudantes, um *Discurso sobre a Filosofia*. “Aristóteles (dizia êle) — a mais vasta

inteligência da Grécia ainda que não fôsse a mais profunda — era o arauto que corria com a bandeira do sensualismo... — Do sistema de Aristóteles, transpirou o materialismo”.

Uma grande restrição esta feita nesta frase: a maior inteligência da Grécia, embora não fôsse a mais profunda. Era à profundez que Ferreira Viana queria pois chegar.

E acrescenta:

— “Platão, alma pura, e espírito profundo que levantava o pavilhão do espiritualismo...”

Em que pesem as metáforas desformes que forçava o espírito ainda informe do moço, estava feita nessas frases uma distinção necessária e essencial. Havia referência ao materialismo e havia referência ao espiritualismo a decorrer da *alma pura e espírito profundo*. Havia pois o espiritualismo que Ferreira Viana destacava. Mas é no seio da família que vamos encontrar as raízes extensas dêsse seu espiritualismo religioso.

Ora existiu um José Gonçalves da Silveira Caiêca, armador, homem rústico que enriqueceu muito. Não dizia êle caneca, de nenhuma cultura que era; mas sim *caiêca*. A malidicência do povo que desconta a fortuna dos que enriquecem na rusticaria de que não conseguem livrar-se, tornou José Gonçalves da Silveira conhecido pelo *Caieca*. Era Caieca de alcunha: adotou o apelido ficando José Gonçalves da Silveira, Caieca de nome..

Êste homem, que também se fêz estancieiro na Serra dos Taípes, descendo certa vez às suas propriedades marginaes ao mar, onde instalara à beira d'água a sua indústria de navegação, encontrou um caixote, pelo que estava vendo, atirado à praia pelas ondas: um caixote que aberto mostrou trazer uma grande imagem de São Francisco de Paula, de tamanho natural.

Tornando à casa, aquêlê homem narra à família o invento, e a mulher logo recomenda que êle trouxesse o santo.

Caieca voltou para buscar o despôjo do mar, com os pescadores a quem confiara o precioso achado. De caminho para casa, passa pela cidade do Rio Grande aproveitando a viagem para levar mantimentos, mas, na casa do seu fornecedor, viu dois portuguezinhos havia pouco que chegados para o serviço do negociante.

Um era João Antônio Ferreira Viana; e o outro, Francisco Valadares.

— Quero êsses dois rapazes! exclamou o rico armador. Foram-lhe os dois moços entregues por aquêlê de quem era um forte comprador.

Chegando êle em casa, a mulher perguntou pelo santo.

— Trouxe mais: os maridos para nossas filhas! êle respondeu.

Foi pois dessa maneira que São Francisco e o nome de Ferreira Viana entraram para a família.

Daí chamar-se Antônio Ferreira Viana, o neto de Caieca.

Mas isto ainda não era a tradição pública que logo depois veio ter a família.

A cidade de Pelotas teve terras doadas por Caieca que nelas chantou os alicerces sôbre os quais erigiu a igreja em que pôs a imagem por êle encontrada onde legara-a o mar, e essa imagem era do santo padroeiro da cidade antes conhecida, quando vila, pelo nome de São Francisco de Paula, e elevada à categoria de cidade com o nome de Pelotas: isto só a 27 de junho de 1835.

Ora, daquele momento em que Caieca construiu uma igreja, em diante, é que a sua família ficava na história da cidade, criando-se assim a sua tradição de benemerência pública.

As coisas da igreja para sempre então ficaram nas cogitações da família.

Ferreira Viana revelou, mais tarde, quanto tinha consciência dessa tradição. A fidalguia natural (se é assim que se pode falar neste caso) de conservar na lembrança o passado de família, de seguir os seus antecessores no melhor que fizeram, Ferreira Viana tinha-a. Mostrava não esquecer a tradição, que no caso era religiosa.

Quando já residia na cidade do Rio de Janeiro morando na rua do Fialho com família constituída, edificou em casa uma capela levando ao altar a grande imagem de dois metros de São Francisco de Assis, que, mais tarde doada, hoje se conserva na igreja de São Francisco da Penitência.

Fazer assim era a tradição de erigir altares, que Ferreira Viana trazia então da sua província e da sua gente, para instalar capela no meio da família que fundou casando-se. Mas, por que mudou então de santo? Por que dessa vez São Francisco de Assis e não mais São Francisco de Paula da devoção já dos seus avós? E por que não aquêle São Francisco de Paula padroeiro da sua cidade no Rio Grande do Sul, a quem estava ligado o passado da sua família, e dos seus avós? Melhor é não responder já à pergunta.

Mas na verdade Ferreira Viana era feliz no recolhimento da família constituída por êle e a viver na sua religiosidade serena a lhe desabrochar do fundo da alma, com as lembranças agradáveis do passado.

Eis que o surpreende a viuvez, golpe inesperado! Profundamente ferido no âmago da sua alma que a tenebrosa dor cega, é que



tateia, é que procura na sua maneira de ser como atravessar a angústia. Pensando nos santos de sua casa cujo culto se estabelecera profundamente em sua alma, êle então procura com que se haver. Mas meditando na vida de São Francisco de Assis é que encontra no que pensar. Pensa na obediência que é santidade. Pensa na provação que ela é, e isto quando estava sofrendo a grande provação de perder a companheira. A companheira de então havia de ser para êle a paciência, e quer se sujeitar a ela. E submete-se. E penitencia-se. Molha o chão em que deita para se tornar um cristão perfeito e submisso a ponto de dormir curtindo o frio. Sofrendo-se na dor, procura, para se apurar, para ensinar a si, o frio que o ensina a sofrer. Inegavelmente é a crise de uma alma de místico. Mas nisso tudo é preciso ordem, comedimento, quando vem frei João do Amor Divino Costa, Custódio de Jerusalém, que, muito amigo de Ferreira Viana, acode em tempo receiando aquêle desvario de adoecer, a que o angustiado penitente era levado pela dor da saudade. O frade então leva Ferreira Viana para o convento de Santo Antônio a fim de que ficasse na verdadeira disciplina religiosa.

Seis meses no convento. Dois frades que subsistiam numa verdadeira solidão, e com os dois então êle, Ferreira Viana. As refeições Ferreira Viana faz vir de restaurante da cidade para que se mantivessem vivos os três solitários então retirados naquele ermo. Ferreira Viana, vestindo o hábito de frade e calçando sandálias, era uma sombra do mundo, entregue à dor e ao seu misticismo com a alma voltada para as coisas celestes.

Mas, recebendo o grande ensinamento e compreendendo o que era o espírito franciscano, obedece, e é conduzido de novo ao mundo descendo as ladeiras do convento. Desce as ladeiras para ser nomeado mordomo da Venerável Ordem Terceira da Penitência. Desce para servir o santo da sua admiração, do seu culto. Desce porque compreende a grandeza do *poverelo de Assis*. E' então nessa grandeza de um santo que em tudo se humilhava, que êle quer falar.

Vai pois falar aos doentes, aos simples, aos infelizes, da grandeza do santo que êle tomou para seu guia. Daí a famosa série de conferências a que todos acudiram para ouvir. E surpreende por dizer:

“Enquanto os outros santos limitavam-se à perfeição, à prática de virtudes pessoais, Francisco de Assis, como aventureiro da fé, corria por tôda parte, saía da solidão, procurava as turbas, e ia descobrir o pobre, convivia com o povo, cuidava da perfeição de todos, remediava tôdas as dores, suavizava os infortúnios”. E ainda dizia: “Aqui vêdes, senhores, a razão de ser dessa influência. Aqui vêdes a filosofia e a fé unidas, o santo e o democrata, o sábio e o estadista, o apóstolo de Deus e o servo do pobre”.

O franciscanismo, meus senhores é a santificação na vida de hoje, vida intensa, vida de cidade com a pobreza urbana que socorrer, elevar, orientar. O franciscanismo é a maneira de santidade útil a essa nossa vida de agora. E São Francisco de Assis e Ferreira Viana? Ambos foram verdadeiros místicos. Pascal disse certa vez: “Console toi tu ne me chercherais pas, si tu ne m’ avais trouvé”. — Não procuraria Deus quem não já o tivesse encontrado e compreendido que ele existe. Mas transponhamos êste pensamento acêrca das coisas mais transcendentales para outro equivalente como o é êste: — O místico sente a presença de Deus e assim já o terá encontrado, mas para ficar procurando compreendê-lo.

Essa compreensão estará em saber os seus mandamentos. Estará na prática das virtudes cristãs. Exercitando-as é que se obedece a Deus, e obedecendo a Ele é que se vem a compreendê-lo. Eis o que Ferreira Viana por fim compreendeu aprofundando-se na vida de São Francisco de Assis, tomando para exemplo a ele a quem chama estadista e sábio, em quem vê o sentido social do cristianismo, São Francisco torna-se então, para Ferreira Viana, na compreensão da santidade: na elevação da alma humana pela religião, e na redenção da consciência.

A Cristo êle então procura servir, a Cristo e à sua Igreja.

Assim como foi o advogado que defendeu os bens da igreja, será o advogado que perante a Justiça faz a defesa dos bispos, na questão religiosa.

O ardor que põe na causa, a firmeza com que arrazoa, a sinceridade do libelo que oferece, fazem logo apontarem-no, na questão sobremaneira comentada, pela elevação que êle deu a ela.

Se está perdida a causa tão pleiteada pela política de um lado, de outro fica pois ressaltada a dedicação do advogado. Fôra inexcedível, reconhecem-no todos. Era então preciso pelo menos exaltar a sua attitude. O internúncio o procura para lhe oferecer o título papalino de conde de Santa Catarina. Ele pede para não aceitar. Insiste o papa e dessa vez o quer agraciar com a Grã Cruz de São Silvestre. Êle humilha-se para dizer que sôbre o hábito franciscano (era franciscano terceiro) não cabe tão alta dignidade. O que êle queria! Queria viver na humildade de frade. Queria o título que lhe deu o frade Samuel de Chiarmonte. Ministro provincial dos *Fratri Minori de São Francisco delle Provincia de Siracusa*, sim, o título de irmão partícipe de tôdas as práticas da regra, orações, jejuns, disciplina, mortificações, vigílias e penitência. Nisso tudo, na santificação por meio disso, é que Ferreira Viana pensava. E que mais queria?

Na Câmara onde era deputado, quando defendia um projeto que apresentara, chamam-lhe ambicioso por querer muito. Isto era um

aleive que o faz calar-se para vir a si, e mudando o tom de voz responde demorado como quem leva a refletir:

— O que eu quero o mundo não me dá; e o que o mundo dá, eu não quero...

O jogo de afirmações que há nesta frase, a contraposição entre o que ela refere, o contraste do mundo com as coisas de Deus, tudo isto é da grande compreensão religiosa, e a frase de Ferreira Viana faz lembrar uma outra em que se contrapõem, dessa vez, a vontade humana e o bem como quer Deus que o façam. O fato de haver esse bem e a deficiência da vontade do homem para realizá-lo, faz que dissesse São Paulo:

— Não faço o bem que desejo fazer, e causo o mal que não quero praticar.

Frases equivalentes. As compreensões religiosas se ajustam. Frases com o mesmo equilíbrio e o mesmo senso religioso são essas duas. Equipolentes. Nelas duas a consciência religiosa se torna humilde e elevada.

O sentimento religioso, que despertou em Ferreira Viana sob uma humilde expressão de misticismo, vai-se tornando assim compreensão religiosa mais apurada a cada momento. Uma alegria e uma paz de alma há nisto. O prazer e alegria não são a mesma coisa. A alegria é toda a pessoa, é da pessoa em se aperfeiçoar. Não vem do lugar em que se esteja. Não na dão; a pessoa tem-na. Não vem do mundo, deriva do íntimo do homem. É a maneira de ser, e pode se tornar na recordação e na satisfação da pessoa consigo mesmo. Mas ninguém já nasce perfeito e tem de se formar a si. Nessa maneira de se apurar religiosamente é que há alegria, e esta é uma virtude cristã. Mas há pois alegria, e há prazer; que contraste entre os dois! Do prazer é preciso indagar-se donde vem. Em Ferreira Viana não se viu nunca o prazer, mas a alegria, a espontaneidade com que mostrava uma despreocupada graça nos seus ditos, nas suas passagens de ocasião. Não teve rancores. A sua convivência era portanto alegre com os ditos que se tornavam conhecidos, com a graça espontânea com que movimentava a conversa.

Interpelou a Monarquia com violência, e quando veio a República, êle, refletindo sobre o passado, criou para si quase que uma religião pelo respeito com que se referia ao segundo reinado.

Procurando a Europa onde estavam exilados os monarcas brasileiros, (e isto enquanto a República se firma, com grande esforço) vai êle à Roma, e o recebe Leão XIII.

A audiência que lhe dá de uma hora, não é o quarto de hora que o papa dispensava recebendo as testas coroadas. Isto, um rompi-

mento da etiqueta. E também não houve só uma audiência, porém três foram concedidas a um homem que fôra político em um regime caído, e já estava afastado nos negócios políticos, logo sem o que falar.

Ora uma carta é que conta o que foram essas audiências repetidas.

Ele e o papa pegaram conversa a respeito da vida de São Francisco de Assis que Ferreira Viana pretendia escrever. Finalmente, ao despedir-se, Ferreira Viana diz a sua santidade que iria visitar a cidade bêrço do grande Santo, ao que responde o sumo pontífice pedindo então que rezasse uma Ave-Maria por ele junto ao túmulo do taumaturgo. O pedido era do chefe da igreja! E' que o santo padre reconhecera algo de mais naquele a quem acolheu tão paternalmente.

Comovente foi pois êsse encontro em perfeito entendimento, em que Leão XIII se comove diante daquela grande aspiração cristã de compreender a igreja, a religião e o seu grande santo, procurando esclarecer-lhe a vida no livro que se propunha a escrever.

Assim viajava pela Europa. Quando chegou a Londres, hospeda-o o cardeal Mening que guardava o seu nome com grande recordação pois de fato fôra Ferreira Viana que acolheu o padre Vagram, enviado ao Brasil pelo cardeal inglês, prestigiando-o com a sua assistência constante, com a sua palavra de apresentação ao público brasileiro. Acolheu Ferreira Viana a êsse missionário religioso, como acolheu a todos, como acolheu a figura de grande pureza e simplicidade do irmão Inácio que vinha pedir esmolas para uma obra pia, fazendo Ferreira Viana, em propaganda da missão, uma série de conferências no Clube Beethoven.

Mas, quando hospedado no palácio cardinalício, durante o jantar a conversa do brasileiro era de grande atrativo para o príncipe da igreja. Os assuntos religiosos são tratados com minudência. A religião no país de cada um dêles é o objeto das informações trocadas. A admiração pelo credo que professavam, o amor que manifestavam pela religião que seguem, leva o cardeal a dizer a Ferreira Viana:

— Sois feliz! Sois católico desde que recebestes em criança inocente as águas batismais. Eu não. Eu fui protestante. Converti-me ao catolicismo já aos vinte anos.

Era Ferreira Viana de atalhar com elevação:

— Eminência! São Paulo também foi converso...

Assim dizendo mostra-se um espírito sob todos os aspectos superior.

Mas uma grande vida de místico é repleta de um grande sentimento, e começa por êle.



Manifestava-o por vêzes Ferreira Viana.

Lembra-se a sua família que êle passava o verão com ela na Gávea e, durante a Semana Santa, na capela que tinha na grande propriedade que ali possuiu. Ferreira Viana reunia, antes de jantar, a todos, para ler o ofício de trevas quando na Semana Santa, e a atenção geral ficava prêsa à sua voz de grande orador. Mas êle é que surpreendia quando, lendo a paixão de Cristo, sùbitamente calava debulhado em lágrimas.

Êsse é o lado íntimo da vida de um homem, e êsse era a profundidade da alma cristã de Ferreira Viana.

Não há mais palavras que expliquem a sua passagem pela terra.

Senhor presidente, minhas senhoras, meus senhores :

— Esta é pois a vida a que fazendo-se referência, leva sempre a meditação.

## PINHEIRO MACHADO

### CONFERÊNCIA REALIZADA A 8 DE MAIO PELO SR. MINISTRO TAVARES DE LIRA

Em discurso que proferi em outubro de 1913, na qualidade de orador oficial de um banquete oferecido a Wenceslau Braz para proporcionar-lhe oportuno ensejo de ler sua plataforma presidencial, afirmei o seguinte:

"... Com a proclamação da República, tínhamos dado apenas o primeiro passo para a realização do ideal com que haviam sonhado os propagandistas ardorosos e entusiastas que, Brasil afora, pregaram nos últimos anos do Império as excelências do credo democrático. Restava a parte mais delicada e difícil da tarefa que devíamos cumprir: a reconstrução da pátria nova, por entre embaraços e agitações de toda ordem, naturais num período acidentado de profundas perturbações políticas. E foi nessa ocasião que se manifestaram as crises mais temerosas do regime. De todas elas, podemos triunfar; e quando, mantido o prestígio da autoridade legalmente constituída, após embates revolucionários sucessivos, se aproximou a quadra das provações decorrentes de nossa penúria financeira, encontramos na energia serena de Campos Sales e na resistência inquebrantável de Murinho a garantia da *política de calma laboriosa e atividade fecunda*, que, numa fase que poderia ter sido das maiores decepções e amarguras, nos assegurou, com o restabelecimento de nosso crédito no exterior, a confiança em nossos destinos futuros. O fermento da discórdia não tinha entretanto, desaparecido de vez; e, nas presidências seguintes, continuamos a alimentar o germe renascente dos dissentimentos..."

No correr daquele ano, 1913, êsses dissentimentos tinham atingido a tal grau de intensidade, que, ao se cogitar da sucessão do presidente Hermes, os homens de maiores responsabilidades políticas, tomados de apreensões e desassossêgo, julgaram ser de imperiosa necessidade, para pacificar os espíritos inquietos, a escolha de um candidato

de feitio moderado, tolerante e conciliador. Conseguiram entender-se e veio como solução Wenceslau Braz. Mas a harmonia de agrupamentos partidários heterogêneos e suas finalidades certas não era obra a ser facilmente executada. E tal a razão por que, nos primeiros meses do govêrno do ilustre estadista mineiro, ainda subsistiam, — vivos e latentes, — rancores e prevenções que, em refregas passadas, haviam separado muitos representantes de nossas elites dirigentes, no seio das quais Pinheiro Machado era figura inconfundível e, por isso mesmo, a mais alvejada por violentos ataques e ferinas agressões. Criou-se contra êle um clima hostil e o resultado todos sabem qual foi: a sua eliminação por certo golpe do punhal homicida de um tresloucado. Indescriível o abalo produzido por êste atentado inominável que cobriu de luto a nação inteira. Depois... decorreram os anos, amorteceram as paixões, fêz-se o silêncio... E só agora começa tardiamente para a vítima daquela revoltante tragédia a justiça reparadora da história.

José Gomes Pinheiro Machado nasceu a 8 de maio de 1851, — há exatamente um século, — em Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul. Seu pai o Dr. Antônio Gomes Pinheiro Machado, bem como sua mãe, Dona Maria Manoela Aires Pinheiro Machado, era paulista. Formado em Direito. Fôra revolucionário em 1842, militando nas fileiras do liberalismo avançado. Juiz municipal em Itapetininga, sendo removido em 1846 para aquela cidade sulina, onde abandonou a magistratura para dedicar-se à advocacia e à criação. Político prestimoso. Deputado geral de 1864 a 1866. Deixou fama de grande orador.

Muito familiarizado e por vêzes consultado pelo visconde do Rio Branco e pelo barão de Cotegipe sôbre nossas questões no Prata. Faleceu em 1874, antes de fixado o rumo do destino de seu filho primogênito que, de início, manifestou pronunciado pendor pela carreira das armas. Estava nesta capital, cursando humanidades, ao sobrevir a guerra do Paraguai e, iludindo a vigilância da família, sentou praça e seguiu voluntariamente para o teatro das operações, onde se bateu com intrepidez e denodo inexcedíveis. Em 1868, já promovido a oficial, demitiu-se do exército por motivo de moléstia. Fêz-se estancieiro e sômente mais tarde prosseguiu seus estudos, bacharelando-se em 1878. Não se distinguia como estudante aplicado e pouco frequentava os círculos acadêmicos, limitando-se a receber em sua casa um pequeno grupo de colegas sôbre que exercia notória ascendência. Durante o curso, foi um dos fundadores do Clube Republicano Acadêmico e, em 1876, redator da *A República*, seu órgão na imprensa. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, retornou aos labores da indústria pastoril em sua fazenda de São Luís das Missões; e ali, no

convívio dos livros, na solidão dos campos e na vida arriscada das raías fronteiriças, fortaleceram-se seus sentimentos de amor à liberdade e radicou-se para sempre seu idealismo republicano, que propagou, cheio de fé, sob a vigorosa direção de Venâncio Aires, seu amigo fraterno. Com a morte dêste, não desertou do seu pôsto e, em 1889 ao sossobrar o trono, já estava sagrado como um dos mais intemeratos batalhadores da campanha anti-monárquica em terras gaúchas. A partir de então, identifica-se por completo com Júlio de Castilhos: um seria o homem de Estado; o outro o homem da ação. E os dois, unidos, apoiados pelos velhos legionários dos dias de lutas e pelos adesis-tas sinceros, a fôrça poderosa sôbre que repousaria, de comêço, na-quele recanto do território nacional, a sorte das instituições, procla-madas a 15 de novembro.

Pinheiro era, fisicamente, um belo tipo de homem. Alto, esbelto, de compleição rija, feições másculas, acentuadas linhas varonis. Im-pressionava pela decisão e energia, que emanavam de sua pessoa. Ao primeiro contacto, frio e retraído; mas, com a continuação do trato íntimo, expansivo e maneiroso.

Inteligência muito lúcida e penetrante. Orador pouco imaginoso e sem grandes vôos de eloquência. Sua palavra era, às vêzes, tarda, embora clara, conceituosa e persuasiva. Não o seduziam os sucessos tribuniícios. Eleito senador à Constituinte de 1890 e às legislaturas ordinárias que se lhe seguiram, pouco se envolvia em discussões dou-trinárias. Em regra, só intervinha, e se necessário, em debates polí-ticos. Outro o terreno em que se aprazia de operar, demonstrando suas qualidades positivas de comando: o da coordenação de valores no recesso dos bastidores parlamentares; o da unificação de propósi-tos entre os correligionários; o da coesão de vontades nas justas en-candescentes dos partidos.

Na assembléia que votou a Constituição de 1891 e na primeira sessão legislativa do Senado não teve atitudes de alto relêvo. Atravessava ainda o período de adaptação ao meio político. O ato que lhe deu maior evidência foi o de protestar junto a Deodoro contra a dis-solução do Congresso Federal, uma das causas ocasionais da depo-sição de Júlio de Castilhos e, por efeito dela, das graves perturbações que levariam seu Estado à *revolução federalista* de 1892, que comba-teu à frente de aguerridas fôrças patrióticas, escrevendo, como tam-bém fizeram os revolucionários, algumas páginas de heroísmo, infe-lizmente manchadas pelo sangue de irmãos.

Assinada a paz, embainha a espada, desmonta seu corcel de guerra e volta ao Senado, que iria ser daí em diante o movimentado cenário de seus feitos memoráveis.



Nessa ocasião, nosso panorama político parecia de todo limpo de nuvens ameaçadoras e a opinião, em geral, se deixava embalar pelas mais risonhas perspectivas do futuro. Mas ao observador arguto e sagaz não escapavam os indícios de próximas borrascas. O Partido Republicano Federal, que se tornara partido de governo após a eleição e posse do primeiro presidente paulista, atingira à plenitude de sua onipotência e caminhava rapidamente para inevitável desmembramento, dado o antagonismo de idéias e princípios nêle reinantes. Tãmanha era a diversidade de opiniões dos que o formavam que Belisário de Sousa comparou-o a *uma catedral aberta a todos os credos*. Dessa diversidade de opiniões promanaram naturalmente os mal entendidos e atritos que trouxeram a desconfiança, o estremecimento das relações entre Glicério, seu chefe, e Prudente de Moraes, presidente da República, precipitando a cisão partidária de que se originou uma das mais profundas agitações da política brasileira, sob o regime republicano. Pinheiro tenta em vão conjurar a crise e, verificada sua eclosão irremediável, não tem vacilações, desfalecimentos: acompanha o grosso de *republicanismo histórico* na penosa jornada da oposição, que fez com desassombro e firmeza até que o nefando crime de 5 de novembro de 1897, pondo em perigo a vida do venerando chefe do Estado e sacrificando a do seu bravo ministro da Guerra, marechal Machado Bittencourt, alerta os partidos, — até a véspera intransigentes, — sôbre a necessidade de abrandarem seus processos de competição. Aquêlê crime não fôra político; mas para êle concorrera sem dúvida a exasperação das paixões ambientes, pretexto de que se serviu o governo para solicitar a decretação do estado de sítio, prender senadores e deputados, organizar processos para perseguir adversários, cometer violências de tôda ordem. De uma delas foi vítima êle mesmo o *general dos pampas*. O telégrafo interceptara um despacho que lhe fôra transmitido nos seguintes termos: *Tropa pronta para seguir. Aguardo ordens*. Remeteu êsse despacho à polícia, e esta, julgando-o prova bastante de que se tramava uma conspiração contra os poderes públicos, mandou deter seu destinatário a bordo de um navio de guerra e abriu rigoroso inquérito, em que, levadas a cabo demoradas investigações, apurou apenas, decepcionada, que o telegrama era do capataz de uma fazenda de criação, e a tropa a que se referia uma tropa de muares a ser vendida nas feiras de Sorocaba, em São Paulo, negócio que aquêlê general explorava desde muito. Das medidas de compressão e arbítrio utilizadas, ao tempo, em alguns pontos do país resultou, com era de esperar, a impossibilidade em que se depararam os adversários do governo de disputar livremente o pleito presidencial a realizar-se em 1 de março de 1898. Em todos os Estados, excetua-dos dois, — o Rio Grande do Norte e o Paraná — aceitou-se o alvi-

tre da abstenção, sendo eleito quase sem competidor o candidato oficial. — Campos Sales, — por felicidade nossa um estadista preclaro, que se não iludia com aparências enganadoras. Teve a compreensão nítida dos problemas mais urgentes do momento, entre os quais preponderava o financeiro, e preparou-se para enfrentá-los e resolvê-los com destemor. Estudou a precariedade da situação delicada que nos oprimia, embarcou para a Europa, avistou-se com os nossos credores externos e, ao regressar, trazia traçado, em linhas inflexíveis, um modelar programa de administração, que executou lealmente com a ajuda de um ministro capaz e o concurso inestimável da oposição, dentro da fórmula da “política dos governadores”, um imperativo de ocasião, posteriormente desvirtuado em seus objetivos por governantes ciosos do predomínio pessoal. Foi da prática dessa política que proveio a desarticulação dos fracos agrupamentos partidários existentes e a consequente implantação do que se convencionou chamar mais tarde o “imperialismo político dos grandes Estados”, graças ao qual o próprio Campos Sales quis ter e teve efetivamente candidato à sua sucessão, indicando Rodrigues Alves, mediante o assentimento prévio de São Paulo, Minas e Bahia. Pinheiro Machado relutou em concordar com a indicação surgida das “demarches” efetuadas no Palácio do Catete, por ser simpático à tese de que ao chefe da Nação era vedado influir diretamente na escolha de seu sucessor. E’ verdade que cedeu por fim, atendendo a contingências e injunções partidárias do momento; mas cedeu a contragosto, tanto assim que quatro anos depois ela é o ponto fundamental das reivindicações do famoso “bloco” de que foi chefe e em que se fundiriam todos os núcleos de resistência contrários à candidatura de Bernardino de Campos, ostensivamente amparada pelo governo central. Desta vez manteve-se irredutível e não fôra o nobre e sadio patriotismo do inolvidável “presidente das grandes realizações”, dando um passo atrás e apelando para seus amigos no sentido de apoiarem o nome de Afonso Pena, candidato dos “coligados” e, certo, teríamos voltado às lutas e convulsões de dias idos. Naquela hora, o prestígio do ilustre estadista gaúcho, que viera crescendo em ascensão contínua, era imenso, absorvente, dominador. E, — coisa digna de nota, — este homem que, na vigência da Constituição de 1891, concentrara em suas mãos a maior soma de autoridade política de que há notícia entre nós nunca exerceu cargos de administração ou de governo. Ainda mais: muitas vêzes foi contrariado na indicação de quem, em casos especiais, os devesse exercer. Um fato para comprová-lo: durante dezesseis anos, isto é, nas presidências de Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena e Nilo Peçanha, sua terra natal, o Rio Grande do Sul, não teve um só ministro na direção das pastas civis, o que aliás em

nada contribuiu para enfraquecer sua influência na política da União, onde esta influência estava alicerçada de preferência na estima, na solidariedade e no devotamento de seus colegas do Senado, elevada corporação que gozava de relativa estabilidade e independência, já porque sua renovação se operava parcialmente, pelo têrço, de três em três anos, já porque a igualdade de representação dos Estados impediu que os grandes esmagassem os pequenos. Acrescia que, de acôrdo com a “carta magna”, o presidente da República era substituído pelo vice-presidente, eleito simultâneamente com êle, e, em sua falta ou impedimento, pelo vice-presidente do Senado e pelos presidentes da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal. O vice-presidente do Senado era, portanto, o segundo vice-presidente da República, competindo-lhe, ao demais, a direção dos negócios da economia interna daquele ramo do Congresso Nacional e a sua presidência sempre que funcionavam reunidas as duas Câmaras que o compunham. Daí a grande importância do cargo que Pinheiro Machado ocupou com brilho de 1902 a 1905 e de 1912 a 1915. No período intermédio, que vai de 1906 a 1912, desejando ter maior liberdade de ação no plenário, entregou-o a Joaquim Murinho, que o renunciou, juntamente com o mandato legislativo, por divergências quanto à criação da “Cai-xa de Conversão”; Rui Barbosa, que, em 1909, enveredou por caminho político diferente do seu; a Quintino Bocaiúva que faleceu em seu exercício. A êle voltou novamente e nêle se conservou até a morte, sendo, ao mesmo tempo, o “primus inter pares” da referida corporação e o mais autorizado leader da política nacional. Nos primórdios da crise da sucessão de Afonso Pena as oposições de vários matizes, investidas ou não do poder nesta ou naquela unidade federativa, foram bater às portas dos quartéis e com o apoio de alguns elementos militares, levantaram a candidatura de Hermes da Fonseca combatida desde logo pelos remanescentes do “jardim da infância”, que se organizara para destruir politicamente o valoroso chefe sul-riograndense.

Não se apressou em adotar essa candidatura. Propendia para os nomes de Quintino, Campos Sales, Murinho, Rio Branco, outros. Em pura perda seus esforços para encaminhar qualquer dêles. As correntes em choque se mostraram irreconciliáveis e acabou por chefiar, contra o *civilismo*, a dos partidários do ex-ministro da Guerra, cujo governo tormentoso se caracterizou, como é sabido, por duas fases bem distintas: uma, a das intervenções *brancas* dos acordos ou *vermelhas* da força para inverter situações locais em alguns Estados, que uma propaganda hábil e tendenciosa cognominava de *escravizados*; outra, em que foram atalhados ou atenuados os excessos das mesmas intervenções. Na primeira dessas fases, êle está quase sempre entre



os vencidos; na segunda, entre os que opuseram barreiras à reação demolidora. E' nesta segunda que mais avulta sua personalidade empolgante na direção do Partido Republicano Conservador, que inscreveu em seu programa êstes dois pontos essenciais: — defesa da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, reconhecida como prematura e inoportuna qualquer revisão de seus textos; e

— manutenção da autonomia dos Estados nos termos da mesma Constituição, dispensada qualquer interpretação de seu art. 6.º.

Não me proponho examinar agora a existência trabalhosa e difícil dêste partido, tantas vêzes malsinado injustamente pela imprensa política da época. Permitto-me, contudo, evocar, de passagem, um episódio de que já falei allures e que bem merece ser lembrado aqui. Ao apagar das luzes da sessão legislativa de 1912, estava na ordem do dia o problema da sucessão presidencial e, encerrado o Congresso, Rivadávia Correia, ministro da Justiça, houve por bem tocar no assunto ao marechal Hermes, insinuando a candidatura de Pinheiro Machado, que sabia ser do seu agrado. A seguir, vieram as indiscrições e ficou em foco o nome do ilustre brasileiro, exposto desde logo aos rudes e acrimoniosos ataques de seus adversários. Diante disso e na ausência de Pinheiro, que se achava no sul, Hermes mandou chamar Urbano Santos, vice-presidente da Comissão Executiva do Partido em dias de fevereiro de 1913, ponderando-lhe a conveniência de reunir-se esta comissão para deliberar sobre o caso, pois, *se Pinheiro não fosse o candidato*, havia entre os *papáveis*, dois, — Francisco Sales, ministro da Fazenda, e Lauro Müller, ministro do Exterior, — que precisariam desincompatibilizar-se a tempo, de vez que, para êles, a incompatibilidade legal era de um ano. Urbano Santos convocou a comissão, que resolveu telegrafar a Pinheiro, pedindo seu regresso imediato a esta capital, e responder ao marechal que aguardaria sua chegada para agir conforme as circunstâncias aconselhassem. Pinheiro embarcou sem demora e, aqui chegando, comunicou aos amigos, em reunião reservada do diretório do Partido que não seria candidato. Pensava em Campos Sales. Mas a convicção generalizada era a de que aceitaria, por fim, a candidatura, que muitos continuavam a agitar sem protesto de sua parte. Estabeleceu-se a confusão e, para tranquilizar os mais impacientes, Urbano Santos, Azeredo e eu, entre outros, tomamos a iniciativa de perguntar-lhe qual seria, em definitivo, sua palavra de ordem. Respondeu-nos de pronto e sem reticências que não era nem podia ser candidato. Consentia que seu nome continuasse em *placard* apenas para ganhar tempo e entrar em composições conciliatórias. Expôs largamente várias combinações em andamento e concluiu com esta frase, deveras significativa: *minha candidatura seria*



*provavelmente o toque de reunir para uma agitação revolucionária e não há nome que valha a paz da República.*

Como se vê, a linguagem de um patriota e de um estadista, que, — afeito às porrias e recontros da política — jamais sobrepôs interesses de ordem subalterna aos supremos interesses da nação. Demonstrou-o vêzes sem conta no decurso de sua vida de sacrifícios e de renúncias, como árbitro de situações. Poucos, bem poucos de nossos políticos souberam sofrer com maior resignação do que êle o travo das injustiças e ingratidões. Seus inimigos nunca o pouparam em suas investidas rudes e cruéis. Todos os expedientes lhes pareciam lícitos contra o *caudilho*, vocábulo que empregavam como sinônimo de chefe de facção ou de bando a impôr-se pela prepotência e pelo terror. Não revidava o conceito desprimoroso. Mas um dia, — 17 de junho de 1915, menos de três meses antes de seu assassinato, *anunciado pela cloquência delirante das ruas* — fêz-lhe ligeira referência nestas palavras, que valem por um grito de revolta e de tristeza: *não pode ser norteadado pelo espírito de caudilhismo quem tem recusado as posições de mando...* Curioso é que alguns daqueles que o diziam um *caudilho* o acusavam também, contraditoriamente, de ser uma *sentinela da vitória*. Não era nem uma nem outra coisa: nem um aventureiro, obcecado pelo poder, que nunca exerceu pessoalmente, nem um acomodaticio, caudatário dos governos. Era, sim — e não há favor em reconhecerê-lo — um guia experimentado, um verdadeiro condutor de homens, que jamais conhecem o desânimo no mais aceso da ação.

No fundo, um temperamento eminentemente conservador. Nunca conspirou contra os governos legítimos dos quais foi, por vêzes, à semelhança de Paraná, no Império, o *contraforte externo*, a que aludiu Nabuco. Não guardava ressentimento por ofensas recebidas no fragor da luta. Muitos dos que o combateram em renhidos prêlios partidários foram depois seus destemidos companheiros, à sombra da mesma bandeira. E não havia que estranhar o fato, porque nossos partidos políticos representavam, na realidade, simples arregimentações de forças regionais isoladas, que se aliavam provisoriamente para alcançar êste ou aquêlê objetivo comum. Não primavam pela disciplina e solidez como instrumentos regulares da função governamental. No rol das culpas que lhe são atribuídas, em apaixonados libelos acusatórios, seu grande crime é a rispidez de seus processos para cuja comprovação se cita amiúde e com exagerada generalidade o rompimento de diplomas de candidatos aparentemente eleitos. A acusação, de que não é o único passível, procede em alguns casos, raríssimos, tratando-se de pleitos de lisura contestável. Não o inspiravam, porém, nem o favoritismo pessoal, nem a preocupação de beneficiar válidos. O que visava era, sobretudo, corrigir os excessos de fraudes praticadas por

governantes desvairados pela hipertrofia do poder. Mostrou-o de uma feita Rui Barbosa, defendendo, se bem me lembro, uma das eleições do barão de Ladário.

Não requestava a popularidade, pouco lhe importando críticas e censuras irreverentes ou desrespeitosas desde que não atingissem a sua dignidade. Era um forte. Entre os traços marcantes do seu caráter estavam a lealdade e a gratidão aos amigos *da velha guarda*, isto é, aos que tinham pertencido às falanges dos propagandistas e dos defensores do atual regime nas crises agudas de seu alvorecer. Ponto alto de sua carreira foi sempre a fidelidade às aspirações da mocidade, — *a Federação e a República*, — condições precípuas de nosso progresso material e econômico.

Notável o papel que lhe coube desempenhar na cena política do seu tempo. Dir-se-ia, — e penso que alguém já o disse, — que nasceria sob o signo de uma predestinação.

Conheci-o em 1895; mas nossas relações só estreitaram depois que entrei para o Ministério da Justiça ou, mais precisamente, depois que tomei assento no Senado. Foi ali, nos lances finais de sua gloriosa carreira, que se apertaram definitivamente os laços de afeição que nos prendiam e que pude admirar melhor suas excelsas qualidades de homem público exemplar pela segurança de sua visão clara e pelo seu poderoso instinto realista.

E não irei além. Outros que escrevam sua biografia, ainda por fazer, estudando-o através dos acontecimentos a que me referi nesta ligeira síntese e de outros que se refletem em projeções luminosas na história de sua vida. Não lhes faltará farto e abundante documentário.

Quanto a mim, está cumprido o dever que me impus: o de prestar mais um depoimento consciencioso e sincero sobre o saudoso compatriota e querido amigo, que foi e continuará a ser, pela sua grandeza política e moral, um dos cimos mais elevados do Brasil Republicano.

## PINHEIRO MACHADO NA INTIMIDADE — EVOCAÇÕES

GUSTAVO BARROSO

O sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Dr. Gustavo Barroso, declarou não poder silenciar as recordações a lhe virem à lembrança na sessão em que se evocava o vulto daquele com quem o orador muito privara e a quem dedicou grande amizade. As suas primeiras palavras eram para traduzir a emoção com que ouvia uma das vozes eloquentes e austeras do Senado de outrora, como é o ministro Tavares de Lira, que com a sua autoridade veio dizer dos tempos em que a figura marcante e inconfundível de Pinheiro Machado atravessou o cenário da política nacional.

Recordou que, vindo moço do Ceará, seu Estado natal, encontrara no Rio de Janeiro a imprensa a alcunhar Pinheiro Machado de Chantecler, o galo da peça de Rostand. Chantecler dos poteiros diria Rui Barbosa, fazendo inegável alusão. Mas a personagem do teatro de Rostand supunha que fazia nascer o sol com o dobre marcial do seu canto a ecoar à distância nos horizontes vazios, que o galinácio despertava sonoro, pondo-se então, entre os demais bichos do terreiro, em posição de destaque, presunçoso de tamanho feito maravilhoso. Ora nada de fictício em Pinheiro Machado, que era a expressão real do poder político, e o Sr. Gustavo Barroso discorda da comparação. Semelhança êle acharia de Pinheiro com o galo de briga, que, como todo homem criado nos rincões do Rio Grande do Sul, Pinheiro Machado tinha na sua preferência, por ser o bicho de golpe certo e seguro na luta.

O porte esguio do senador gaúcho de fato lembrava a ave de combate. O olhar dominante e sereno, o perfil adunco, a atitude confiante, a sobriedade de quem domina com firmeza e de modo decisivo, o orador então lembra aos que estiveram na presença do pelejador dos pampas e cochilas e que se recordam do seu garbo sóbrio, seu pisar firme, as botinas que usava de salto alto como já fôra moda, o finíssimo chapéu de Chile de alto preço, a gravata bem laçada em que

luzia valiosíssima pérola, e a testa fugidia descoberta pela cabeleira posta para trás, recaindo sobre a nuca acima de um colarinho lustrosíssimo e à moda dos românticos, como a penteava Pinheiro Machado.

Este era o retrato que o orador fazia do homem. Pinheiro não era um imaginativo para ser levado pela fantasia, seduzido por qualquer suposição, para compor tal atitude de mando. Ele era de fato o mando. Era o homem da prêsa certa e em quem se sentia a bravura, a altivez e também o espírito meditativo próprio do isolamento em que vive disperso o indivíduo das regiões descampadas do sul.

O Sr. Gustavo Barroso, que privou da intimidade da figura do republicano histórico, então conta como, aos 22 anos de idade, ele conheceu pessoalmente aquêle de quem todo o Brasil falava.

Era no tempo em que o *Jornal do Comércio* acabava de se instalar na Avenida Rio Branco, então denominada Avenida Central. O seu edifício, que hoje não acompanha mais os arranha-céus em elevação altíssima, foi entretanto o mais alto da cidade, tendo na parte de cima um balcão de onde descortinava toda a cidade do Rio de Janeiro.

Na época, isso pelo começo do segundo decênio deste século, veio exhibir-se perante os cariocas um aviador de nome Locatelli, que mostraria à população da cidade a curiosidade de um vôo de aparelho motorizado. A exibição era um acontecimento. O *Jornal do Comércio*, em face da novidade do espetáculo, convidou o mundo oficial para, do seu mirante como não havia igual na cidade, assistir ao feito, e o Sr. Gustavo Barroso foi designado para receber os convidados.

Chegou o vice-presidente da República, veio o vice-presidente do Senado, e todo o mundo oficial. Pinheiro Machado, que era o vice-presidente do Senado, mantivera-se recuado do parapeito, altivo e de pé com o olhar vagamente estendido à distância, em frente, quando o Sr. Gustavo Barroso, que notou a sua posição de afastamento, com ele insistiu para que passasse à frente, pois veria melhor.

— Não vou! respondeu. Tenho vertigem.

O orador nunca supusera que aquela figura, tão dominante, do homem no momento mais poderoso do Brasil, tivesse vertigem, e, admirado pelo que ouvia, passou de certa maneira a sublinhar a frase, atalhando com a rapidez a que leva a surpresa:

— Nunca pensei que V. Excia. tivesse a vertigem das alturas...

Pinheiro franziu a testa e calou-se em uma atitude reservada.

O vôo de Locatelli transcorreu com pleno êxito. Circundou ele o torreão do *Jornal do Comércio*. Mostrou como se movimentava se-



nhor dos ares. E, finda a exhibição, desceram os convidados, passando ao grande salão de recepção onde havia um grande órgão ao fundo, em que a figura de José Carlos Rodrigues, à noite, às vezes se isolava discretamente, para fazer soar o instrumento tão sonoro e da sua predileção.

Mas o Sr. Gustavo Barroso foi interpelado pelo diretor do jornal, que indagava curioso do que havia para tanto perguntar Pinheiro Machado a respeito d'êlé, querendo saber quem era, o que fazia e donde vinha. Ficou o Sr. Gustavo Barroso intrigado e foi ao salão onde havia a recepção, para estar na presença da figura excepcional do político, o que resultou numa conversa estabelecida e acabou com a seguinte despedida de Pinheiro Machado:

— Gostei de ti, rapaz! Quando estiveres empurrando para diante o barco da vida e precisares duma remada, vai me procurar. Sabes onde moro?

Gustavo Barroso, agradecendo, disse que sabia, e acrescentou que era à rua Haddock Lobo.

— Não é mais ali, retrucou Pinheiro. Mas na rua Guanabara, em uma casa no morro a que essa gente por aí chama Morro da Graça. Vá conversar. Vá mesmo almoçar...

O grande convite estava feito!

Moravam o orador e Miguel Melo em uma pensão da rua das Laranjeiras. Depois do jantar, havia tempo para ir à casa do político a quem procuravam tantos. A casa do Morro da Graça, Gustavo Barroso esteve a descrever como era, fazendo curiosíssima análise. A amplitude senhorial e mau gosto que apontou por vezes como o da mobília de sala, feita de chifres de veado, que denunciava a predileção do homem do campo. Mas, como historiador, Gustavo Barroso então fez curiosa advertência, dizendo que a vida de Pinheiro Machado se refaz na série de anedotas que dirão mais do que a biografia que se escrevesse lacônicamente, sem o pitoresco dessas referências que traduzem afinal o contacto com a realidade. Aliás elas reproduzem o trato do político com os elementos partidários. São a maneira do arregimentador de partido político. Revelam o modo de Pinheiro se entender com a imprensa, arguto e calmo. Mostram o jeito de se aproveitar dos acontecimentos. Nenhum outro homem foi em seu tempo como êle nesse particular, e a sua atitude vai-se revelando no que contam, multiplicando-se com isso as facetas diversas numa constante manifestação de quem era Pinheiro, surpreendente e dominante. A verdade é que, mudado por completo o regime político com a proclamação da República, o mentor político do país havia de ser outro, outro o arregimentador de homens em um meio novo, revolucionário,

amorfo, ainda por se organizar. Havia outrora um monarca com os seus políticos, em tórno de quem a política se habituara a girar; mas surge então o organizador de partido, sabendo aproveitar-se de todos e de tudo. As silhuetas então se recortam tôdas ao lado de Pinheiro, sendo êle o homem capaz de manter com segurança a política nacional, o que faz com que certas espécies de anedotas fiquem para sempre expressivas. Aconteceu assim que a política da República ia ter à casa do chefe gaúcho, e descrever a era descrever a casa do Morro da Graça no seu ambiente e hábitos.

Contou o Sr. Gustavo Barroso que, depois do jantar, Pinheiro entrava na sala de visitas, já cheia de gente, surgindo de uma porta de vai e vem que dava para o interior. Vestia um dolman branco abotoado até a gola. Dirigia-se a uns com quem falava; a outros saudava de longe, mas por alguns passava indiferente. Feita a recepção que tinha de fazer, destinava-se à sala de bilhar onde o esperava Armênio Jouvin com quem jogava uma partida, apostada em dinheiro, aliás pôsto em dois cantos opostos do rebordo a cercar o pano verde. Pinheiro Machado mandava vir o seu chapéu de Chile abaixando-lhe a aba da parte da frente, para proteger os olhos da luz da lâmpada a iluminar a mesa em que corriam as bolas de marfim. Então, empunhava o taco, cuja ponta cobria de giz, morosamente, e começava a partida, fazendo-se completo silêncio em tórno. Pinheiro, que era grande jogador, empenhava-se em ganhar, e Jouvin, parceiro na altura, perdia sempre.

Acrescenta o Sr. Gustavo Barroso que a Pinheiro Machado desgostava a adulação e muito menos suportava as pessoas muito solícitas e pedantes. Certa vez, entra pela sala durante a partida de bilhar alguém que o vinha cumprimentar. Dirigindo-se a êle, aperta-lhe a mão, para depois ficar entre um grupo de assistentes atentos em sinal da excessiva admiração com que acompanhavam o chefe carambolar. Mas o visitante, para que todos o ouvissem, fica a falar exuberante em medicina com termos difíceis, professor que era. Pinheiro irritou-se com a conversa que perturbava a gravidade do jogo, e, batendo com o taco no chão como quem o preparava para lhe pôr novo giz, disse ao médico que se mostrava tão sabedor e falante:

— Oh! Fulano, você hoje já viu o Biguá, que anda meio doente...

Biguá era o seu cavalo de corridas, famoso no turf da época...

Pinheiro sempre reservava ironia sem complacência para a multidão de advenas todo o dia em sua casa. Certa vez estava na mesa de almôço e conversava-se a respeito de um artigo do famoso jornalista dono do *País*, João Lage, muito favorável à política de Pinheiro e que naquele dia fôra muito comentado, a respeito de um caso de intervenção federal.

Uns apreciavam o jornalista, os outros a questão política em foco, mas a tantas Pinheiro, que tinha a seu lado, na mesa, um político a quem apelidaram *raposa de espada à cinta*, pergunta-lhe desembaraçado:

— Que pensas tu do que escreveu o Lage?

— Ainda não li os jornais de hoje, general! respondeu êle prontamente. Tive muito que fazer!

— Nada disso! retrucou Pinheiro, com o ar franco de quem achava muita graça, e explica: — Êle já leu! Leu todos os jornais até antes do café da manhã, que toma sossegado já sabendo tudo como vai! E, voltando-se para o amigo em tom pilhérico: — Tu de esperto queres saber o que eu penso, pois não digo nada! retorquiui à sutil raposa decepcionada.

As refeições em casa do senador riograndense eram lautas, mas nem sempre o serviço era preparado para tantos comensais. Acontecia que, quando aumentava o número de convivas, multiplicava-se a carne, misturando-se a uma farofa com ovos, aliás feita com farinha abundante a ponto de chegar para todos. Pinheiro, na mesa, servia-se em primeiro lugar, mas para êle vinha sempre o prato mais fino, a galinha, enfim o que havia de mais leve e não chegava para os que estavam na mesa. Era então que êle, acolhedor e bonancheirão, apontava o prato de urgência, milagre de multiplicação dos pães, feito à última hora, e dizia paternal:

— Está alí aquêlo pratinho muito bem feito, preparado por Nhã-nhã, que é ótima cozinheira. Não é? perguntava êle à mulher, sentada na cabeceira oposta da mesa.

Acontecia que todos se atiravam ao prato, solícitos, mostrando agrado, sofreguidão em comer, enquanto trocavam gabos e cumprimentavam a dona da casa.

Certa vez Pinheiro que chamava todos ao prato milagroso, deixou a mesa, e, ao sair da sala de almoço, em companhia do Sr. Gustavo Barroso, que era então deputado federal, lhe perguntou:

— Tenho reparado! Por que não comes nunca daquele prato de farofa por mim recomendado?

Respondeu Gustavo Barroso:

— Porque não gosto! Porque como só do que gosto! terminou frisando as duas últimas palavras com uma certa ênfase com que acentuava a sua personalidade. Pinheiro, que se apercebeu logo do tom com que o Sr. Gustavo Barroso dizia comer só dos pratos de que gostava, soltou uma grande risada das que dava, silenciando depois

tudo quanto era de dizer... De fato os outros convivas, gente afoita, tinha se precipitado em gostar do prato!

Era assim que certa multidão girava em torno do chefe, sôfrega, atenta, submissa, para que êle a olhasse de cima como sabia fazer.

O chefe político sabia distinguir os homens a quem prezava, e, dizendo de si, contou o Sr. Gustavo Barroso como certa vez se manteve diante de Pinheiro Machado quando deputado ainda não era, mas sômente um rapaz, simples redator do *Jornal do Comércio*.

Estando na grande sala de visitas, nela se encontrava Pinheiro Machado que, ao bater uma janela levada pelo vento, disse ao moço jornalista:

— João (assim o chamava porque dêsse nome usava o Sr. Gustavo Barroso com o pseudônimo de João do Norte) fecha-me aquela janela!

Gustavo Barroso abriu a porta de vai e vem que dava para o interior da residência, e disse alto, a fim de que o criado ouvisse:

— Inácio, vem fechar a janela que o general está mandando!

E não foi o Sr. Gustavo Barroso quem a fechou.

Mas já se adiantando a noite, vai êle se despedir do dono da casa, que sisudo lhe deu ordem ríspida, sem corresponder à mão que se lhe estendia:

— Fique!

E Gustavo Barroso ficou.

Ficou por muito tempo enquanto todos se foram indo até que êle acabou a sós com o general, que se dirigiu, acompanhado de Barroso, ao escritório. Em silêncio tudo ia transcorrendo, em silêncio escreveu muitas cartas, endereçou-as, dando-as ao criado que humedecendo a goma do envelope com saliva, ia fechando-as tôdas. Por fim Pinheiro acabou de fazer a correspondência e ficando então só com o rapaz que detivera, lhe disse:

— Então não obedeces fazendo o que te mandou fazer um homem mais velho que tu? Não foste pessoalmente fechar a janela?

Gustavo Barroso mostrou não querer desrespeitá-lo, mas acrescentou que tudo o que êle pedisse para fazer, o faria de muito gosto. Mas era um pedido; a uma ordem, conforme fôsse dada, não obedecia êle.

Pinheiro Machado calou-se solene, e levantando a cabeça autoritária gritou para o interior da casa, e chamando o criado, ordenou:

— De hoje em diante êste moço pode passear nos meus cavalos. Gosto de ti! — disse êle a Gustavo Barroso a quem compenetrado se dirigiu em poucas palavras, menos até que as que costumava dizer.



E dava a prova do mais espontâneo afeto que manifestava como homem simples de hábitos e predileções.

O orador, o Sr. Gustavo Barroso, insiste em dizer e explicar como teve a Pinheiro Machado por amigo, não sendo dêle partidário. Refere-se a como conseguiu um entendimento entre o político, riograndense, chefe de grande partido, e a sua grei partidária no Estado do Ceará, com as rédeas do govêrno local nas mãos. Resolveu assim casos políticos. Ressaltando a figura do amigo, homem afetivo nas suas atitudes rústicas e autoritárias, mas superiores e moralmente elegantes, completava o retrato marcando-lhe os traços que talvez, se não fôsse dados, a posteridade não os percebesse e não os poderia encontrar.

Adverte o orador que não era uma conferência, que êle estava fazendo; essa pronunciara a mais alta expressão moral de político e historiador, figura de grande cultura, conviva e partidário do senador gaúcho, pessoa mais que ninguém capaz de evocar o ilustre morto e traçar-lhe o perfil para a posteridade. Acrescenta que não viera falar, e sim ouvir. Mas, depois de ouvir, pediu a palavra para deixar naquela expressiva comemoração, correr, com as lembranças que despertaram vivas, uma lágrima de saudade.

## AS ATIVIDADES MULTIFORMES DO EMBAI- XADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

CLOVIS MONTEIRO

Na sessão realizada em oito de maio do ano de 1952, usando da palavra, o Sr. Mozart Monteiro começou por lembrar que o Instituto Histórico costuma congratular-se com os seus membros quando êstes, fora desse grêmio, se distinguem, ou são distinguidos, por serviços prestados à Pátria. E' o caso do presidente do Instituto, Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares. Interpretando o pensamento de seus consócios, diz o orador que o embaixador Macedo Soares, fundador e, durante dezessete anos, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acaba de renunciar a êsse cargo, que tanto honrou, para se dedicar, mais a fundo, à grande obra, que está escrevendo, sôbre a História da igreja no Brasil.

Sendo esta sessão a primeira oportunidade, que se oferecia, para que o Instituto tratasse do assunto, cumpria o orador o grato dever de declarar que o Instituto se regozijava com o seu ilustre presidente perpétuo por ter êle podido, no pôsto que deixava, prestar novos serviços ao Brasil e por haver deliberado consagrar-se, ainda mais, à sua obra monumental sôbre a História da igreja em nosso país.

Relembrando que o embaixador José Carlos de Macedo Soares, em sua longa e fecunda vida pública, — deputado federal e constituinte, ministro das Relações Exteriores e da Justiça, várias vezes embaixador, professor e diretor de estabelecimentos de ensino, governante de São Paulo, e membro das altas associações culturais do país e do estrangeiro, tem prestado à nossa Pátria relevantes serviços, acentuou o orador que os serviços mais recentes, prestados na presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, precisavam ser consignados nos Anais do Instituto Histórico, isto é, na sua secular Revista, o mais rico repositório de documentos relativos à evolução nacional: serviços numerosos e relevantes, que, apenas enumerados,

falam por si mesmos, dispensando, no momento, quaisquer comentários.

O embaixador José Carlos de Macedo Soares era ministro das Relações Exteriores, quando se promoveram, com sua participação, providências tendentes a estabelecer um sistema de coordenação dos trabalhos estatísticos no Brasil. Dos estudos então elaborados por uma comissão interministerial, surgiu a idéia de criação do Instituto Nacional de Estatística, o que se fez através do decreto n.º 24.609, de 6 de julho de 1934.

Para a presidência da nóvel organização, cujos alicerces definitivos seriam plantados, em regime de cooperação inter-administrativa, com a Convenção Nacional de Estatística, foi designado o embaixador José Carlos de Macedo Soares. Caber-lhe-ia assim o difícil encargo de promover não só a celebração da Convenção, como também a instalação do Instituto.

Promovidas as medidas iniciais a fim de dar corporificação à idéia que o decreto n.º 24.609 consubstanciava, foi instalado o Instituto a 29 de maio de 1936, seguindo-se a celebração, a 11 de agosto do mesmo ano, da Convenção Nacional de Estatística, instrumento êste de alta expressão política, a que apuseram suas assinaturas representação do Governo Federal e representações de todos os Estados da Federação. Fixava a Convenção o princípio de cooperação, entre a União e as Unidades Federadas, para a realização dos serviços estatísticos nacionais, estabelecendo-se, outrossim, princípios e normas de divisão racional de trabalho, de regulamentação do Conselho Nacional de Estatística, como órgão supremo da entidade, e do mais que necessário se fazia para o completo êxito do sistema estabelecido.

A atuação do embaixador José Carlos de Macedo Soares se fez sentir então, de modo marcante, quer orientando, com seu descortino político, os trabalhos em realização, quer ainda dando vida administrativa e técnica ao Instituto. Para tanto atraiu aos quadros do novo órgão elementos técnicos capazes, fôsssem de repartições federais, fôsssem de repartições estaduais.

Instalado o Instituto, compreendeu-se a necessidade de se articularem, no mesmo sistema de cooperação, os serviços geográficos, tendo em vista, particularmente, a importância recíproca dos trabalhos de Geografia e de Estatística. Surgiu então o decreto n.º 1.527, de 24 de março de 1938, instituindo o Conselho Nacional de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística, cujo nome, em virtude de sua nova organização, passou a ser Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conforme dispôs o decreto-lei n.º 218, de 26 de janeiro de 1938.

A atuação do embaixador José Carlos de Macedo Soares passou então a abranger os largos âmbitos da Geografia e da Estatística do país, orientando, estimulando, imprimindo diretrizes firmes aos trabalhos e geógrafos e estatísticos nacionais, que, sob seu comando de chefe e de amigo, passaram a integrar os quadros do I.B.G.E. Não deveria, porém, circunscrever-se a êstes campos o eficiente espírito de realização do presidente do I.B.G.E. Eis que se aproxima o ano de 1940, e cumpre promover os trabalhos do Recenseamento Geral, de modo a retomar-se o ritmo decenal das operações censitárias no Brasil. O decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938, dispôs sobre os recenseamentos gerais do Brasil, marcando-os para os anos de milésimo zero. Baseiam-se os dispositivos dêsse diploma legal nas sugestões apresentadas pelo I.B.G.E., através de seus conselhos dirigentes, ao governo da República. E em 1 de setembro de 1940 se realizava, em todo o país, o V Recenseamento Geral, obtendo-se o maior êxito no empreendimento.

Ainda sob a presidência do embaixador Macedo Soares, e mais diretamente dirigidos e orientados pelo Instituto, são realizados, em 1950, os trabalhos do VI Recenseamento Geral, que prosseguem em ritmo da mais integral eficiência, graças às diretrizes que foram imprimidas à sua organização.

Resumindo o que foi a obra levada a efeito pelo embaixador Macedo Soares, como primeiro presidente do I.B.G.E., podemos apontar os seguintes empreendimentos a que se dedicou o Instituto, sob a sua magistral orientação:

I — *No setor Estatístico:*

1. Criação de repartições de estatística nas Unidades Federais onde ainda não existiam;
2. Levantamento sistemático e rigoroso da estatística do comércio interestadual;
3. Melhoria do Registro Civil e cômputo regular do seu movimento;
4. Melhoria das estimativas da produção agropecuária;
5. Padronização sistemática da nomenclatura das repartições federais, estaduais e municipais de estatística;
6. Aperfeiçoamento dos serviços de estatística educacional, nos termos do Convênio Inter-Administrativo de 20 de dezembro de 1931;



7. Regularização do levantamento das correntes internas de comércio, em decorrência da elaboração sistemática, pelas repartições regionais, das estatísticas de exportação por via terrestre para localidades brasileiras;
8. Execução anual, e sempre melhorada, das Campanhas Estatísticas, através dos Cadernos A, B, C e, posteriormente, do D;
9. Criação de Seções de Estatística Militar nos órgãos centrais regionais e na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística;
10. Aparecimento da *Revista Brasileira de Estatística* e do *Boletim Estatístico*, como órgãos periódicos de divulgação estatística, e reinício da publicação da série de *Anuários Estatísticos*, interrompida desde 1908;
11. Desenvolvimento das atividades publicitárias da estatística brasileira, através de publicações especiais com a divulgação de estudos e quadros estatísticos, sendo de notar as séries *Estatística Demográfica*, *Estatística Biométrica*, *Estatística Agrícola* e *Estatística Cultural*;
12. Reorganização da Sociedade Brasileira de Estatística;
13. Realização de duas Exposições Nacionais de Educação, Cartografia e Estatística, a segunda das quais, em 1942, como parte da colaboração do Instituto aos festejos do “batismo cultural” de Goiânia;
14. Adesão do Brasil ao Instituto Inter-Americano de Estatística, cabendo salientar a escolha do estatístico brasileiro, M. A. Teixeira de Freitas, para a primeira presidência da nova entidade, como homenagem à organização da estatística brasileira;
15. Intensificação da obra de aperfeiçoamento do funcionalismo de estatística, quer em virtude da exigência de concurso para provimento das vagas existentes, quer pela realização de Cursos de Aperfeiçoamento promovidos, ora diretamente pelo Instituto, ora sob seu estímulo, por outras instituições, como é o caso do Curso de Aperfeiçoamento Bulhões Carvalho, organizado pelo Instituto Brasileiro de Mecanização;
16. Instituição do *Boletim Individual*, como parte integrante dos processos, de modo a servir de base às estatísticas criminais, policiais e judiciárias;
17. Decretação de medidas no sentido de ser normalizado o levantamento das estatísticas administrativas, nos diversos setores, — federal, estadual ou municipal, — da administração brasileira;

18. Celebração dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, através dos quais se fixaram normas fundamentais para o funcionamento, em moldes de padronização técnica, dos órgãos municipais de estatística;

19. Instituição do *Registro Industrial*, como base ao levantamento da estatística industrial em todo o país;

20. Elaboração do *Vocabulário Brasileiro de Estatística*;

21. Estabelecimento, pelo decreto-lei n.º 4.462, de 10 de julho de 1942, da obrigatoriedade de prestação de informes para fins estatísticos;

22. Elaboração das *Tábuas Itinerárias Regionais* e das *Tábuas Itinerárias Brasileiras*;

23. Filiação, ao Instituto, de órgãos estatísticos existentes em repartições autárquicas ou para-estatais;

24. Execução dos Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional, como contribuição do Instituto aos estudos ligados à defesa do Brasil durante o período da segunda Guerra Mundial;

25. Instituição e celebração do “Dia do Município”;

26. Estudo e elaboração da *Nomenclatura Brasileira de Mercadorias*, a fim de serem classificados racionalmente todos os nomes de mercadorias usados na apuração da estatística comercial;

27. Criação, na Secretaria Geral, de um órgão destinado ao intercâmbio internacional de dados estatísticos;

28. Instituição do *Registro Escolar*, para o ensino primário, em todo o país;

29. Ampliação e remodelação do Serviço Gráfico, em condições de melhor atender às suas finalidades;

30. Execução dos trabalhos para a elaboração do *Guia Nacional de Exportação*, já submetido o respectivo anteprojeto a apreciação do Congresso Nacional;

31. Estudo e aparecimento dos primeiros resultados da balança de pagamento do Brasil;

32. Lançamento da *Sinopse Estatística do Brasil*, em português, inglês e esperanto;

33. Início do lançamento das *Sinopses Estatísticas Municipais*;

34. Estudos sistemáticos para o levantamento da renda nacional do Brasil.

## II. No setor Geográfico:

1. Campanha dos mapas municipais, mercê da qual foram elaborados os mapas de todos os municípios do Brasil, como base para o preparo do Mapa Geral do país;
2. Estudo e definição dos sistemas de divisas inter-municipais e inter-distritais;
3. Consecução dos atos municipais delimitatórios das “zonas urbanas”, “subordinadas” e “rurais” dos municípios;
4. Consecução das medidas sistematizadoras e reguladoras da divisão territorial, com a uniformização das designações das circunscrições e respectivas sedes;
5. Início, intensificação e desenvolvimento da campanha das Coordenadas Geográficas;
6. Estabelecimento de planos para a campanha de altitudes e para o levantamento aerofotogramétrico;
7. Realização da I Exposição Nacional de Mapas Municipais;
8. Aparecimento da *Revista Brasileira de Geografia* e do *Boletim Geográfico*, além de numerosas publicações especiais, sobre a geografia nacional;
9. Publicação da Biblioteca Geográfica Brasileira;
10. Revisão da Carta Geral do Brasil, de que já se publicaram numerosas folhas;
11. Estudo e divisão do país em grandes regiões fisiográficas, com base em critérios consentâneos com os fatos de nossa geografia física;
12. Elaboração do Vocabulário Geográfico de várias Unidades da Federação;
13. Instituição do concurso de monografias municipais, o que estimulou o aparecimento de interessantes estudos regionais;
14. Realização de levantamentos topográficos de várias partes do território nacional;
15. Campanha em prol da revisão da nomenclatura das estações ferroviárias;
16. Instalação do Curso de Cartografia, permitindo a formação de um corpo de especialistas na matéria;

17. Desenvolvimento das pesquisas geográficas regionais, através da criação de órgãos especializados em diversas Unidades da Federação;

18. Reinício da série de Congressos Brasileiros de Geografia, celebrando-se o IX, em Florianópolis, em 1940, e o X, no Rio de Janeiro, em 1944;

19. Início dos trabalhos de elaboração do *Prontuário Geográfico Brasileiro* e do *Glossário de Termos Geográficos*;

20. Revisão de linha geodésica *Cunha Gomes* na divisão do Território do Acre com o Estado do Amazonas;

21. Organização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, realizada no Distrito Federal;

22. Realização, nessa oportunidade, da Exposição Pan-Americana de Geografia e Cartografia e de Aspectos Geográficos do Brasil;

23. Criação do Serviço de Geografia e Cartografia, como órgão central do Conselho Nacional de Geografia;

24. Estudo, encaminhamento e solução de casos de limites interestaduais, encerrando-se, dentro do mais sadio patriotismo, litígios existentes;

25. Integração do Brasil na União Geográfica Internacional;

26. Estabelecimento de medidas gerais e regionais que visam a proteção e defesa dos marcos astronômicos, geodésicos, topográficos e outros, de natureza geográfica;

27. Preparo de mapas para os trabalhos do Censo Continental de 1950;

28. Realização de Tertúlias Geográficas para discussão e exame de problemas e aspectos da geografia brasileira;

29. Realização de Cursos de Férias para professores de Geografia, de nível secundário.

Ao terminar a citação dos serviços prestados ao país, na presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, o orador Sr. Mozart Monteiro, declara que o Instituto Histórico se congratula com o seu ilustre presidente por êsse motivo e formula sinceros votos para que Sua Excelência leve a cabo, com felicidade, a sua obra monumental sobre a História da igreja no Brasil.

A numerosa assistência cobriu de palmas as últimas palavras do Sr. Mozart Monteiro, rendendo, assim, efusiva homenagem ao presidente perpétuo do Instituto Histórico.



## CENTENÁRIOS DE NOMES ILUSTRES DA BAHIA

AFONSO COSTA

Minha terra baiana muito estremecida, envôlta sempre nos crepúsculos vespertinos da tradição, teria se engalanado tôda, ouvindo os carrilhões, sinos e sinetas de suas catedrais e ermidas, como também o pipocar dos foguetes em diversos locais de cidades e aldeias que a representam, ao curso de vários meses do ano de que se comemora aos nossos dias a primeira centúria.

Costume que remonta aos seus quatro séculos e picos, naturalmente importado com os colonizadores, os sinos são tangidos e os foguetes explodidos, ainda hoje no interior da província, quando os deuses Lares, eternos e amáveis protetores, oferecem à população dessas localidades mais um que venha tomar parte entre os homens, sob os augúrios das utilidades à família, à pátria, à religião. Essa a maior e mais alta demonstração de como se tecem vaticínios para a felicidade dos que nascem, embora o pessimismo natural e generalizado de que isto aqui onde vivemos é um val de lágrimas perene, velado por um purgatório de portas abertas a todo o pano.

Por 1851 se contam, quase por todos os meses, nascimentos de pessoas que viriam a tornar-se de muito lustre e intenso brilho na sociedade, consideradas notáveis entre os que as receberam e que as aplaudiram em tôda a vida. Fomos todos os que as louvaram e vitorriaram e mesmo neste comenos aqui estamos na prossecução dessas manifestações, tantos os merecimentos por elas conseguidos, tantos os serviços à sociedade, à cultura, à pátria que elas realizaram. Bem que em demasia as louvamos e com êsse fim nos reunimos neste ensejo, tal como a esta hora também, acreditemo-lo, se está praticando na terra-mãe que as implumaram desde o bêrço.

No instante, porém, em que lhes comemoramos o primeiro centenário de nascimento, bem vale a pena a indagação, a quantos nos congregamos com êsse objetivo, perguntando-lhes: Que será melhor.

mais adequado e mais justo fazermos, com o propósito dos louvores, a comemoração de centenário de nascimento ou de morte? Essa indagação anda no ar, por diferentes partes, mas agora entendi de pô-la em escrita, porque, se as palavras vão no vôo do vento da volubilidade dos homens, a indagação, que é o espírito, fica na gravação permanente das coisas ditas e aí permanecerá até que se dignem os categorizados de oferecer-lhe a solução almejada. Nenhum desprimor supponho no avanço de minha resposta, antes que aquêles se pronunciem sustentando a afirmativa de que às associações culturais, aos historiadores, aos biógrafos cumpre a execução de comemorações centenárias tão só, ou principalmente, das que corresponderem à morte dessas individualidades notáveis.

Se assim supponho, ou penso, dirão os que me ouvem, ou lerem a pergunta, se a tanto se dispuserem, da falta de justificativa do meu proceder ao vir aqui fazer comemorações resultantes de nascimentos. Ainda ensejo se me depara no informá-los de que reuniões, quais as de agora, representam apenas festas genetliacas, anualmente celebradas à passagem de cada aniversário natalício de individualidades de nosso aprêço, no momento com mais efusão de regosijo e de louvores em prova de como as queremos e admiramos, para isso a tanto nos associando às suas famílias e descendentes demais.

Porque, de verdade, tais comemorações ficam mais distintamente feitas se à passagem de centenários de morte, quando mais conciente, mais distante e mais profundamente pudermos recolher da análise dos feitos o mérito dos homenageados. Em um século a vida que tiveram e a obra que realizaram êles ficam às nossas vistas e às nossas mãos, para a verificação minuciosa, o inventário ou balanço produzido, com a necessária partilha que entregaremos aos pósteros, para o destino consagrador nos dias venturos. Sei que alvitre meu, de tão pobre e tão humilde, ninguém aproveitará. Não me importa isso, pois que me calejei no hábito de contar as coisas sem qualquer cogitação de estarem elas ao aprêço de estranhas vontades. Nem valem como idéias, nesta mesma tese, senão como opinião particularíssima.

Todavia, aqui estamos congregados para comemorações de centenários de nascimento, e lá no fundo do quadro esfumado o odor de violetas, de suspiros e de saudades, um século de alguém que se fôra e do qual não é possível nesta oportunidade, e integralmente, tomar-lhe contas. Isso porque são tantos os sons dispersos dos carrihões e dos sinos, e tanto o pipocar dos rojões em tradução de alegria por nascimentos, que o da morte aguarde época para voltar à tona isoladamente. Para essa vez se reserva, por exemplo, a data do falecimento do baiano de alto coturno que foi o barão de Monte Santo,

Luís da Cunha Moreira, senador do Império pela província do Piauí e que a morte recebeu quando no desempenho do elevado encargo de presidente do Senado. A 21 de março o seu desaparecimento, nesta antiga côrte brasileira.

Desta sorte e apenas resultante da colheita procedida de relance, podemos enumerar a fila de nove nomes de baianos incontestavelmente ilustres, que no decurso de 1951 contarão a sua centúria existencial. Qualquer dêles, ao meu simples juízo, mereceria comemoração à parte, o que entretanto não é possível, visto como outras figuras e notáveis feitos brasileiros estão desafiando ocasião para congratulações por efemérides semelhantes. Ademais, que a Bahia, por suas instituições culturais, se desincumba de tão nobilitante atitude, pondo à luz dos dias correntes o lustre de filhos seus que nestes cem anos tanto se revelaram para a grandeza do Brasil.

Como permaneço no propósito de orientação dos assuntos históricos, e dos meus estudos dessa condição, segundo os preceitos de Cronos, cuido agora de nascimentos desde janeiro e hei de findar em novembro, com poucos meses de folga, rigorosamente destinados a descanso de tanto historiar a vida alheia. E começo com personalidade do outro sexo, pondo-a à cabeça da fieira, embora me distanciando em muito da crítica de Schopenhauer e dos maliciosos motejos, ou gracejos, de Berilo Neves. Dessa e de outras tais personalidades, na sua característica de intellectuais tão sòmente, sempre cuidaram minhas cogitações e já de alguns anos ousei perpetrar-lhes um livro de estudos, felizmente esgotado e que por isto não entra aqui como reclamo para a sua vulgarização.

A centenariante inicial é a poetisa Maria Augusta da Silva, com o casamento chamada Maria Augusta da Silva Guimarães Cerne. Nasceu a 4 de janeiro e a 1 de janeiro de 1873, com apenas vinte e dois anos de idade e na plenitude de uma lua de mel desabrochada entre flores, músicas e esplendores da idade e do matrimônio, lá se foi ela da vida, como previra, para "muito além da sepultura". Maria Augusta deu-nos a *Lira dos vinte anos*, versos deliciosos enchendo-lhe todo o livro, e João Batista Guimarães Cerne, nada indiferente às musas ou, melhor, a elas intimamente ligado, publicou *Favos e travos*. Se ambos os artistas já se entreolhavam com afetos denunciadores, depois de se tornarem autores de livros, passaram a ser namorados e, de seguida, noivos. Eduardo Carigé, também poeta e mais adiante igualmente centenariante, sendo primo-irmão de Maria Augusta, aceitou a mediação proposta por Guimarães Cerne e pôs às mãos da poetisa, e de seus pais, o pedido de casamento. Não havia par mais pro-

metedor de justeza e felicidades, paradigma de romances e novelas de venturosos matrimônios. O consórcio efetuou-se aos 22 de fevereiro de 1872 e o casal seguiu para Porto Seguro, onde o cônjuge, poeta e apaixonado, era servidor da Lei, em nome da Justiça. E lá, antes de um ano, a morte os separou, levando Maria Augusta para a *vida tranquila muito além da sepultura*. Tudo se enublou, os pais da extinta, o Dr. José Gomes da Silva e Maria Augusta Carigé, associados ao genro-viúvo, passaram a prantear sentidamente o sucedido, enquanto nós, tantas décadas passadas, recordamos-lhe os versos, os amores, os crepúsculos, que muito a recomendam, com razão, às homenagens tributadas ao tempo da primeira centúria de seu nascimento.

Se na obra da poetisa o lirismo algumas vezes denuncia injunções de incertezas, balbucio de ventos que não afirmam positivamente e risos que nem sempre exprimem as vozes do coração, o poeta que se lhe segue, Matias José dos Santos Carvalho, é realmente o arauto de uma poética revolucionária, revoltada, pronta a todos os embates, contra a Monarquia, contra o soberano, contra a catolicidade nacional e contra a escravidão do negro no Brasil. Dêle, ao transcurso do centenário, tive azo de tratar no respeitável Instituto Geográfico e Histórico de minha terra, em dias de janeiro findo. Era êle filho de português de nome ignorado e de baiana provida das adustas terras africanas e nasceu a 24 de fevereiro. Molecote, aprendeu a ler e contar quanto fartasse à sua curiosidade e necessidades primárias. Nessa aprendizagem sentiu um mundo-novo que se lhe descortinava, um qualquer ruído, ou movimento, que o impelia para um adiante mais dilatado, mais subido. Criou asas e distendeu-as através de outros horizontes. Veio para a corte, caixeirinho, depois guarda-livros, poeta. Por que os seus versos o denunciassem rebelado em face das coisas estabelecidas, certa imprensa independente, senão republicana, lhe franqueou espaços à colaboração. Poeta, jornalista, mas sempre guarda-livros. Os versos foram compendiados em livros, e êstes, tanto malsinados quanto gabados. Casou-se e, conquanto as rendas fôsem mínimas, vivia, sabe Deus como! pelo menos sem a carga de filhos. A Abolição foi-lhe um triunfo sem par e a República a vitória incomparável de seu imenso ideal político de brasileiro. Mas a êsse tempo a ruína do organismo, alimentada pelas necessidades dia a dia de mais premência. Floriano Peixoto, que o conhecia e o aplaudia, dêle se apiedou e deu-lhe emprêgo no arquivo da Marinha. Era tarde. Matias Carvalho, tuberculoso, depauperado, vencido, recebeu da Morte a visita definitiva aos 7 de novembro de 1901. Poucos o prantearam e raros o levaram ao túmulo no campo-santo ao Caju. Quem, entretanto, lhe quiser sentir, conhecer e apreciar-lhe a alma, ou a justificativa dêstes aligeirados elogios, que lhe ausculte a obra publicada.



Bem os mereceu e pena é que, por fôrça da ausência, a Bahia o tivesse por tôda a vida olvidado.

Dela, entretanto, permanentemente recordado, pois que visto, assistido, acatado em tôda a diuturnidade da existência, foi Torquato Bahia. Baiano até no nome indefectível e de família. Irmão do ilustre educador Antônio Bahia e sobrinho do ator e autor Xisto Bahia sempre aplaudido, na capital da província teve nascimento Francisco Torquato Bahia da Silva e Araújo a 27 de fevereiro, do casal Francisco de Paula Bahia da Silva e Araújo e Teresa de Jesus Maria do Sacramento. Ao referir-lhe o nome paterno, manda o meu dever de baiano lhe rememore as altas qualidades de guerreiro e de patriota, nos campos de Pirajá, quando da “pugna imensa” que se travou nos “cerros da Bahia”, e onde Francisco de Paula deixou sangue e mostrou bravura que nunca se apagarão de nossa história. Mas Torquato, diplomado aluno-mestre, fêz-se professor, ingressou na imprensa e na administração pública. Dispondo de cabedal de cultura da inteligência, também poeta, constituiu-se personalidade respeitosa, quanto respeitável. Alto, forte, simpático, insinuante, impunha-se à consideração e à estima dos contemporâneos. Tôdas as instituições culturais o enlaçavam nas suas linhas e o inscreviam nos seus quadros. Cronista excelente, de um aticismo sutil e por vêzes epigramático, no Grêmio Literário, no Conservatório Dramático, no Instituto Histórico, tinha êle lugar de saliente posição. A Academia de Letras, que se criou a 7 de março de 1917, incluiu-o no seu quadro e deu-lhe a ocupar a poltrona n.º 28, patronímica do frade rebelado e do poeta doentio que foi Junqueira Freire. E’ certo que, de muitos anos, Torquato Bahia se afastara das belas-letas, obrigado pelos deveres do cargo a que servia na Fazenda do Estado, o de diretor do Tesouro, mas a sua presença não faltava às sessões especiais do Instituto e da Academia, que o acata-vam e lhe ouviam o parecer. No Instituto sua última alocação, perfeita e luminosa, foi a 13 de agosto de 1918, de quando se inaugurava lápide comemorativa do jubileu de Rui, pois, para falar de Rui, Torquato possuía todos os predicados. A Bahia sempre o terá à vista, tanto êle a amou e a serviu até o dia fatal, êsse 23 de janeiro de 1919. Conheci-lhe a inteligência e o caráter, sondei-lhe o coração e aplaudi-lhe a fidalguia, e por isso ainda hoje o meu respeito em homenagem aos cem anos que lhe comemoramos.

Quem se depara agora à minha apreciação, pôsto ao panorama dos centenariantes de 1951, é Miguel de Teive e Argolo, cujo nascimento ocorreu a 10 de maio. Todo diferente do microcosmo de que me aproximo. E’ homem dado às coisas positivas, exatas, matemáticas, pois que engenheiro realizador, de cuja inteligência e profissão se encontram arrincoados os poetas, os liberais do pensamento em

liberdade. Profissional dos mais capazes no Brasil, autor e construtor de obras que aí estão a perpetuar-lhe o nome e a memória, aos seus méritos me refiro com o acanhamento do aplauso, e do louvor, de vez que estou, obscuro sobretudo, em plano de cogitações apenas subjetivas, se a tanto as pudermos enquadrar. Para habilitar-se como engenheiro civil fez curso e diplomou-se no Instituto Politécnico Rensselaer, de Nova York, e, logo na sua terra, teve comissões importantes de engenharia, por força destas escrevendo planos, orçamentos, traçados, diretrizes, pareceres, comentários, relatórios e defesas. Brasseur de méritos notáveis, era filho de Miguel de Teive e Argolo, com serviços consideráveis de guerra nas lutas da Independência na Bahia, e de Maria Murta de Argolo Melo e Pina, ambos de origem fidalga, sendo primeiro dos Argolos no Brasil o tão falado Rodrigo de Argolo que acompanhou Tomé de Sousa em 1549. Mapa por êle organizado, referente à Bahia, ainda se considera o melhor de quantos aparecidos até agora. Deu-se o seu falecimento a 30 de maio de 1916, na Europa, onde fôra à procura do restabelecimento da saúde, que se lhe ia findando...

Succede ao técnico da engenharia um corifeu da política e da administração. O Instituto proclama as simpatias que lhe vota através do filho digníssimo, que tanto eleva em grandeza e inteligência o quadro de seus associados e cujo nome é Vanderley Pinho. Êsse corifeu chama-se João Ferreira de Araújo Pinho, que renunciou ao poder de governador da Bahia para não ver, no seu govêrno, o sacrifício de sua terra sob o bombardeio ou o canhoneio, em janeiro de 1912, inspirado pela politicagem ambiciosa e deletéria. Sereno mas de ação, reservado mas realizador, tanto inteligente quanto culto, de fino aticismo na expressão como de elegante estilo na escrita. Dono de caráter moldado na mais discreta educação e polidez, era bem um lorde britânico transplantado no Brasil. Serviu-lhe de bêrço localidade que se lastima nunca tivesse tido progresso, o Coração de Maria, encravada entre a majestosa Feira de Santana e a opulenta Santo Amaro. Aí nasceu êle a 19 de junho, do casal Felipe Ferreira de Araújo Pinho e de Maria Joaquina de Carvalho, Bacharel em Direito por Pernambuco em 1871, serviu ao Ministério Público e passou à política, sendo empossado como presidente de Sergipe em 1876, onde permaneceu pouco mais de dois anos, pois que o imperador não consentia autoridades tais por longos períodos, bastando a dêle, no Império, até a morte, deposição ou abdicação. Deputado provincial e, mais tarde, geral, de 1881 até o final da legislatura e da Monarquia, senador no Estado e ainda seu governador de 1908 em diante. No seu govêrno, com o *slogan* "mais administração e menos política", foi a continuação de seu antecessor em realizações materiais. Mas o lema de

seu governo sofreu as contingências do partidarismo desenfreado, e nunca a Bahia se encontrou, nas ruas e na fama, tão ultrajada, em constante vilipêndio, como na fase administrativa em que a sua governança era central. Por isso, renunciou, com a esperança de que o ultraje não subisse tanto e tão criminosamente. Banqueiro, fazendeiro, nem rico nem pobre, mas honesto na administração como na vida social, foi modelo de dignidade. Em 1878 casou-se com Teresa de Melo e teve um filho, com o seu nome, feito deputado estadual, intendente de Santo Amaro e médico de profissão. Encontrando-se em viuvez, consorciou-se com Maria Luísa Vanderley, um nobre espírito de mulher e de fidalga, filha do estadista brasileiro barão de Cotejipe. Com tal espôsa e de tal sogro Araújo Pinho cobrou novas luzes de compreensão, cultura, discernimento, descortino. Vieram-lhe os filhos, cinco homens, engenheiros, bacharéis, médico, todos irmãos na semelhança da respeitabilidade social e intelectual, dois que foram prefeitos da capital, nascendo ainda uma filha. Não se diga que a política o atraçoara, mas os políticos lhe armaram tôdas as traições, menos à invulnerabilidade do caráter, da compostura e da inteligência. Morreu a 22 de julho de 1917, deixando uma esteira de nobre exemplo à posteridade.

Tão preto quanto Matias Carvalho, como êle brioso, inteligente, culto e digno é Manuel Raimundo Quirino, cujo nascimento ocorreu em Santo Amaro a 28 de julho. Há muito para se dizer de seu nome, de sua obra realmente importante, de sua vida e, de tal modo, resumir juízos a respeito, numa palestra assim de vôo, será pecado sem remissão. Quirino está à altura de merecer muito mais e mais ainda de quem saiba estudá-lo, tocando-lhe os frutos de sua produção fulgurante e opulenta, o que não é possível ao tacanho de minha inteligência, simplesmente curiosa. Em homenagem a Quirino, a êsse negro, irmão por pigmento e gênio dos Rebouças, do Gama, de Teodoro Sampaio, de Matias Carvalho, eu peço ao Instituto, dirigindo-me à autoridade de seu preclaro presidente, me seja reservada outra oportunidade para a comemoração especial do centenário de seu nascimento.

Há valores dessa progênie e porte de individualidade que não podem ser apreciados, nem julgados, num risco apenas de positiverações de seus méritos. Manuel Quirino é um destes, bem como Francisco Moreira Sampaio, cujo nascimento se anota a 9 de agosto. Tudo foi êle, nos lindes da vida intelectual. Estudante, quando na sua terra, meteu-se em teatro e dramaturgia. Veio para o Rio e diplomou-se em Medicina, ao tempo em que no periodismo era já autoridade, quer colaborando nos jornais quer fundando periódicos. Enquanto isso, servia cargos públicos e, de servi-los, e bem, ascendeu ao

pôsto de diretor de repartição, sem esquecer o teatro, pelo qual viu e sentiu os aplausos resultantes da estréia de sua comédia intitulada *Entre o Cassino e o Fénix*, em 1876. Admiramos-lhe a numerosidade da obra produzida em todos os ramos da dramaturgia. E tudo fêz, vitoriosamente, dentro de cinquenta anos de vida, pois que a morte o louscou e levou, nesta capital, aos 4 de outubro de 1901. Em horas que virão por todo o mês seguinte, os teatrólogos brasileiros estarão reunidos em congresso na cidade e em tal ensejo, com tôdas as justas razões, o centenário de Moreira Sampaio será condignamente comemorado.

Vai passar neste minuto um cientista dos mais graduados, que viveu no admirável tentame de iluminar os caminhos de quantos empobrecidos de visão se punham à sua presença. Era o Dr. Ribeiro dos Santos, mimosamente aludido pelo encantador Afrânio Peixoto no seu *Breviário da Bahia*. José Joaquim Ribeiro dos Santos, oftalmologista dos de mais crédito e fama no país, irmão de Moura Brasil no saber e ambos marcando, um aqui ao sul e outro ao norte, os dois polos da oculística nacional. Isso, ao tempo em que sua especialidade estava ligada à óptica, ou faculdade de ver, que a balbúrdia deletéria do momento confundiu com ótica, a faculdade de ouvir. Óptica e ótica, irmanadas ou assemelhadas na sinonímia, são o atestado de como tudo por aí importa no desentendimento dos homens. Político por experiência, foi senador estadual, mas arribou das artes de Licurgo porque as de Ana Bolena se faziam mais poderosas. Nascido a 27 de setembro, sessenta anos viveu, até 14 de agosto de 1911, e desde sua formatura, pela acreditada Faculdade de Medicina da Bahia, se tornou o paradigma do trabalho pela ciência e para a ciência, fôsse no estrangeiro ou na sua e nossa terra sempre estremecida. Ribeiro dos Santos, honra da oculística brasileira, que os baianos contemporâneos efusivamente louvavam, está bem à altura das homenagens nesta série de homens notáveis, nascidos na província baiana em 1851.

Nos meses não referidos, alguns outros centenários baianos hão de ter passado na vertiginosa revista que estou procedendo, quando em desfile neste curso do ano da graça de 1951. Deixemo-los, o mundo é largo e imenso e nêle muitos os chamados, mas escolhidos na forma do Evangelho só os desta apreciação, que já não são poucos. E vou findar, já em novembro, no dia 11, quando se registra o nascimento de Eduardo Carigé Baraúna.

Outro nome, êste, que está à guarda de melhor, mais distendido e mais sereno julgamento, tamanhas as suas valias intelectuais, tanta a elevação do seu patriotismo, tantos os serviços prestados à sua terra e à sociedade. Seu pai era o médico Manuel Carigé Baraúna e um seu tio todos consideravam um pregador eminente e fecundo poeta,



igualmente endemoniado franciscano de alto saber, liberdades e talento, com o nome de frei Francisco Xavier de Santa Rita Bastos Baraúna ou, para simplificar, tão somente frei Bastos. A obra de lutador realizada por Eduardo Carigé ainda não se diluirá neste século de incompreensíveis desmoronamentos, enquanto houver negro com proveniência da escravidão. E' que aos nossos dias se continua a chamar negro, com o qualificativo de *carigé*, como se pretendendo assim traduzir a filiação protecional que de Eduardo Carigé recebera, tal a ação por êste desenvolvida, galhardamente, em favor da liberdade dos cativos e da integração do negro na comunhão brasileira. Não sendo negro, nem branco *pedigree*, o que êle tinha era talento e ousadia. Estudante de Medicina, abandonou as promessas que o futuro lhe abria com o título de hipócrates e ingressou no jornalismo. Por que? Para que? Tão somente para de melhor modo assumir a defesa dos problemas que constituíam o seu objetivo, os seus sonhos, o seu ideal. Do jornal estendeu-se ao livro, para a doutrinação perseverante e permanente, e foi além, penetrando o teatro. Todos os meios da propaganda, da divulgação, da repercussão, da disseminação foram por êle postos em prática. Na sociedade, se o odiavam, se o temiam, se o exorcizavam, outros o queriam, o acompanhavam, o aplaudiam, o admiravam. Tinha lances de caudilho, vórtices e vontades de belicoso, tanto quanto a serenidade e a amenidade do cordeiro em face dos desprotegidos, dos infelizes párias sociais. Casado, teve filhos e os dignificou. Para manter-se economicamente na vida e por lhe não bastarem os réditos provenientes do jornalismo, ingressou de cedo na burocracia e chegou a diretor da biblioteca municipal da cidade. Por ela empenhou-se, aumentando-a, desenvolvendo-lhe a capacidade e a utilidade, mas veio um prefeito, algo imperfeito, e fechou-a. A livraria, que daria duas ou três bibliotecas populares em diferentes bairros da capital, tódá se transferiu para a Biblioteca do Estado. E antes assim, visto como há prefeitos, e até mais graduados, que mandam fazer auto de fé com livros, em praça pública, e não somente no Brasil. Eduardo Carigé Baraúna é figura dignificante no rol dos que em 1951 completam cem anos de nascimento. Registra-se sua morte aos 12 de abril de 1905, com o pranto e a saudade dos conterrâneos. De justiça merece êle eu lhe preste, nesta ocasião, a oferta de meu maior aprêço à sua memória.

Eu pecaria, de maneira imperdoável, se neste conjunto não contemplasse a figura excecional de Alfredo do Vale Cabral, intelectual realmente de exceção, servidor como poucos de nossas letras, de nossa história e de nossa cultura. Diz-se por aí do seu centenário a 17 de novembro, mas o fazem sem qualquer exame e apenas porque o delicioso Afrânio Peixoto, que em afirmativas de datas e de fatos algu-

mas vêzes claudica, embora prêso à intenção das utilidades, o dissera no seu *Breviário da Bahia*. E muitos o imitaram e copiaram, tão agradável pisar-se o rastro do encantador artista. O certo, porém, é que o mestre veio tardiamente, seguido dos seus acólitos, pois Vale Cabral viu a luz da vida na sua Bahia em 1850, nesse 17 de novembro, e a teve extinta nesta Capital Federal a 23 do dito mês, porém de 1894. Muito lamento não tivesse o transcurso de seu centenário comemorações correspondentes aos seus altos méritos...

Os centenariantes baianos em 1951 não são apenas os distintos nomes ora tratados nos reduziços perfís agora lidos, pois que nesse ano, quando a província, por sua felicidade, desfrutava plenitude de tranquilidade diante de tantas agitações anteriores, outros nomes de valer surgiram e vários acontecimentos memoráveis se registraram. E se os consideramos memoráveis, com edificantes razões os devemos trazer ao conhecimento dos nossos dias.

Bem sabemos como se iniciou, definhada, raquítica, quase amorfa a *Idade de Ouro do Brasil*, aos 14 de maio de 1811, o primeiro periódico baiano, do qual o nosso Instituto se orgulha em possuir uma coleção. Com as lutas da Independência, de 1820 a 1823, diferentes órgãos de publicidade nasceram, ora para esclarecer os acontecimentos, ora para estabelecer a confusão no espírito da população. Esses órgãos se foram desenvolvendo, crescendo, engrossando, distendendo e, por fim, em 1851, alguns dêles haviam resistido na peleja, desmentindo quanto se diz da precariedade da existência que se lhes vaticinavam para o próprio futuro.

Dêles, o de mais crédito, enumere-se, era o *Correio Mercantil*, que vinha de outubro de 1833, diariamente, com o seu lema "Liberdade, União e Tolerância", bastante para significar-lhe a orientação no meio social e político em que se distribuía. Veículo de notícias gerais, especialmente as de interesse comercial, mudava de períodos de aparecimento, e de objetivos, ao sabor de diretores ou proprietários a que era submetido. Mas se lhe não escurecem as prestadias na divulgação do que concerne aos interesses da província. Três nomes de redatores em suas colunas figuraram com brilho marcante, e foram os de João Antônio de Sampaio Viana, o do historiador alagoano Alexandre José de Melo Moraes e o de Manuel Correia Garcia, força basilar do Instituto Histórico local na sua primeira fase. O *Correio Mercantil* venceu todo 1851 e foi além, dentro da mesma finalidade de moderação e muito servindo a revelações da inteligência baiana.

Não era de menos valia nas suas utilidades, através das quais se tornou famoso e viveu, o *Guaicuru*, aparecido em outubro de 1843, com a divisa que sustentou até o termo de sua publicação, colhida na tragédia *Catão*, de Almeida Garrett: "Da liberdade a árvore não cres-

ce, se a não rega dos déspotas o sangue”. Era a ameaça aos ditadores, o aviso às massas populares para que fizessem justiça com as próprias mãos, extinguindo o despotismo, mesmo derramando o sangue dos seus representantes, para que a árvore da Liberdade pudesse abrir as suas franças potentes sôbre todos os que lhe procurassem o amparo e a proteção. Vê-se nisso ainda a emanção vingadora da Revolução Francesa, tão divulgada na Bahia, desde os fins do século anterior. À sua frente estava a ousadia republicana de Domingos Guedes Cabral, gaúcho de alto penacho, vindo da legião vitoriosa dos farrapos e que na Bahia se portou à medida dos grandes cometimentos e realizações, máxime ao serviço do ideal republicano. A obra de Guedes Cabral, através do *Guaicuru* e de outros órgãos de publicidade locais, ainda não logrou o julgamento de que carece. Esse valente periódico, ora diário ora trisemanário, se continuou por muito além de 1851.

Se havia o *Correio Mercantil*, a rivalidade comercial despertou a fundação do *Mercantil*, também em outubro, mas de 1844. Saía diariamente, ao interesse do comércio e sem qualquer matiz político. Responsáveis por sua orientação contavam-se os historiadores Inácio Acioli e Melo Moraes. O jornal viveu nove anos e teria encerrado os seus dias provavelmente com a transferência definitiva de domicílio dos seus dignos redatores para esta côrte.

Não podemos esquecer que em 1851 pontificava na Bahia um órgão de muito respeito, por sua finalidade e destino. Denominava-se *Noticiador Católico*, sòmente votado ao serviço da Religião e dado a lume sob os auspícios do ilustre prelado Dom Romualdo. Hebdomadário, com formato de revista, em suas colunas ainda hoje vamos buscar, e nelas encontrar, os passos de importante e exato noticiário, colaborações valiosas, em prosa e verso, em condição tão expressiva da Moral quanto da inspiração. Redigiram-no, em diferentes fases, padres do melhor conceito, quais Mariano de Santa Rosa de Lima, J. J. da Fonseca Lima, Francisco Bernardino de Sousa, fartamente memorados entre os contemporâneos. O *Noticiador Católico* veio de maio de 1847, pontificou em 1851 e seguiu a sua rota distintamente até 1863.

Outro de nobre projeção foi o *Século*, iniciado em outubro de 1848 e que em 1851 continuava mantendo o seu distinguido lugar na imprensa da Bahia. Em desabalada oposição ao governo e exclusivamente ao serviço do Partido Liberal, se fundado pelo Dr. Cândido Ladislau Japiáçu de Figueiredo e Melo, por seu redator principal se contava o luminoso espírito de João José Barbosa de Oliveira, o que abriu à claridade do mundo e das ciências o talento de Rui Barbosa, seu filho estremecido. O *Século* era trisemanário, depois diário, de



vez que aceito e querido na generalidade da opinião pública. Também era seu redator o Dr. Malaquias Álvares dos Santos, professor dos mais notáveis da Faculdade de Medicina.

O *Fiscal*, também de outubro de 1848, distribuía-se em 1851 com a mesma evidência do prestígio que trouxera de início, aberto ao serviço da Política e da Liberdade. Seu lema, pois que os periódicos dessa fase adotavam distintivos que lhes caracterizavam o destino, era uma frase de Madame de Staël, afirmando “que todo agente de autoridade que excede os limites concedidos pela Lei, deve ser reputado como instrumento da tirania”. Muitos órgãos de publicidade ainda hoje deviam trazer ao alto essa sentença, e segui-la, porquanto existe em demasia desses agentes por toda parte e não se pejam de servir desfarçadamente à tirania. Aliás e em verdade esse *Fiscal* bem cumpriu o seu destino.

Dentro desse mundo de movimentação de ideais políticos aparece, variante de periódicos de todos os matizes, a *Época Literária*, dirigida por um moço sergipano que se fez notável na Bahia, o Dr. Constantino José Gomes de Sousa, jornalista, dramaturgo, romancista, novelista e que, mão aberta no exercício de sua profissão de médico, morreu na tristeza da maior miséria. O periódico abrangia feição científica, literária, histórica e de belas artes, pois que assim correspondia ao fino gosto do velho visconde de Pedra Branca, senador do Império, amigo de poetas e na plenitude da fortuna, das veleidades literárias e dos prazeres serenos, tão próprios de sua idade. Veículo de preciosas colaborações, *Época Literária* vicejava galhardamente em 1851, mantida pela pecúnia do visconde.

Em meado de 1850 ainda o historiador Melo Moraes publicava na Bahia o *Médico do Povo*, para a propaganda da homeopatia e à frente do mesmo o encontramos no ano de que agora comemoramos o centenário. Nos meses seguintes vários jornais se publicaram, com extensão por todo 1851, versando humorismo, política, recreação, literatura, medicina e virulências. Aí está, por exemplo, o *Cascael*. Dirigia-o um sujeito desabusado, violento, venenoso e que ainda assim era poeta de proclamada valia, chamado Manuel Pessoa da Silva. Essa serpente veio a público para envenenar a política conservadora de Mauricio Vanderley e de Gonçalves Martins e de tal maneira procedeu que em muita coisa há visíveis parecenças de Pessoa da Silva com Gregório de Matos.

Vivia na cidade do Salvador o cachoeirano Próspero Diniz, jornalista do humorismo, do ridículo, da sátira e que se locupletou com o privilégio de explorar o vocábulo marmota, com ele batizando os seus periódicos. Assim fundou um na Bahia em 1845 e veio para aqui, onde em 1849 fundou a *Marmota da Corte*. O título caiu no gôto pú-



blico e *Marmota* que morria era pouco depois sucedida por outra. Isso aconteceu em dezembro de 1850, quando surgiu, para continuar existindo em 1851, a *Verdadeira Marmota*, humorística e rechaçante de conceitos mal-seguros. Seu redator trazia o nome de Antônio Coelho Fragoso, por certo aparentado dêsse iluminado espírito que era Arlindo Coelho Fragoso, fundador da Academia de Letras da Bahia e uma das inteligências mais brilhantes que conheci.

Mas pròpriamente em 1851, porque o ambiente estava repleto do que bastava ao clíma jornalístico, apenas três órgãos tais se publicaram no decurso do ano, os quais se intitulavam *Constitucional*, *Estandarte* e *Interêsse Público*, quase descoloridos, senão de todo apagados. Não resta dúvida, porém, de que nesse ano, posta de parte a ação partidária, que não nos surpreende, nem merece cogitação, a Bahia viveu tranquilamente, realizando a obra, conquanto tardia, ou tardígrada, do seu progresso.

Encerrando, pois, a apreciação e o comentário em que me envolvi e de que me acobertei nesta simples arenga, volto o meu espírito para a prestação da mais lúdima homenagem a quantos foram compreendidos aqui no círculo dos centenariantes baianos de 1951".

---

N. da R. — Conferência lida pelo sócio efetivo Sr. Afonso Costa na sessão de 20 de junho de 1951 do Instituto.

## PUBLICAÇÕES

### O SEGUNDO RAMO DA CASA IMPERIAL E A NOSSA MARINHA DE GUERRA

CLADO RIBEIRO DE LESSA

A família soberana de Saxe, não obstante apenas no século passado haver adquirido projeção mundial em virtude de alianças matrimoniais e outras circunstâncias, que deram a um dos seus ramos, o de Coburgo-Gotha, a varonia de quatro casas reinantes européias, é uma das de nobreza mais antiga do velho continente.

Sem buscarmos origens mais remotas em Witikind, chefe dos saxões, envoltas nas brumas de tempos de escassa documentação, ricos em lendas e pobres de fatos precisos, podemos com segurança datar o início dessa augusta família de Theodorico (Thierry) da tribo germânica dos Buzici, falecido pelos anos de 982 da nossa era, pai do conde Dedon, o qual, valendo-se das desinteligências entre o imperador Othon II e o duque Henrique da Baviera, invadiu a Thuringia inferior, apoderou-se da cidade de Zeitz e levou suas armas triunfantes até ao Saal.

Os territórios conquistados e conservados em sua descendência, se bem que não por sucessão hereditária, mas por investiduras especiais sucessivas dos imperadores da Alemanha, que se conformaram com o fato consumado, passaram a formar a marca (Markgraviat) ou província fronteiriça de Misnia (Meissen), constituída definitivamente em feudo hereditário a partir de Conrado o Grande, nascido em 1098 e falecido em 1157, casado com Luitgarda, filha do conde de Ravestein na Suábia. A êle o imperador Lothario II, seu primo, investiu do margraviado; reuniu aos seus estados, por heranças e novas investiduras, o burgraviado do Zoerbig, o condado de Ellenburg, a superintendência do grau de Suisili, o condado de Brena, os distritos de Budissin, Nisani e o condado de Rochlitz. Foi um grande senhor, pio, justiceiro, grande protetor da igreja, fundador e enriquecedor de numerosos mosteiros e templos. Partilhou seus domínios pelos cinco filhos varões, cabendo a Othon, cognominado o Rico, o margraviado

ou marquesado de Misnia; a Theodorico, o da Lusacia; a Dedon, o Gordo, os condados de Rochlitz e Grottsch; a Henrique, o condado de Wettin; e, finalmente, a Frederico I, o de Brena.

O princípio da divisão dos apanágios, vigorante entre os descendentes de Conrado o Grande, apanágios êsses que, em virtude de alianças matrimoniais e sucessões colaterais, ora se fundiam, ora se desdobravam novamente, já com novas linhas divisórias, torna impossível resumir em poucas palavras a história dos domínios da casa de Saxe e explicar como se formaram seus numerosos ramos. Ao fio da nossa exposição importa apenas dizer que Frederico, cognominado o Belicoso, descendente em 7.<sup>o</sup> grau de Othon o Rico, margrave de Misnia e landgrave da Thuringia, recebeu do imperador Sigismundo a dignidade de Eleitor do Sacro Império em 1423, que transmitiu a seu filho Frederico o Brando. Êste último teve quatro filhos varões, dois dos quais, Henrique e Alexandre falecidos sem descendência antes do pai. Sobreviveram-lhe Ernesto, fundador da linha Ernestina, do qual procedem a casa grã-ducal de Saxe-Weimar-Eisenach, e as três ducaes de Saxe-Meiningen, Saxe-Altenburg e Saxe-Coburgo-Gotha; e Alberto, mais jovem, tronco originário da casa real da Saxonia, que forneceu também alguns reis a Polônia, da linha Albertina.

O ramo Ernestino, que particularmente nos interessa, perdeu a dignidade eleitoral em 1547, na pessoa de João Frederico I, por motivo de sua adesão à reforma de Luthero, passando a mesma para o seu primo Mauricio, do ramo albertino. João Frederico II, filho do ex-eleitor de Saxe, obteve o território de Weimar, e fixou residência em Gotha, enquanto o irmão João Guilherme com o qual partilhara seus domínios, fazia aquisição do ducado do Coburgo.

A descendência de João Frederico II extinguiu-se em 1586, na pessoa de um seu neto, morto na puerícia, passando a herança para os descendentes de João Guilherme. Frederico Guilherme (d'Altenburg), filho dêste último, foi o tronco dos duques de Saxe-Altenburg, linha extinta em 1672, na pessoa do neto Frederico Guilherme III. Um irmão mais novo dêste, João, nascido em 1570, e casado com Dorothea Maria, princesa de Anhalt, foi duque de Weimar. Teve 10 filhos, dos quais o de nome Guilherme herdou o ducado posteriormente grão-ducado de Weimar; Alberto, o de Eisenach; e Ernesto, o Pio, o ducado de Gotha. Êste último constitui o tronco das casas ducaes de Saxe-Meiningen e Saxe-Coburgo-Saalfeld-Gotha.

Em tempos mais próximos de nós vemos o duque Francisco, falecido em 1806, trineto de Ernesto o Pio, duque de Saxe-Coburgo-Saalfeld, dando origem a várias casas reais da Europa. Seu filho Ernesto I, duque de Saxe-Coburgo-Saalfeld, sucedeu a seu pai em 1806 nos ducados de Coburgo e Saalfeld, aos quais acrescentou em 1826

o de Gotha. Este foi o pai de Ernesto II, duque de Saxe-Coburgo-Gotha, falecido sem descendência, e de Alberto, que desposou a rainha Vitória da Inglaterra, sua prima, constituindo a varonia da casa reinante atual da Inglaterra. O segundo filho varão de Francisco, Fernando, casou-se com Maria Antonieta Gabriela, filha de Francisco José, príncipe de Kohary, senhor de grandes apanágios na Hungria. No genro do príncipe de Kohary, que se converteu ao catolicismo, o imperador Francisco I da Áustria confirmou, por nova investidura, o monumental patrimônio dos Kohary. Maria Luísa Vitória, também filha do duque Francisco, casou-se com Eduardo, duque de Kent, irmão de Jorge IV da Inglaterra. Deste consórcio nasceu a rainha Vitória. Finalmente, o último filho do duque Francisco, Leopoldo, que se casara em primeiras núpcias com a princesa Carlota Augusta, filha e herdeira de Jorge IV, da qual enviuvou em vida do sógro, foi eleito rei dos Belgas a 4 de junho de 1831, casando-se em segundas núpcias com a princesa Luísa Maria Teresa Carlota Isabel, filha de Luís Filipe, rei dos franceses. Constituiu o tronco da casa reinante da Bélgica.

Dos filhos de Fernando e da princesa de Kohary o mais velho, também Fernando, desposou a rainha Dona Maria II de Portugal, tornando-se rei consorte com o nome de Dom Fernando II, e fornecendo a varonia da Casa Real Portuguêsa, cujo último representante foi o rei Dom Manuel II, deposto em 1910. O segundo, Augusto, general ao serviço do reino de Saxe, casou-se a 20 de abril de 1843 com a princesa Clementina d'Orleans, filha do rei Luís Filipe. O terceiro rebento, uma filha, de nome Vitória, casou-se com Luís, duque de Nemours, também filho do rei dos franceses. Foi a mãe do conde d'Eu, Luís Fernando Maria Gastão de Orleans, casado com a princesa imperial do Brasil, Dona Isabel, e de Fernando, duque d'Alençon, que se casou com Sofia, duquesa de Baviera, irmã da imperatriz Elisabeth da Áustria e de Maria, última rainha de Nápoles e Duas Sicílias.

De Augusto de Saxe e da princesa Clementina foram filhos, entre outros, Luís, Augusto, Maria, Eudes, duque de Saxe-Coburgo-Gotha, nascido no castelo d'Eu, na Normândia, a 9 de outubro de 1845, e que desposou a 15 de dezembro de 1864 a princesa Dona Leopoldina Teresa Francisca Carolina, segunda filha dos imperadores do Brasil; e Ferdinando, a princípio príncipe da Bulgária, estado vasalo da Sublime Porta, e depois de 1908 Czar independente dessa nação, tronco de sua casa reinante, cujo último representante, ainda menor, foi seu neto Simeão II, deposto por um plebiscito republicano-comunista em 1946.



Em resumo, do duque Francisco, falecido em 1806, procederam chefes e varonias de cinco casas reinantes: a de Saxe-Coburgo-Gotha; na descendência de Ernesto I; a varonia da Casa de Windsor, detentora do trono da Grã Bretanha, também na descendência de Ernesto I, por via de seu segundo filho Alberto; a varonia da Casa Real Portuguêsa, na descendência de Fernando e da princesa de Kohary, por intermédio de Dom Fernando II; a Casa Real da Bulgária, também na descendência de Ferdinando e de seu filho Augusto, pai do Czar Ferdinando I; e, finalmente, a Casa Real da Bélgica, na descendência de Leopoldo I.

Esta a vetusta linhagem de S.A.R. o Sr. duque de Saxe, esposo da segunda filha de SS. MM. os imperadores do Brasil. O duque de Saxe era official de marinha, segundo tenente ao serviço da Austria, enquanto que o conde d'Eu, seu primo-irmão por ambos os lados, alcançara em Marrocos, combatendo sob a bandeira espanhola, os galões de capitão de artilharia. Nada mais natural do que se incorporarem às respectivas divisões das fôrças armadas da pátria adotiva, a que souberam dedicar o melhor de seus esforços e inteligência. Devido à alta gerarquia, a que pertenciam, receberam as patentes máximas de terra e mar, marechal e almirante, sendo êsses postos extra-quadros, porém, e sem ônus para o tesouro. Um decreto especial conferiu aos esposos das princesas brasileiras a grã-cruz de tôdas as ordens nacionais.

Alguns meses após seus casamentos, os dois príncipes, ao lado do augusto sogro, assistiram à rendição de Estigarríbia em Uruguaiana (18 de setembro de 1865), sendo condecorados com a medalha especial comemorativa dêsse fasto militar. Pela mesma ocasião estiveram presentes à entrevista dos chefes de Estado da Tríplice Aliança e à entrega de credenciais a Dom Pedro II por parte de Thornton, plenipotenciário de S. M. Britânica, que vinha reatar conosco as relações diplomáticas interrompidas em virtude da chamada Questão Cristie.

O duque de Saxe, era grande apreciador da caça, amante das belas artes e das coleções de objetos de arte. A que reuniu de relógios antigos foi famosa, mas acha-se hoje em dia, infelizmente, dispersa. S. A. dividia sua residência entre o Brasil e a Europa. Lá possuía, em Paris, um apartamento magnificamente montado, onde se guardava sua coleção de relógios. Na Austria residia ordinariamente em Ebenthal, onde lhe nasceu o último filho, Dom Luís. No Rio de Janeiro sua moradia era um palecete à rua do seu nome, próximo ao paço de São Cristóvão, hoje rua General Canabarro, onde no atual regime se veio a instalar a Escola de Artes e Ofícios Wenceslau Braz.

Em Petrópolis não possuía residência particular, morando com os sogros durante o verão.

Muito embora após a prematura morte da esposa, motivada por uma afecção tífica (febre biliosa), e que ocorreu em Ebenthal a 7 de fevereiro de 1871, o nosso almirante fixasse residência definitiva na Europa, e apenas uma ou outra vez voltasse ao Brasil, não deixava de servir com desvêlo à pátria adotiva, particularmente nas questões ligadas à arte naval, de cujo Supremo Conselho era presidente, pondo as autoridades brasileiras a par de todos os progressos que iam ocorrendo nesse campo da técnica militar.

Foi também o duque de Saxe presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e quando em 1873 teve lugar a Exposição Universal de Viena, em que o Brasil se representou magnificamente, S. A. Real foi o escolhido para presidir nossa representação no certame, cabendo a vice-presidência ao plenipotenciário do Império, o então barão de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen.

Faleceu no exílio, em Karlsbad, a 14 de setembro de 1907, destituído arbitrariamente do posto de almirante pelo governo revolucionário republicano. Havia disposto que seu coração fôsse embalsamado e conservado numa urna de ouro de Minas Gerais, e o corpo sepultado com a farda de almirante brasileiro ostentando unicamente as nossas condecorações. Tão delicada e comovente lembrança numa época em que os mais esperançosos partidários do velho regime sentiam diminuir dia a dia as probabilidades de uma restauração, e que consistiu num gesto que não teve a menor publicidade, diz bem alto do apêgo forte e sincero do viúvo de Dona Leopoldina à Pátria Brasileira. Esse sentimento, como adiante veremos, vicejou e floriu sempre no coração de seus filhos.

Foram em número de quatro, dos quais os dois mais velhos, particularmente, constituíram pelos dotes de caráter, inteligência e patriotismo, motivo de justo orgulho para o país. Foram eles, pela ordem de nascimento: Dom Pedro, Augusto, Luís, Maria, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga, nascido no Rio de Janeiro a 19 de março de 1866, e falecido a 7 de julho de 1934; Dom Augusto Leopoldo, Filipe, Maria, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga, nascido em Petrópolis a 6 de dezembro de 1867, e falecido no castelo de Schladming (Áustria) a 11 de outubro de 1922; Dom José, Fernando, Francisco, Maria, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga, nascido no Rio de Janeiro a 21 de maio de 1869, e falecido na Áustria a 13 de agosto de 1888; Dom Luís, Gastão, Clemente, Maria, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga, nascido em Ebenthal, na Áustria, a 15 de setembro de 1870. Este último jamais esteve no Brasil. Casou-se duas vezes: a primeira com

a princesa Matilde da Baviera; a segunda, com a condessa Maria-Ana de Trauttmansdorf-Weinsberg. Faleceu há poucos anos na Áustria.

Em 1871-72 fizeram os imperadores do Brasil sua primeira viagem ao Velho-Mundo. Já então era falecida Dona Leopoldina (1). Dona Isabel, a princesa imperial, casada há sete anos, parecia não haver de dar sucessão ao trono. Nessas circunstâncias a linha dinástica teria, pela ordem natural, que passar à descendência da filha mais jovem de Dom Pedro II. O imperador resolveu trazer consigo os dois netos mais velhos, Dom Pedro Augusto e Dom Augusto Leopoldo, para que, criados e educados no Brasil, estivessem aptos pelo conhecimento de seus problemas e gente, para reger-lhe os destinos, caso a hipótese se verificasse. Foi uma resolução proporcionadora à nossa pátria de dois príncipes que, pelos dotes de caráter, coração e inteligência, tornaram-se objeto de justo orgulho, tanto para o país como para a casa de Saxe-Coburgo, tão fértil em personalidades de escol. Não é improvável que para ela houvesse contribuído a sugestão feita por Francisco Adolfo de Varnhagen a Dom Pedro II, em carta datada de Viena, a 4 de março de 1871:

“Se os augustos netos de V. M. I., Senhor, hão de ser um dia príncipes do Império, todos os brasileiros desejarão que eles sejam criados e educados no Brasil; ao passo que nada perderá qualquer dêles com essa educação, se a sorte o vier a chamar a outro destino na Europa. E por menos provável que pareça o caso de poder a sucessão vir a recair até no quarto dêles, não pode conceber a tal respeito nada de impossível quem se lembre de que (na própria história de Portugal) para chegar a competir o trono ao venturoso Dom Manuel, teve a morte que encarregar-se de levar antes dêle, se bem me lembro, uns quatorze que tinham primeiro direito ao trono de Dom João II”.

Esta triste hipótese felizmente não se verificou, e com o nascimento a 15 de outubro de 1875 de Dom Pedro de Alcantara, príncipe do Grão-Pará, seguido pelos de Dom Luís e Dom Antônio, ficou afastada da linha mais jovem a perspectiva de sucessão. Dom Pedro de Saxe tinha já nove anos de idade completos quando deixou de ser considerado o sucessor eventual de Dona Isabel, sua tia.

Dom Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança apresentava grandes afinidades de espírito com o avô, e muitos o tinham na conta de neto predileto, enquanto outros davam êsse lugar a Dom Augusto.

---

(1) Varnhagen, em carta datada de Viena, 15 de fevereiro de 1871, dirigida a Dom Pedro II, descreve os últimos momentos de Dona Leopoldina, assistidos por sua irmã Dona Isabel, então de viagem pela Europa, a qual não chegou a reconhecer, pois já delirava quando pela primeira vez entrou no quarto da enferma, no dia 2 de fevereiro, isto é, cinco dias antes de seu falecimento. O original da carta de Varnhagen encontra-se no Museu Imperial em Petrópolis.

temperamento oposto ao do imperador, e que, talvez por isso mesmo, mais o atraísse.

Dom Pedro era estudioso, reservado de índole, de grande precocidade na inteligência e no desenvolvimento do espírito. Bacharelou-se em letras pelo Colégio Pedro II em 1881, com 16 anos de idade. A 1 de abril de 1887, recebia o diploma de engenheiro-civil pela nossa Escola Politécnica. Fortíssimo em matemática (2) e em mineralogia, cultivava como distração, ou “hobby”, como americanamente hoje se diz, o estudo da numismática, ramo de conhecimentos em que chegou a ser a maior autoridade no nosso país. De sua autoria existem vários trabalhos originaes de mineralogia e numismática impressos em pequenas tiragens e hoje raríssimas. Como seu augusto avô, foi membro do Instituto de França, e com vinte anos fêz conferência aplaudida na Academia das Ciências. Possuía, além das grã-cruzes das ordens brasileiras, a da Ordem da Torre e Espada de Portugal, a de Leopoldo da Bélgica, e a Ernestina, de Saxe.

Como sentia pouca atração por festas e acontecimentos sociais, raramente comparecia a recepções. No entanto, quando atingiu a maioridade e mudou sua residência de São Cristóvão para o palácio Leopoldina, teve ocasião de dar algumas à sociedade carioca, principalmente após regressar do Velho Mundo, nos últimos tempos da monarquia, ocasião em que decorou sua casa com móveis, alfaías e objetos de arte de lá trazidos. Exilado, com os avós, os tios condes d'Eu e os primos, filhos destes, o príncipe não resistiu ao grande abalo, ressentindo-se-lhe a bordo do paquete *Alagoas*, as faculdades mentais, que, depois de passageira melhora, sucumbiram definitivamente. Os objetos pertencentes a Dom Pedro de Saxe dispersaram-se às pancadas do martelo do leiloeiro J. Dias, no dia 9 de janeiro de 1890. Dom Pedro faleceu num sanatório em Tulln, na Baixa Áustria, a 7 de julho de 1934, aos 68 anos de idade e 44 de exílio, deixando um nome que será sempre lembrado com saudade e veneração, não só por todos os que o conheceram pessoalmente, como ainda pelos que, como o autor destas linhas, somente através de leituras, e referências tiveram notícia de seus grandes talentos e virtudes.

---

(2) Nessas disciplinas teve durante algum tempo como professor particular ao tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Como o professor procurasse com insistência e fora de todo o propósito e conveniência incutir-lhe idéias republicanas e positivistas, o augusto discípulo reagiu e o mestre despediu-se. Esta informação nos foi dada pelo Dr. Francisco Pereira Lessa, hoje falecido, que como republicano e jacobino intransigente, tomou o partido de Benjamin Constant.



Dom Augusto Leopoldo, o segundo gênito dos duques de Saxe, era de temperamento absolutamente diferente do irmão, puxando mais ao bisavô Dom Pedro I, que ao Magnânimo. Elegante, amigo de brilhar, trocista, grande apreciador do belo sexo, ótimo companheiro para as travessuras da mocidade, manteve-se fiel à tradição militar das casas principescas, e seguindo a vocação paterna e o gôsto do avô pela marinha de guerra, ingressou como aspirante aos quinze anos de idade (15 de dezembro de 1882) na Academia, hoje Escola Naval, de onde saiu guarda-marinha em 1886, após brilhante currículo escolar. Já oficial, serviu a bordo da corveta *Niterói*, do cruzador *Almirante Barroso*, e do couraçado *Riachuelo*, havendo exercido a comissão de ajudante de ordens do chefe de divisão Eduardo Wandenkoik.

Estava no exercício da mais importante comissão, quiçá de sua carreira, fazendo viagem de circumnavegação a bordo do cruzador auxiliar *Almirante Barroso*, quando o golpe de estado do marechal Deodoro, a que se seguiu a retirada e logo após o banimento da família imperial, veio abrupta e dolorosamente arrancá-lo à pátria, aos amigos e à gloriosa corporação a que servia.

A 27 de outubro de 1889 partiu do Rio de Janeiro, sob o comando do então capitão-de-mar-e-guerra Custódio José de Melo, aquêlê vaso de guerra, levando para um cruzeiro, que duraria 21 meses, 46 oficiais, 15 maquinistas e praticantes, 10 oficiais inferiores e 269 praças de guarnição. Entre os primeiros destacava-se um jovem de cabelos e bigodes louros, olhos azuis, elevada estatura e inconfundível distinção de maneiras: era o segundo-tenente Dom Augusto Leopoldo de Saxe-Coburgo e Bragança.

Há na história dos entes inanimados coincidências curiosas e significativas. Durante o regime monárquico, a marinha de guerra brasileira viveu dias de grande brilho e glória, havendo ocupado em eficiência em certa época o terceiro lugar entre tôdas. Nossos fastos navais eram comentados e estudados nas academias do mundo culto, e até a Alemanha do Zollverein, ao criar sua marinha militar, lembrou-se de contratar para instruí-la uma comissão de oficiais brasileiros (3). Como que coroando numa apoteose essa época de esplendor que não voltou mais, a última viagem de instrução no velho regime seria feita em barco construído integralmente no Brasil, desde o casco e divisões internas, de madeira de lei das nossas matas, até o chapeamento de ferro laminado da fábrica de São João de Ipanema, município de Sorocaba, e as máquinas de 2.400 cavalos-vapor, com

---

(3) Informações fornecidas pelo Sr. comandante Celso Romero, oficial reformado de nossa Marinha de Guerra, e antigo diretor do Arquivo Nacional.

caldeiras, cilindros, válvulas, excêntricos e hélices saídos das fundições e oficinas do arsenal da base do morro de São Bento. Levando em seu bôjo um rebenço da dinastia, ao qual não seria dado completar o circuito, como que o grande barco sentia que terminara sua missão e não devia sobreviver ao regime que o fizera nascer, e de cuja grandeza material e moral, e zêlo pela grandeza do nome brasileiro era, no setor naval, um eloquente atestado. Na viagem seguinte, já sob o regime republicano e comando do capitão-de-mar-e-guerra Marques Leão, a belonave brasileira sucumbiria em naufrágio durante a travessia do Mar Vermelho.

Custódio José de Melo, em seu livro *Um ano e um mês ao redor do Planeta* (Rio, 1896) descreve aquela viagem, transmitindo-nos alguns informes relativos ao príncipe Dom Augusto e aos dramáticos momentos da despedida em Columbo (Ceylão), primeiro pôsto de escala em que o comandante teve conhecimento oficial, por telegrama, da mudança de instituições políticas no Brasil.

O itinerário da circunavegação, que durou 21 meses, como diz o título, e mais dois dias, isto é, de 27 de outubro de 1888 a 29 de julho de 1890, foi o seguinte: Rio de Janeiro — Montevidéu (com ida e volta a Buenos Aires) — Punta Arenas — Valparaíso — Sidney — Yokohama — Nagasaki — Shangai — Hong-Kong — Singapura — Batávia — Atjeh (extremo norte de Sumatra, onde o navio arribou para consertos de avarias nas caldeiras) — Colombo — Bombaim — Aden — Djeddah — Suez — Port-Saïd — Alexandria — Nápoles — Toulon — Barcelona — Gibraltar — Bahía — Rio de Janeiro.

Em todos os portos de escala o comando e a tripulação foram objeto de especiais e cativantes homenagens por parte das autoridades e da população, mas em nenhum país tais gentilezas atingiram o ponto que tiveram no Chile, nação proverbialmente amiga da nossa, sendo ali Dom Augusto, como neto do monarca amigo, alvo de especiais gentilezas, não obstante viajar no caráter de simples oficial de Marinha, e não no de representante da dinastia, circunstância que o republicaniíssimo Sr. Custódio não perdia oportunidade de salientar. Objeto de atenções particulares fora já S. A. por parte do govêrno da República Oriental, como nos informa o comandante do *Almirante Barroso*, a quem daremos a palavra:

“No dia seguinte ao da nossa chegada à capital da República Oriental do Uruguai veio ao nosso bordo um coronel, ajudante de campo do chefe dessa nação, o general Tajés, com a incumbência de cumprimentar, de parte dêsse chefe, o príncipe Dom Augusto, segundo tenente, oficial do cruzador.

Ao referido coronel dei então a sentir que o príncipe agradecia a honra que por tal forma lhe dava o Exmo. presidente da República,

mas que êle viajava, não como membro da família reinante do Brasil, mas como simples segundo tenente, e que só nesse caráter devia ser considerado.

Feita, porém, como foi a visita, entendi que seria requintada grosseria não retribuir o segundo tenente Dom Augusto tamanha gentileza do chefe de uma nação amiga e vizinha; pelo que, no dia e hora por êste indicada, fui ao palácio do govêrno, levando em minha companhia êsse official, fazendo-nos a fineza de acompanhar-nos o Sr. conselheiro Ponte Ribeiro, que era então nosso ministro junto àquele govêrno, e por cujo intermédio obtive do presidente da República essa audiência, a fim de o cumprimentarmos, eu e Dom Augusto. Com muito agrado fomos recebidos por S. Excia., que, no entanto, obrigou-nos a uma demora menor do que esperávamos ter, pois limitou-se a perguntar-nos pela saúde do ex-imperador e qual o itinerário da nossa viagem”.

As impressões que Custódio de Melo diz ter guardado da recepção na República Argentina foram de simples cortesia fria, e contrastaram sobremaneira com as dos povos e governos uruguaio e chilenos, dêstes últimos, particularmente.

“Tudo quanto eu pudesse referir a Vossa Excia. a respeito das manifestações de que temos sido alvo neste país, especialmente S. A. Dom Augusto, estaria longe da verdade, porquanto são daquelas que se não podem descrever. Por esta razão limito-me a comunicar a V. Excia. o fato, declarando que acredito na sinceridade dessas manifestações, porque tenho tido o cuidado de observar o como têm sido feitas, e por que faço do caráter do povo chileno o mais lisongeiro juízo”. Foram estas as palavras endereçadas ao titular de sua pasta pelo comandante do *Almirante Barroso*.

Entre as provas de consideração especial de que foi alvo o neto do imperador contava-se o envio, pelo presidente Balmaceda, do seu ajudante-de-ordens, o general Valdevieso, a fim de pôr-se à disposição de S. A. durante a demora em Valparaíso. Embora o comandante do navio houvesse repetido o refrão de que Dom Augusto viajava no caráter de simples official de marinha, e não de representante da dinastia, o general insistiu, declarando graciosamente que cumpria de qualquer maneira as instruções recebidas de seu govêrno. O comandante do navio brasileiro teve que ceder, aceitando para o official às suas ordens tão qualificado cicerone; gastou, porém, quase três páginas procurando justificar-se perante os jacobinos dessa sua “complacência” (págs. 72-75), que, segundo afirma, foi estranhada pelo então ministro da Marinha, o barão de Ladário, como “atentatória da disciplina militar”! Em honra do homem que mais tarde saberia tão dignamente contrapor-se à usurpação da presidência por parte do

marechal Floriano Peixoto, devemos contudo salientar que, datando o seu livro de 25 de novembro de 1891, quando já governava Floriano com a sua corte de primários e energúmenos, e publicando-o em 1896, na época da campanha de Canudos, quando se assanhava no Rio e em outras cidades a fúria jacobina em assassinatos e depredações. — Custódio de Melo teve a coragem cívica de fazer em mais de um lugar justiça às altas qualidades morais e intelectuais do nosso último imperador. Como especialmente significativo transcrevemos um dos parágrafos à pág. 73 do livro, no qual aprecia a significação do gesto do presidente do Chile para com o nosso príncipe:

“Não se tratava de uma homenagem do presidente da futura república transandina ao príncipe da monarquia brasileira, ao neto do imperador do Brasil, e, muito menos, ao 2.<sup>o</sup> tenente Dom Augusto; era simplesmente questão de uma finíssima galanteria, que só sabe ter um homem de aprimorada educação; que fazia um distinto chileno ao descendente do homem mais ilustre da América do Sul, daquele que, por suas excelsas virtudes e entranhado amor às letras impunha-se, como ainda impõe-se, à estima e veneração de todo o mundo civilizado”.

O governador da colônia inglesa em Sidney, Lord Carrington, cavalheiro a quem Custódio de Melo faz, a todos os respeito, as mais elogiosas referências, convidou-o e ao príncipe Dom Augusto, para um cortejo a realizar-se no dia 24 de maio, aniversário da rainha Vitória. Havendo já o chefe do navio dado a conhecer ao governador o caráter em que S. A. viajava, expôs sua estranheza ao nosso vice-cônsul, uma vez que, como simples oficial, não deveria preterir outros mais graduados e antigos, inclusive o 2.<sup>o</sup> comandante. Numa conferência que teve lugar em palácio, a autoridade inglesa explicou-se alegando que convidava Dom Augusto para que viesse “como ajudante de ordens do comandante”, qualidade em que efetivamente compareceu.

Foi em Atjeh ou Achen, ao noroeste de Sumatra, que a tripulação brasileira recebeu as primeiras notícias, em caráter não oficial, do golpe de estado do general Deodoro. Como o mau estado das caldeiras forçasse o navio a demorar-se nesse pôrto, que não estava no itinerário previsto do cruzeiro, ainda lá se achava quando chegou o dia 2 de dezembro, aniversário do imperador, que foi celebrado com o cerimonial de praxe para os navios, consistente em embandeirar-se em arco e dar as salvas regulamentares. Nesse mesmo dia a Câmara de Cuiabá prestava também homenagem ao imperador, de cuja deposição ainda não tinha conhecimento, em vista da distância e da falta, ao tempo, de linhas telegráficas ligando a capital do país com a de Mato Grosso.



De Achen, sem esperar pela resposta sôbre os recentes acontecimentos, pedida telegraficamente ao ministro da Marinha, o navio zarpou para Colombo, pôrto e capital da ilha de Ceylão, onde Dom Augusto se despediria para sempre dos companheiros de armas e da Pátria estremecida, ali representada extra-territorialmente pelo convés do *Almirante Barroso*.

O comandante descreve, procurando, como sempre, justificar-se da atitude que tomou, êsses últimos e dramáticos momentos. Em três telegramas Wandenkolk, ministro da Marinha do governo provisório, ordenava-lhe a substituição das insígnias imperiais nas bandeiras e que induzisse o príncipe Dom Augusto a pedir demissão do serviço. Tomou providências quanto às bandeiras mandando cortar a coroa e coser em seu lugar uma estrêla vermelha de cinco pontas. Quanto ao príncipe, limitou-se a mostrar-lhe o telegrama. Dom Augusto pediu permissão para consultar o avô sôbre a atitude a tomar. No dia 18, pela manhã, foi ter com o comandante e exhibiu-lhe um telegrama em que os condes d'Eu e o príncipe Dom Pedro seu irmão, lhe aconselhavam a pedir licença de seis meses.

Custódio telegrafa ao ministro de sua pasta que Dom Augusto resolvera não pedir demissão, mas sim, licença de dois meses. A resposta foi: "Príncipe peça demissão serviço, concedo licença. Wandenkolk". Após exhibir a resposta ao interessado, o comandante Melo mandou ajustar-lhe as contas e desembarcá-lo a fim de entrar no gôzo da licença concedida lançando-se em sua caderneta a nota relativa à decisão ministerial, uma vez que S. A. permanecia firme em seu propósito de não se demitir. Permaneceu Dom Augusto a bordo, a fim de retardar o mais possível o doloroso momento da separação, até a véspera da saída do *Almirante Barroso* de Colombo.

Custódio de Melo declara não atinar com os motivos que poderiam haver agido sôbre o almirante Wandenkolk no sentido de fazê-lo ter para com Dom Augusto uma atitude mais benigna do que a que o governo provisório tivera em relação aos demais membros da família imperial. Não nos parece que a razão seja difícil de encontrar. Dom Augusto fôra ajudante-de-ordens de Wandenkolk, que pudera de perto apreciar suas magníficas qualidades. Naturalíssimo era que procurasse resolver as coisas da forma que menos melindrasse e desgostasse o antigo companheiro de armas. Daí o dar a S. A. a oportunidade de pedir demissão, uma vez que sabia ser propósito do governo republicano riscá-lo de qualquer forma dos quadros da Marinha, como veio a fazer mais tarde.

Conhecemos, já velhos almirantes reformados, dois dos companheiros de viagem de Dom Augusto, os então guardas-marinha Henrique Boiteux e Teófilo Nolasco de Almeida, ambos catarinenses.

Falavam sempre com saudades do companheiro que não mais tornaram a ver, do seu coleguismo e espírito brincalhão e trocista. O almirante Boiteux escreveu mesmo um artigo, que lamentamos não possuir e não poder consultar por falta de indicação bibliográfica, em que relembrava episódios da viagem de circunnavegação e a sua despedida de Colombo, onde, com os olhos marejados de lágrimas, abraçou um a um todos os companheiros, comovidíssimos como êle. Antes disso, no Hotel Oriental, haviam-lhe os colegas oferecido um jantar de despedida, findo o qual estavam rasos d'água os olhos de todos os convivas. Dom Augusto distribuiu entre os colegas os objetos de uso pessoal que trazia consigo. Para êste um livro com dedicatória, para aquêle os damascos que lhe ornavam o camarote, e, a muitos, a sua melhor fotografia. Ao tenente Alberto Carlos da Cunha, um dos mais chegados, deu a sua espada, para que êsse objeto também voltasse ao Brasil. Esta peça conserva-se atualmente no Ministério da Marinha, Serviço de Documentação.

Dom Augusto seguiu para a Europa, onde se manteve junto a Dom Pedro II até a morte dêste. Fixou, depois, residência em Viena, onde, a 30 de maio de 1894 se casou, na Hofburg — oficiando na cerimônia religiosa o cardeal arcebispo da capital austriaca Antônio José Gruscha, e presentes os imperadores da Áustria e outros soberanos e príncipes especialmente convidados — com S.A.I. e R. Dona Carolina, Maria, Imaculada, Josefa, Fernanda, Teresa, Leopoldina, Antonieta, Francisca, Isabel, Luísa, Januária, Cristina, Benedita, Lourença, Justiniana, arquiduquesa de Áustria e grã-duquesa de Toscana. Foram padrinhos S.M. o rei Francisco II de Nápoles e Duas Sicílias, e o grão-duque de Toscana. Vários brasileiros então na Europa foram expressamente convidados para a cerimônia. Dessa união nasceram nove filhos.

A princesa Carolina Maria Imaculada era filha do arquiduque Carlos Salvador da Áustria e neta, por parte paterna, do último grão-duque reinante da Toscana. Sua mãe era a princesa Maria Imaculada de Bourbon-Nápoles, e avô materno o rei Fernando II de Nápoles e Duas Sicílias. Nasceu em Alt-Munster, na Áustria, perto de Gmunden, a 5 de setembro de 1869. Muito caridosa, e sempre pronta a socorrer os humildes e sofredores, ofereceu à Cruz Vermelha Internacional, durante a grande guerra de 1914-18 todo o seu dote de casamento. Além de ótima esposa e mãe, Dona Carolina Maria era artista de invulgar talento, dedicando-se a naturezas mortas em aquarela. Depois de viúva passou a viver no castelo de Schladming, na Áustria, e na Hungria. Estava em Budapeste quando a 12 de maio de 1945 foi

lârbaramente trucidada pelas hordas soviéticas, que também, além de saquearem e incendiarem suas propriedades, lhe mataram dois filhos.

Dom Augusto que, por herança paterna, nascera marinheiro, obteve do imperador Francisco José entrar para a Reserva Naval Austriaca sem sacrificio de sua qualidade de brasileiro, nas mesmas condições em que ingressaram no exército dêsse império seus primos, filhos de Dona Isabel. Para isso teve de fazer um exame de habilitação, do qual se saiu brilhantemente com os conhecimentos adquiridos em nossa Academia Naval, conforme escreveu de Schlading, a 6 de maio de 1893, ao barão de Estrêla, seu procurador no Brasil: “Passei, como já sabe, meus exames brilhantemente. Como escrevi ao Antônio (irmão do barão de Estrêla e também barão de Maia Monteiro), resolvi entrar ao serviço de Austria, visto o imperador me receber como príncipe brasileiro, sem que eu tenha de perder os meus direitos de brasileiro...” Em outra carta, também endereçada ao mesmo, esta datada de bordo do couraçado guarda-costa *Wien*, em Pola, de 27 de julho de 1897, escrevia: “Fui muito bem recebido em Lisboa pelas majestades, assim como por todos da Real Casa. Estive em São Vicente (de Fora), onde visitei o túmulo de meus queridos avós. De Lisboa fomos para Portsmouth, onde as festanças foram grandes, porém muito massadoras. Estive em Windsor com a rainha por diversas vêzes, e ela foi, como sempre, muito amável”.

Dom Augusto possuía, como seu pai, o duque de Saxe, o tio Czar da Bulgária, o irmão Pedro, e, em geral os príncipes da Casa de Saxe-Coburgo, a vocação de colecionador. Especializou-se na de peças de marfim. O pai colecionara relógios, o Czar Fernando, pedras preciosas; o mano Pedro, medalhas e minerais. Como o pai, era um apaixonado pela caça. Segundo nos informou seu neto Dom Carlos, Dom Augusto nunca se pôde habituar à vida e clima europeus. Sua residência habitual, o castelo de Gerasdorf, perto de Viena, era um reduto de brasilidade em terras européias, um pedaço da Pátria, cheia de objetos, fotografias e lembranças do Brasil. Seguiu na onomástica dos filhos, em número de nove, as tradições da casa de Bragança Brasileira, fazendo que todos terminassem pelos prenomes habituais Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga. Ao comunicar de Pola, a 7 de novembro de 1895 ao barão de Estrêla o nascimento de seu primogênito assim se expressa: “eu lhe dei antes de ter recebido sua carta a grande e feliz notícia de que eu era pai de um filho, o qual vai muito bem e foi batizado a 30 do passado. Os nomes são Augusto, Clemente, Carlos, Maria, José, Gabriel, Rafael, Gonzaga. Dei-lhe êsses três últimos nomes, porque são os da família de Bragança, e como desejo que êle também mais tarde use do nome de Bragança como eu, eis por que êle os tem”.

Dom Augusto recebeu com imensa alegria a notícia de que o presidente Epitácio Pessoa assinara o decreto revogando o ato de banimento da família imperial. Preparava-se, com toda a família, para vir ao Brasil assistir às comemorações do Centenário da Independência em setembro de 1922, mas a doença que o retinha preso ao leito, o impediu de realizar esta aspiração e sonho durante longos anos acalentados, vindo a falecer em Schladming a 11 de outubro de 1922. Sua filha, a princesa Dona Teresa Cristina, casou-se em Salzburgo, a 6 de outubro de 1930 com o barão Lamoral, Alexandre, Antônio, José Maria, de Taxis, Bordogna e Valnigra, e em companhia do espôso visitou o Brasil em 1938, sendo a primeira descendente de Dona Leopoldina a pisar terras brasileiras após a revogação do banimento. Esta princesa, que atualmente reside no Castelo de Magor, na Itália do Norte, nas proximidades de Trento, nasceu a 23 de agosto de 1902 no Castelo de Walterskirchen, na Áustria. Recebeu, na pia batismal os nomes de Teresa, Cristina, Maria, Josefa, Inácia, Benícia, Micaela, Gabriela, Rafaela, Gonzaga, tendo feito longos e aprimorados estudos em Presbaum, perto de Viena. Seu espôso pertence a um ramo da casa dos príncipes de Thurn e Taxis, casa mediatizada do sacro império, à qual Carlos V, imperador da Alemanha, e soberano em “cujos domínios o sol não se escondia” conferira o monopólio dos serviços postais em seus estados. A família é antiquíssima, de origem italiana, sendo o seu primitivo nome Tasso, à qual pertenceu o poeta clássico italiano Torquato Tasso, autor dos poemas *Jerusalém Libertada*, *Rinaldo*, etc. Recebeu, com o correr dos tempos, e influência das várias línguas dos países onde possuía apanágios, as variantes de Tassi, Tassis e Taxis.

A princesa Dona Teresa Cristina Maria de Saxe-Coburgo e Bragança foi a única descendente dos nossos imperadores, do ramo Saxe, e na sua geração, que manteve todas as tradições de brasilidade herdadas do pai, conservando em sua residência muitos objetos e quadros relativos ao nosso país, e falando o português. Reconheceu-lhe a nacionalidade o governo da República, durante sua estada entre nós. A 27 de dezembro do ano anterior todos os irmãos e irmãs dessa princesa haviam renunciado em seu favor aos eventuais direitos de Dom Augusto sobre a coroa brasileira. E de todos os descendentes de Dom Pedro II, no dizer de um filho, quem mais se parece com o grande monarca, e também impressionante a semelhança com a princesa Dona Isabel, agora que seus cabelos já vão prateando. Tem quatro filhos, todos registrados no consulado do Brasil em Viena, como cidadãos brasileiros, 1.º Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, nascido em Gmunden, na Áustria, a 16 de julho de 1931, tendo sido seu padrinho o duque reinante de Saxe-Coburgo-Gotha; 2.º, Dona



Alice Carolina, nascida no castelo de Schladming a 7 de junho de 1936, tendo sido madrinha a princesa Dona Carolina Maria, sua avó;  
3.º Dom Tassilio Filipe, nascido em Gmunden a 3 de janeiro de 1939, e apadrinhado na pia pelo príncipe Filipe de Saxe-Coburgo;  
4.º Dona Maria Cristina, nascida no castelo de Magar (Trento) a 31 de janeiro de 1945.

Reside desde 1949 entre nós o primogênito dessa irmandade, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, que veio à pátria reafirmar seus direitos de brasileiro, prestar serviço militar e diplomar-se em uma de nossas faculdades.

---

*Nota Bibliográfica* — Para este artigo servimo-nos, além de reminiscências nossas, de apontamentos fornecidos graciosamente por Dom Carlos, neto de Dom Augusto de Saxe e Bragança. Para o resumo genealógico da Casa de Saxe valemo-nos da obra de Augusto Scheler: *Histoire de la Maison de Saxe-Cobourg-Gotha*. Bruxelles, 1846.

## A VELHA GUARDA — ALFREDO NASCIMENTO E SILVA

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Ao fim de longa trajetória, pontilhada de vitórias luminosas, que o extremaram entre os contemporâneos, pelo saber e predicados morais, haqueou, a 7 do corrente, o professor Alfredo Nascimento e Silva. Embora se achasse retirado das atividades que lhe grangearam justa nomeada, quando as exercia a preceito, ainda o consideravam os seus discípulos, já transfigurados em mestres, como esclarecido guia de mais de uma geração de estudantes.

Madrugara no ensino, antes que o premiassem os examinadores da sua tese acerca da *receptividade mórbida* com as láureas de distinção, em 1888.

Aprendia com os lentes da Faculdade de Medicina, mas, nas horas disponíveis, atendia às classes de matemática e vernáculo, no Liceu Literário Português.

Por coincidência, no próprio ano de doutoramento, veio a lume a *Gramática Portuguesa Elementar*, que elaborou para uso dos seus alunos.

Não tardou a lecionar na Escola Militar, onde se ocupou de química, física e ciências naturais. Mais tarde, na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, coube-lhe a regência de Medicina Legal e Higiene.

Em qualquer das cátedras, todavia, não desprezava a História, a que sempre se devotou, a ponto de ter publicado, quando ainda cursava o terceiro ano do curso médico, a *História Moderna*, acolhida com aplausos pelos sabedores.

“É uma detalhada narrativa sob os pontos de vista social, político, científico, literário e artístico de todos os povos nos cinco períodos em que é dividido esse livro, isto é, o dos grandes descobrimentos da renascença e da conquista da Itália; o do movimento de reformas e de suas guerras; o do predomínio da França ou aquêle em que as grandes potências da Europa desfrutam a primazia e novas

nacionalidades se formam e se engrandecem; e finalmente o da queda do absolutismo, principiando pelo retrospecto da história de Roma até a tomada de Constantinópolis pelos otomanos em 1453, com um ponto de partida para fácil compreensão”.

“Este excelente livro, assim concluiu, a 5 de dezembro de 1890, o parecer de Sacramento Blake, subscrito por José Luiz Alves e Cesar Augusto Marques, é título suficiente para que seu autor seja admitido ao nosso Grêmio”.

Mais rasgados elogios não titubeou em afirmar outra comissão, cuja opinião o visconde de Taumay interpretou ao afirmar: “precedida dos mais honrosos pareceres da imprensa e dos doutos, a *História Moderna* do Dr. Alfredo do Nascimento e Silva, apresentada como título de admissão ao grêmio deste Instituto, à evidência patenteia os muitos dotes de historiador sincero e pesquisador, que concorrem na pessoa de um estudioso e diligente autor, que por certo se torna merecedor da distinção a que aspira, a fim de se associar aos nossos trabalhos, havendo muito que esperar da índole laboriosa e afeita à atividade dêsse distinto cidadão”.

Na época, não corriam de feição os dias para o Instituto.

Carinhosamente amparado por Dom Pedro II, a quem outorgou o título de Protetor, correspondido pela assiduidade nas sessões, a que assistiu até as vésperas de ser exilado, não o considerava de bom grado o situacionismo nascente, que o suspeitava de sebastianista.

Republicanos exaltados levaram-lhe a mal a justificável gratidão ao monarca destronado, increpando-a de inconveniente à segurança das novas instituições.

Em verdade, os partidários do regime que ruira a Quinze de Novembro ainda formavam a maioria dos associados. Mas à sombra da prestigiosa agremiação, que ainda recentemente festejara o seu jubileu, não medrava a conjura política. De suas cogitações se exilara qualquer veleidade partidária. Quem lhe ingressasse no quadro social, implicitamente se comprometia a desistir da propaganda de aspirações de tal espécie.

Era o terreno neutro, em que se harmonizavam as divergências, à luz de radioso idealismo, que os irmanava para a tarefa atraente dos estudos históricos.

Quando alguma discussão rompesse entre os parceiros, não seria por injunções políticas, como lhe ocorreu, antes de decorrido o primeiro biênio de sua posse.

Moço, e ansioso por trabalhar, sugeria o plano de uma exposição em 1900. Mas lançara a idéia pelas colunas do *Paiz*, assim evidenciando as amistosas relações que mantinha com o baluarte do republicanismo histórico.

Embora já desempenhasse o cargo de segundo secretário, não se apressou em levar ao grêmio a sua indicação, permitindo assim que lhe tomasse a dianteira o Dr. Cesar Marques autor de proposta análoga. Ambos queriam que o Instituto promovesse Exposição Comemorativa do 4.<sup>o</sup> Centenário do Descobrimento do Brasil, mas cada qual pleiteava para si a primazia da sugestão por todos aplaudida.

O episódio separou os dois amigos até que especial comissão, constituída pelo barão de Alencar, relator, com a sua pena de diplomata, M. F. Correia e João Xavier da Mota, ajeitou solução satisfatória, que os reconciliou honrosamente.

O Instituto, porém, “que tratou de fazer realizar no Rio de Janeiro uma grande Exposição Universal em 1900 comemorativa da descoberta do Brasil”, abandonou “essa idéia por não ser viável na época atual”.

Embora lamentável, o incidente evidenciou o aprêço com que o Instituto distinguia os dois consócios, o mais velho dos quais fôra eleito seu 3.<sup>o</sup> vice-presidente pouco antes, ao passo que o colega ingressara também na Diretoria, feito segundo secretário.

Mais tarde, tocar-lhe-ia suceder a José Luís Alves, que recebera do visconde de Taunay as incumbências de orador oficial, desde 1894.

Uma das primeiras vêzes em que assomou à tribuna, o assunto ajustava-se a primor aos seus anteriores estudos do vernáculo.

O Instituto acolhia dois conspícuos escritores, que traziam de suas pátrias mensagens de cordialidade, realçados pelo mérito individual.

Dom Martim Garcia Merou, com o prestígio adquirido por aplaudida bibliografia, soubera dignamente patentear a fidalguia da sua Pátria, ao aceitar o decisivo laudo arbitral de 5 de fevereiro, que encerrou o litígio entre o Brasil e a República Argentina.

O outro viera em missão mais delicada, para reatar as relações diplomáticas, perturbadas pela Revolta da Armada. Embora o orador recordasse as causas do rompimento com o Reino lusitano, em momento de convulsão interna, o embaixador da reconciliação era individualidade a quem não faltariam admiradores no Brasil.

Antes de diplomata, adquirira Tomas Ribeiro nomeada de poeta, cujas composições freqüentemente se ouviam nos recitativos.

Aureolado pela fama, o autor de *Dom Jaime* encontraria no Instituto a eloquência entusiástica de Nascimento, que lhe exaltou a obra poética, como faria mais tarde a Carlos Gomes, por ocasião de seu falecimento.

Contemporâneamente, saudou em francês os membros da expedição belga que se destinava à exploração no Polo Sul.



Entre essas extraordinárias oportunidades, cumpria à justa a missão de relembrar, nas sessões magnas, os consócios desaparecidos. De tal maneira se tornou bemquisto, que, substituído por Joaquim Nabuco, de 1897 a 1899, foi de novo reconduzido ao cargo, por ocasião do afastamento do *Plenipotenciário*, incumbido de empreender a defesa do Brasil, em memorável litígio.

E assim, podia gabar-se de preceder e suceder ao famoso orador da propaganda abolicionista.

No limiar do século, coube-lhe, por isso, a palavra, para discorrer a respeito do 4.<sup>o</sup> centenário do descobrimento do Brasil. Ainda falaria em mais de uma oportunidade, antes de se afastar definitivamente da tribuna, onde granjeou merecido renome. Continuaría, porém, a trabalhar em várias comissões, de sorte que fez jus a que o Instituto o elevasse gradativamente a sócio benemérito, a grande benemérito, e à Vice-Presidência.

Ao mesmo tempo cresceu no conceito dos seus colegas da Academia Nacional de Medicina, à qual apresentou várias contribuições, de sabor histórico, de que é exemplo a memória acêrca do “Centenário da A.N.M. — Primórdios e evolução da medicina no Brasil”. Patenteando conhecimentos cabais do assunto, compendiou em obra elogiada pelos doutos os esforços dos predecessores que dignificaram, em terra brasileira, o exercício da medicina.

Editada em 1929 pela Imprensa Nacional, constitui a melhor homenagem prestada a quantos concorreram para engrandecer a agremiação profissional.

Depois, a pouco e pouco, foi reduzindo as suas atividades, até que cessaram de todo.

Mas o exemplo da vida exemplar perdurou para os seus antigos alunos e admiradores, que lhe acompanhavam o progressivo esmorecimento orgânico, até o lance final, em que lhe sumiu a palavra, outrora ouvida e gabada por assistência de escol.

E assim, emudeceu o sócio mais antigo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

## PINHEIRO MACHADO NO INSTITUTO HISTÓRICO

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Certo, não se alistou o general gaúcho entre os que, por vocação ineludível, ou por solicitações profissionais, mergulham no passado, para efetuar estudos de história.

Preferiu fazê-la, como ator, a quem a política proporcionou adequado palco, em que penetrou, de botas e esporas, vitorioso de cruentos entreveros.

Protagonista nos episódios de consolidação da República no Brasil, estadeou forte personalidade, em torno da qual romperam ódios implacáveis e afeições que o tempo não extinguiu.

A prova, se alguma fôsse necessária, verificou-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que lhe dedicou sessão comemorativa do centenário do nascimento.

Adquiriu, sem dúvida, as feições de vulto histórico, e merecia ser ainda uma vez examinado.

Perante assistência de escol, a que não faltou a presença do vice-presidente da República, de senadores e deputados federais, coube a palavra ao ministro Tavares de Lyra, que soube conciliar as pesquisas históricas iniciadas na mocidade com atividades políticas, praticadas com descortino, que o levaram ao Congresso, a mais de um Ministério, e, por fim, ao Tribunal de Contas, onde continuou a manter o renome adquirido pelo seu proceder íntegro até o afastamento pela aposentadoria.

Restituído às investigações prediletas, que jamais abandonou de todo, mais de uma vez utiliza-se da tribuna centenária para transmitir aos presentes admiráveis capítulos da história republicana, a propósito de individualidades, que tratou de perto, como Rio Branco, Rodrigues Alves, F. Glicerio e de episódios em que se envolveram.

Desta feita, iria evocar o chefe acatado do P.R.C., de quem se fez companheiro de confiança, merecendo-lhe provas expressivas de apreço, retribuídas com leal amizade.

Acompanhou-lhe a trajetória agitada, desde Cruz Alta, onde nasceu, a 8 de maio de 1851.

Filho do advogado Antônio Gomes Pinheiro Machado, que preferira renunciar a judicatura, em que iniciara a sua vida profissional, para melhormente se entregar às atividades políticas de liberal ardoroso, madrugou em sua mente a vocação pelas armas.

Enquanto se preparava nos estudos, a deflagração da guerra lopesina precipitou-lhe a decisão indicativa de impulsos indomáveis.

Egresso do lar, para combater, não tinha ainda suficiente idade, que evitasse a reclamação paterna, por se tratar de voluntário adolescente.

A contragosto, deixaria a farda, que lhe permitiu o batismo de fogo, como simples soldado. Voltou aos livros, para ultimar os preparatórios exigidos pela Academia de Direito de São Paulo, onde se matriculou em 1874.

Se para guerrear começara excessivamente cedo, ao contrário, iniciava tarde os estudos jurídicos, já maior.

De mais a mais, não lhe seria acentuado o gosto de entregar-se inteiramente à leitura, como faziam alguns dos condiscípulos.

Preferia atirar-se às atividades políticas e participar da propaganda por meio do Clube Republicano Acadêmico, do qual foi um dos fundadores, em 1876 e da gazeta de nome expressivo — *A República*.

Firmara, assim, a orientação, que imprimiria à sua vida.

Casado, recebeu o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais a 5 de novembro de 1878, e regressou à terra natal, a que levou o entusiasmo em que se abrasava.

Funda o Clube Republicano do Rio Grande, e, sem tardança, o Partido Republicano, juntamente com Julio de Castilhos, Venancio Ayres, Demetrio Ribeiro, Alcides Luna, Apolinario Porto Alegre, Ramiro Barcelos, além de outros.

Com tamanhas credenciais, obteve do eleitorado gaúcho o mandato de senador, que jamais perderia, apesar das mais penosas vicissitudes.

Antes, porém, que lograsse o primado no cenário federal, distinguuiu-se pela vocação militar, posta à prova, em defesa do governo do marechal Floriano Peixoto.

Manifestara-se contra o golpe de estado, vibrado pelo marechal Deodoro, de sorte que apoiaria a resistência personificada no vice-presidente, ainda quando surgisse interpretação conteste de sua legalidade.

E não se limitou a opinar a favor da manutenção de Floriano Peixoto no governo, até findar o quadriênio.

Saiu a campo, quando o viu hostilizado pelos revolucionários federalistas.

Comandante da Divisão do Norte, que derrotou a coluna de Gumerindo Saraiva, adquiriu nos entreveros a fama de lutador impávido, que lhe acresceu o prestígio no Senado Federal, com o título de general de brigada, concedido pelo presidente, reconhecido à sua dedicação resoluta.

Quando Glicério, por algum tempo chefe incontestável da política brasileira, perdeu a cartada na luta contra Prudente, não tardou Pinheiro em assumir a posição para a qual o indicavam as suas qualidades de mando.

Nesse posto, apoiou, decidido, o esforço de restauração financeira de Campos Sales, amparado na política dos governadores, e também o de Rodrigues Alves, empenhado em promover melhoramentos no país.

Quando notou, porém, a intervenção presidencial na escolha do seu sucessor, não titubeou em arregimentar partidários, de cuja atuação hostil resultou o sossobro da candidatura de Bernardino de Campos.

A vitória da Coligação, então organizada para sufragar o nome de Afonso Pena, se, por um lado, atestou a influência dominante do chefe gaúcho, do outro, continha os germes do “Jardim da Infância” com o seu programa renovador de valores.

Ainda nessa competição, triunfou o arguto senador, cujo apoio decidiu a favor da eleição do marechal Hermes da Fonseca, apesar da memorável campanha tribunicia de Ruy Barbosa.

Continuaria, desta maneira, o seu domínio político, ainda no apogeu, quando tombou, apunhalado pelo irresponsável executor da fúria facciosa, em 8 de setembro de 1915.

Durante longo prazo, conseguiu, pelo prestígio adquirido, chefiar não somente o Senado, como a política nacional, graças às qualidades pessoais, que lhe permitiam auguriar amizades e dedicações, ainda entre os adversários, como testemunhara o orador, cuja peroração realçou a justiça das homenagens da Posteridade a quem soube patrioticamente servir ao Brasil.

Também da justiça, tratou o professor Mozart Monteiro, ao propor que o Instituto registrasse em ata da sessão a síntese das iniciativas por meio das quais o embaixador José Carlos de Macedo Soares promoveu o engrandecimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cuja presidência renunciou para melhormente poder



levar avante o grandioso projeto de elaboração da História da Igreja no Brasil.

Foi o seu fundador e primeiro presidente, e podia ufanar-se, ao deixá-lo, de ter eficientemente contribuído para lhe ativar o desenvolvimento, que lhe grangeou a mais luminosa nomeada.

Coube ao acadêmico Gustavo Barroso, por fim, a oportunidade, grata ao seu sentimento de rememorar alguns episódios, que o aproximaram do general Pinheiro Machado.

Desconhecido ainda, apenas chegado a esta Capital, as circunstâncias o levaram a presença do senador gaúcho, que lhe apreciou algumas frases de conversa amável e o convidou, ao segundo encontro, para lhe frequentar a casa.

Assim começaram as relações, que se foram fortalecendo, permitindo-lhe testemunhar ocorrências indicativas da argúcia política do chefe, e da grandeza de seu coração.

Recordou-a, com emoção, que se transmitiu à assistência, enlevada pela palavra clara e elegante do orador a quem não faltaram aplausos indicativos do agrado geral.

E assim prestou o Instituto a homenagem devida a quem ingressou na História do Brasil, que seria, por ventura, diversa, na fase da adaptação do país ao regime republicano, caso não surgisse a personalidade varonil de Pinheiro Machado, com os seus defeitos, sem dúvida, neutralizados por incomparáveis qualidades.

---

(\*) *Jornal do Comércio*, de 13-5-951.

## OBRAS RECEBIDAS

Em abril de 1951

- O Exército na Medalhística* — General Canrobert P. da Costa (Oferta do Dr. Cláudio Ganns) — Imprensa Militar — Rio de Janeiro, 1950.
- Paisagens Culturais na Baixada Fluminense* — Renato da Silveira Mendes — Universidade de São Paulo — São Paulo, 1950.
- Os Juizes de Fora* — Nossa Senhora do Desterro — Oswaldo R. Cabral — 1949 — Florianópolis.
- Os Açorianos* — Oswaldo R. Cabral — 1951 — Florianópolis.
- American Missions in European Archives* — Roscoe R. Hill — Comisión de Historia — Mexico, 1951.
- L'Instruction Publique en Haïti — 1879-1888* — Daniel Fignoli — Imprimerie A. P. Barthelemy — Haiti.
- Wilfredo Lam-Fernando Ortiz* — Dirección de Cultura — La Habana, 1950.
- Uma Campanha Vitoriosa* — Armando Vidal — *Jornal do Comércio* — 1951 — Rio de Janeiro.
- Catálogo Ilustrado do Museu floclórico* — Oneyda Alvarenga — Discoteca Municipal — São Paulo, 1950.
- Documentos para servir a la historia de la Guerra Chiquita* (Archivo de Leandro Rodriguez) — III tomo — Josep M. Perez Cabrera — Archivo Nacional — La Habana, 1950.
- História da Medicina no Brasil* — (Do século XVI ao XIX — 1.º e 2.º tomos — Licurgo Santos Filho — Editora Brasileira Limitada — São Paulo, 1947.
- San Martín y La Provincia de Cuyo* — Precursores de la Nación en Armas — Federico A. Gentiluomo — T. Graficos — Tucuman, 1950.
- Exploração do Rio Jaciparaná* — (C. N. P. I.) — M. T. da Costa Pinheiro — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1949.
- Zoologia-Ofidios de Mato Grosso* (C.N.P.I.) — Afrânio do Amaral — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1949.
- Esboço Gramatical; vocabulário; lendas e canticos dos Índios Ariti* (Parici) (C.N.P.I.) — General Cândido M.S. Rondon — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1948.
- Botânica* — J. Geraldo Kulmann — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1948.

- História Natural* (Etnografia) — General Cândido M. da Silva Rondon — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1947.
- The Preceramic Horizons of Northeastern Oklahoma* — David Alberts Baer — University of Michigan Press — Ann Arbor, 1950.
- Folklore of the Atayal or Formosa and the Mountain Tribes of Luzon* — Edwards Norbeck — University of Michigan Press — Ann Arbor, 1950.
- México* (Ensaio de interpretação) — Fonseca Filho (Hermes da) — Gráfica Panamericana-México — 1949.
- Imagens do Brasil* (Poemas) — João de Albuquerque Maranhão — Coeditora Brasília Ltda. — Rio de Janeiro, 1945.
- Depoimento* — João Daudt d'Oliveira — Gráfica Economica Ltda. — 1948 — Rio de Janeiro.
- História e Genealogia Fluminense* — Francisco Kloris Werneck, 1947 — Rio de Janeiro.
- Mathias de Albuquerque* (Biografia) — Hêlio Viana — Tipografia Mercantil — Rio de Janeiro, 1944.

### Em maio de 1951

- O Brasil e a Louça da Índia* — Eldino da Fonseca Brancante — S. Paulo, 1950.
- A Contribuição do Instituto Genealógico Brasileiro para os Estudos Históricos* — Carlos da Silveira — Instituto Histórico de São Paulo, 1950.
- Discurso proferido na Câmara dos Deputados na sessão de 29 de março de 1948* — Edgard Baptista Pereira — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1948.
- Uma suposta raridade bibliográfica sobre o Brasil* — Thomaz O. Marcondes de Souza — (Separata) — São Paulo, 1951.
- Notas históricas sobre a navegação do Amazonas* — Prof. Agnello Bittencourt — Gráf. Manaus — Manaus, 1949.
- Cantate des Objects Perdus* — Anne Fontaine — W. Egloff — Fribourg, 1947.
- Nausicaa* — Anne Fontaine — W. Egloff — Fribourg, 1948.
- Entre o céu e a terra* (Poema espiritualista) — Augusto de Oliveira Santos — Gráfica Politipo — São Paulo, 1951.
- Sylvio Romero* — Ary Machado Guimarães — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro, 1951.
- A Policlínica de São Paulo* — Um pouco de sua História — José Ayres Netto — 1951, São Paulo.
- Vicente e Rodrigues, primeiro mestre-escola do Brasil* — (1528-1600) — Padre Serafim Leite — Lisboa, 1951.
- 75 anos de atividades ao serviço da ciência da nação* — 1875-1950 — 1951 — Sociedade de Geografia Lisboa — Lisboa.
- Fortificações do Brasil* — Carlos Garrido — Imprensa Naval — Rio de Janeiro, 1940.
- A Responsabilidade Civil no Abalroamento Aéreo* — Parecer do Dr. Cláudio Ganns — Empresa Gráfica — São Paulo, 1950.
- Mauá e a Amazônia* (especial para arquivos) — Agnello Bittencourt — 1950, Amazonas.

- Leis, Decretos e Atos* (julho a setembro de 1950) — Professor Engenheiro Ildo Meneguetti — Oficinas Gráficas — Porto Alegre, 1951.
- Constituição dos Estados Unidos do Brasil* — 1946 — Arquivo Judiciário, 1947, Rio de Janeiro.
- Rui Barbosa e o Exército* — (Conferência às classes armadas) — com prefácio do coronel Pedro da Costa Leite — Casa de Rui Barbosa — Gráfica Olímpica — 1949 — Rio de Janeiro.
- Rui Barbosa (Discursos)* — Clemente Mariani Bittencourt — Gráfica Olímpica — Rio de Janeiro, 1949.
- Posição de Rui Barbosa no mundo da filosofia* — Miguel Reale — Gráfica Olímpica — Rio de Janeiro, 1949.
- Revista do Instituto Politécnico Brasileiro* — tomo XXV — 35.º ano — Tipografia Leuzinger — Rio de Janeiro, 1897.
- União Férrea* — Memoire — F. de Doncker — Verver Deweuwe — Bruxelles, 1895.
- Antes de la Facultad de Ciencias Jurídicas Y Sociales de la Universidad de la Plata* — vol. I — tomo XVI, 1948 — Cesar Diaz Cisneros — Gráfica Alea — La Plata, 1948.

### Em junho de 1951

- Genealogia Paranaense* — vol. 6.º — 1950 — Francisco Negrão — Impresora Paranaense — Curitiba, 1950.
- Centenário da Serra Talhada* — 1851-1951 — Fôlha da Manhã — S. A. Recife, 1951.
- Martí, escritor* — Andres Iduarte — Direction de Cultura — La Habana, 1951.
- Mina de Galena* — Argentífera de Pannels de Brejauvas — Milciades Y Guarani — Artes Gráficas — Rio de Janeiro, 1949.
- Atividades do Departamento Nacional da Produção Mineral em 1948* — Mario da Silva Pinto — C. Mendes Junior — Rio de Janeiro, 1950.
- As perspectivas da mineração no Brasil* — Mario da Silva Pinto — C. Mendes Junior — Rio de Janeiro, 1950.
- Vozes da Querência* — Antônio Carlos Machado — Livraria do Globo — 1949, Porto Alegre.
- A Entrevista de Guayaquil* — Trad. Luis Leal Ferreira — Academia Nacional de História — Rio de Janeiro, 1951.
- Crônica Razonada de las Guerras de Bolivia* — I e II volumes — Vicente Lecuna — The Colonial Press Inc. — New York, 1950.
- O Congresso Internacional de Geologia de Londres* — Alberto Ribeiro Lamego — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1949.
- Notas Lamelibranquiais Fósseis da Série Passa Dois Sul do Brasil* — Josué Camargo Mendes — Ministério da Agricultura — Rio, 1949.
- A Ditadura de 1893* — *Jornal do Brasil* — vol. XX — 1893 — tomo III — Rui Barbosa — Ministério da Educação e Saúde — Rio de Janeiro, 1949.
- A Casa de São João Clemente* — Edgard Batista Pereira — Ministério da Educação e Saúde — Rio de Janeiro, 1949.
- Rui Barbosa* — (Discurso) — Coronel Edmundo de Macedo Soares — Ministério da Educação e Saúde — Rio de Janeiro, 1949.



- Documentário Histórico* — vols. I, II, III — Nuto Sant'Ana — Departamento de Cultura — São Paulo, 1951.
- Análise do Estudo de Chopin em dó sustenido menor para piano op. 25 — n.º 7* — Professor F. Franceschini — Departamento de Cultura — São Paulo.
- Ecuador Drama Y Paradoja* — Leopoldo Benites Vinueza — Fondo de Cultura Economica — Buenos Aires, 1951.
- Archivo Artigas* — tomos I e II. Prólogo de Juan E. Pivel Devoto — A. Monteverde & Cia. — Montevideo, 1951.
- Os Presidentes da Província da Bahia* — Efetivos — Interinos — 1824-1889 — Arnaldo Wildberger — Tip. Beneditina Ltda. — Salvador, 1949.
- Dicionário da Língua Portuguesa* (A — AF) — Augusto Magne — Instituto Nacional do Livro — Rio de Janeiro, 1950.
- Memórias sobre a Paleontologia Brasileira* — Peter Wilhelm — Instituto Nacional do Livro — Rio de Janeiro, 1950.
- Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* — Coriolano de Medeiros — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1950.
- A Casa de São Clemente* — Edgard Baptista Pereira — Instituto Nacional do Livro — Rio de Janeiro, 1949.
- Minha Formação* — Joaquim Nabuco — Instituto Progresso Editorial Sociedade Anônima — São Paulo, 1949.
- Balmaceda e a Intervenção Estrangeira durante a revolta de 1893*. Joaquim Nabuco — Inst. Progresso Editorial S.A. S. Paulo, 1949.
- Um Estadista do Império* (4 volumes) — Joaquim Nabuco — Instituto Progresso Editorial S. A. — São Paulo, 1949.
- O Abolicionismo* (IV) — Discursos e Conferências Abolicionistas — Joaquim Nabuco — Instituto Progresso Editorial S. A. — São Paulo, 1949.
- O Direito do Brasil* — Joaquim Nabuco — Instituto Progresso Editorial S.A. — São Paulo, 1949.
- Escritos e Discursos Literários — L'Option* — Joaquim Nabuco — Instituto Progresso Editorial S. A. — São Paulo, 1949.
- Pensamentos Soltos — Camões e Assuntos Americanos* — Joaquim Nabuco — Instituto Progresso Editorial S. A. — São Paulo, 1949.
- Discursos Parlamentares* — Joaquim Nabuco — Instituto Progresso Editorial S. A. — São Paulo, 1949.
- Campanhas de Imprensa* — Joaquim Nabuco — Instituto Progresso Editorial Sociedade Anônima — São Paulo, 1949.
- Boosco Deleitoso* — vol. I — Augusto Magne — Instituto Nacional do Livro — Rio de Janeiro, 1950.
- O Mundo Interior* — Farias Brito — Instituto Nacional do Livro — Rio de Janeiro, 1951.
- A Casa das Minas* — Nunes Pereira — Instituto Nacional do Livro — 1947, Rio de Janeiro.
- A Renda de Bilros e sua Aculturação no Brasil* — Luiza e Artur Ramos — Instituto Nacional do Livro — Rio de Janeiro, 1948.
- Um trem corre para o Oeste* — Fernando de Azevedo — Martins Editora — São Paulo, 1950.
- A Ditadura de 1893* — vol. XX — tomo III — Ruy Barbosa — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1950.

- Ruy Barbosa e o Exército* — (Conferência às classes armadas) — Cel. Pedro da Costa Leite — Gráfica Olímpica — 1950, Rio.
- Ruy Barbosa, Ministro da Independência Econômica do Brasil* — Humberto Bastos — Gráfica Olímpica — Rio de Janeiro, 1949.
- Ruy Barbosa na Intimidade* — Antônio Joaquim da Costa — Gráfica Olímpica — Rio de Janeiro, 1949.
- Ruy Barbosa e José Marcelino* — Maria M. Lopes de Sousa — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1950.
- Ruy Barbosa* — Clemente Mariano Bättencourt — Gráfica Olímpica — Rio de Janeiro, 1949.
- Posição de Ruy Barbosa no mundo da Filosofia* — Miguel Reale — Gráfica Olímpica — Rio de Janeiro, 1949.
- A Casa de São Clemente* — Edgard Baptista Pereira — Gráfica Olímpica — 1949, Rio de Janeiro.
- Arte, necessidade e crítica* — Mario Pedrosa — Livraria Editora — Rio de Janeiro 1949.

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Em abril de 1951

- Catalogue n.º 9 de la Librarie Robert Legueltel* — Paris.
- Pan American Union* — January 1951 — Washington.
- Noticiario de las Naciones Unidas* — 10 e 17 de março de 1951 — ns. 9 e 10 — ano 6.º — Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 11, 13, 20, 21, 22 e 23 de março de 1951 — ano XIV — Minas Gerais.
- Saúde* — abril de 1951 — n.º 40, ano IV — Rio de Janeiro.
- Lista Diplomática* — fevereiro de 1951 — Rio de Janeiro.
- Boletim del Colegio Libre de Estudios Superiores* — marzo-abril de 1951 — n.º 109, año X.
- The Life of Sebastian Lerdo de Tejada — 1823-1889 — A Study of Influence and Obscurity*, by Frank Averril Knapp, Jr. — Austin.
- Catalogue n.º 193 — A choice of fine book from the xllth to the sixth century* — Holland.
- Revista da Faculdade de Letras* — tomo XVI — 2.ª série n.º 3 — 1950, Lisboa.
- Revista Nacional de Cultura* — 82-83 — septiembre-diciembre de 1950 — año XII — Caracas.
- The Catholic Historical Review* — volume XXXVI — number 4 — january, 1951, Washington.
- Report of The United States National Museum* — 1950, Washington.
- Revista do Instituto Brasil-Estados-Unidos* — Vol VIII — n.º 18 — julho a dezembro de 1950, Rio de Janeiro.
- Ocidente* — n.º 155 — vol. XL — março de 1951, Lisboa.
- Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense* — volume IV — fasc. 3-4 — junho e outubro de 1950 — Paraná.

- Kriterion* — julho a dezembro de 1950 — 13-14 — Minas Gerais.
- Noticiário de las Naciones Unidas* — 24 de marzo de 1951 — n.º 11 — ano VI — Rio de Janeiro.
- Universidade Pontificia Bolivariana* — junio-agosto de 1950 — n.º 58 — volume XV — Medellín — Colombia.
- Anuário Claretiano III* — 1949 — Curitiba.
- Revista Cubana* — vol. XXVI — Enero-junio de 1950 — La Habana — Cuba.
- Endeavour* — vol. X — n.º 37 — Enero, 1951 — Londres.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café* — Janeiro, 1951 — n.º 287 — ano XXVI — São Paulo.
- Bulletin of New York Public Library* — Marc 1951 — volume 55 — number 3 — New York.
- Correio de Uberlândia* — 27, 28, 29 e 31 de março de 1951 — ns. 3.121, 3.122, 3.123 e 3.124 — ano XIV — Minas Gerais.
- Guía de la Exposicion Cientifica de la Unesco* — Diciembre, 10 — 1950 — La Habana.
- Boletim mensal das observações meteorológicas feitas nos postos da Colonia* — ano XVI — Janeiro a março de 1949 — ns. 1 a 3 — Lourenço Marques.
- Nação Brasileira* — ano XXVII — n.º 331 — março de 1951 — Rio de Janeiro.
- The Geographical Review* — vol. XL — 1950 — New York.
- Tricolor* — Diciembre de 1950 — Enero-febrero de 1951 — ns. 22, 23 e 24 — año II — Caracas.
- Catalogue New Books* — January-june de 1951 — New York.
- Britain To-Day* — February, 1951 — n.º 178 — London.
- Catálogo (Informação Bibliográfica)* — Março de 1951 — Rio de Janeiro.
- Documentos para servir a la historia de la guerra Chiquita* (Archivo de Leandro Rodriguez) — vol. XXIX — III tomo, 1951 — La Habana.
- Boletin de la Sociedad Chihuahuense de Estudios Historicos* — 1938-1950 — Diciembre de 1950 — n.º 7 — tomo VII — México.
- Correio de Uberlândia* — 1, 3, 4 e 5 de abril de 1951 — ano XIV — Minas Gerais.
- Da India Distante* — Boletim n.º 28 — 1.º de abril de 1951 — Rio de Janeiro.
- Agronomia* — Outubro-dezembro de 1950 — n.º 4 — vol. 9 — Rio de Janeiro.
- Ex-Combatente* — Março de 1951 — n.º 52 — ano VI — Rio de Janeiro.
- Britain To-Day* — Marc 1951 — n.º 179 — London.
- Revista de História* — Janeiro-março de 1951 — n.º 5 — ano II — São Paulo.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados-Unidos* — Abril de 1951 — n.º 94 — ano IX — Rio de Janeiro.
- Inventários e Testamentos* — 1801-1802 — 1951 — Prefeitura de Goiana.
- Correio de Uberlândia* — 1, 7, 8, 10, 11, 14 de abril de 1951 — ns. 3.125, 3.129, 3.130, 3.131, 3.132, 3.134 — ano XIV — Minas Gerais.
- O Puritano* — 10 de fevereiro e 25 de fevereiro e 10 de março de 1951 — números 1.985, 1986-7 — ano LII — Rio de Janeiro.
- Revista Duperial do Brasil* — n.º 58 — Novembro-dezembro de 1950 — São Paulo.
- Programas para a comemoração do Dia Panamericano* — 1951 — Washington.

- Noticiário de las Naciones Unidas* — 31 de marzo de 1951 — n.º 12 — ano 6 — Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto do Ceará* — nova fase — ano I — Setembro de 1950 — n.º 3 — Fortaleza.
- Revista do Clube Militar* — Outubro de 1950 e março de 1951 — ns. 110 e 111 — Rio de Janeiro.
- La Clase Média en Costa Rica, Haiti y Venezuela* — cinco colaboraciones — V — 1951 — Washington.
- Geographical Review* — April, 1951 — number 2 — vol. XLI — New York.
- Annual Report of the American Historical Association* — for the year, 1949 — vol. I — Proceedings and List of Members — Washington.
- Digesto Econômico* — Setembro de 1950 — ano VI — n.º 70 — São Paulo.
- O I. G. G. (Instituto Geográfico e Geológico)* — vol. V — rfs. 1 e 2 — Janeiro a junho de 1947 — São Paulo.
- Anales de la Universidad de Chile* — tercer trimestre de 1950 — n.º 79 — año CVIII — Chile.
- Revista Genealógica Latina* — n.º 3 — ano de 1951 — 1.º e 2.º semestres — ano III — São Paulo.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café* — Fevereiro de 1951 — n. 288 — ano XXVI. São Paulo.
- Boletim Informativo* — Janeiro e fevereiro de 1951, ns. 69 e 70 — ano IX — Rio de Janeiro.
- Catalogo*, 1951 — Francis Edwards, Ltda. — London.

### Em maio de 1951

- Revista Shell* — n.º 54 — Rio de Janeiro.
- Notas e Informaciones — Ciencias Sociales* — n.º 7 — vol. II — Febrero de 1951 — Washington.
- Correio de Uberlândia* — 15 de abril de 1951 — n.º 1.135 — ano XIV — Minas Gerais.
- Noticiario de las Naciones Unidas* — 7 e 14 de abril de 1951 — ns. 13 e 14 — año 6 — Rio de Janeiro.
- Boletim Linotípico* — n.º 76 — 1951 — New York.
- Estatutos da Federação dos Institutos Genealógicos Latinos* (Separata da revista) — São Paulo.
- Boletim de la Biblioteca Nacional* — Diciembre de 1949 — n.º 12 — ano VI — Lima.
- Britain To-Day* — April, 1951 — number 180 — London.
- Bulletin of the New York Public Library* — April, 1951 — vol. 55 — number 4 — New York.
- Anuário Estatístico* — ano XXII, 1949 — Lisboa.
- Bulletin of The United States Cuban-Sugar Council* — March, 1951 — número 1 — vol. 6 — New York.
- Noticiário de las Naciones Unidas* — 21 de abril de 1951 — ano 6 — n.º 15 — Rio de Janeiro.
- Catálogo* — Nuevos Libros — Enero, 1951 — n.º 2 — Madrid.



- Pan American Union Publications* — February 1951 — Washington.
- Engenharia* — Março de 1951 — n.º 103 — ano IX — vol. IX — São Paulo.
- Brazila Esperantisto* — Janeiro, 1951 — ns. 442-3 — 45.<sup>a</sup> — Jaro.
- Bulletin for Libraries* — vol. V — n.º 2 — fevereiro 1951 — France.
- The Pegasus* — September, 1948 — n.º 3 — vol. 12 — New York.
- Revista Nacional de Cultura* — Enero-febrero de 1951 — ano XII — Caracas.
- Vozes de Petrópolis* — Março e abril de 1951 — vol. 9 — fasc. 2 — Petrópolis.
- Correio de Uberlândia* — 18, 21, 22 e 24 de abril de 1951 — ano XIV — Minas Gerais.
- Boletim Bibliográfico* n.º 57 — Febrero de 1951 — año VIII — Rio de Janeiro.
- Boletim del Archivo General de la Nacion* — Octubre e diciembre de 1950 — n.º 150 — tomo XXXVIII — Caracas.
- Catalogo* — Edição *O Cruzeiro* — Rio de Janeiro.
- Belgique Amerique Latine* — nouvelle serie n.º 67 — 20 de abril de 1951 — Bruxelles.
- Boletim Bibliografico* — vol. XV — 1950 — São Paulo.
- Bulletin for Libraries* — vol. V — n.º 4 — Abril de 1951 — Paris.
- Catalogue-Les moissons de l'esprit*, 1951 — Paris.
- Revista Marítima Brasileira* — ano LXX — Julho-agosto-setembro de 1950 — ns. 1, 2 e 3 — Rio de Janeiro.
- Noticiario de las Naciones Unidas* — 28, 4 e 5 de mayo de 1951 — Rio de Janeiro.
- Engenharia* — Abril de 1951 — n.º 104 — ano IX — vol. IX. São Paulo.
- Catálogo*, 1950 — Export Book — Amsterdam.
- The Hispanic American Historical Review* — February, 1951 — part I — U.S.A.
- The United States Quarterly Book Review* — March e september e december 1950 — ns. 1, 3, e 4 — vol. 6 — New Jersey.
- Bulletin of the United States Cuban-Sugar Council* — March, 1951 — n.º 1 — New York.
- Cartas do Senado* (1638-1673) — 1.º vol. Documentos Históricos do Arquivo Municipal — Prefeitura do Município de Salvador — Bahia.
- Correio de Uberlândia* — 5, 6, 9, 12 de maio e 28 e 29 de abril de 1951 — números 3.147, 3.148, 3.150, 3.152, 3.143 e 3.144, ano XIV — Minas Gerais.
- Catalogue* n.º 712 — 1951 — Natural, History, Books on Agriculture, Birds, Botany, Entomology Geology & Cia — England.
- Boletim Informativo* — Publicaciones recibidas — Universidad Central de Venezuela.
- Catalogue* 711 — 1951 — Decorative — Maps and Rare Atlases — London.
- Boletim da Academia das Ciencias de Lisboa* — nova série — vol. XXIII — Janeiro-fevereiro de 1951 — Lisboa.
- Justiça do Trabalho* — Janeiro-fevereiro de 1951 — ns. 171-172 — ano XV — Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 9 de maio de 1951 — n.º 3.160 — ano XIV — Rio de Janeiro.
- O Puritano* — 25 de março de 1951 — n.º 1.988 — ano LII — Rio de Janeiro.

- Catalogue des Publications Disponibles* — Fevrier 1951 — Belgique.
- Noticiário de las Naciones Unidas* — 12 de mayo de 1951 — n.º 18 — ano 6.º — Rio de Janeiro.
- Boletim de Informaciones Cientificas Nacionales* — n.º 35 diciembre de 1950 — vol. II — Quito.
- Rodovia* — Janeiro de 1951 — n.º 131 — ano XII — Rio de Janeiro.
- Anales de la Sociedad de Geografia e Historia de Guatemala* — tomo XXIV — Septiembre y diciembre de 1949 — ns. 3 y 4 — Guatemala.
- Ocidente* — n.º 157 — volume XL — maio, 1951 — Lisboa.
- Revista Duperial do Brasil* — n.º 59 — Janeiro-fevereiro de 1951 — São Paulo.
- Brasil Açucareiro* — ano XVIII — vol. XXXVI — Novembro-dezembro de 1950 — ns. 5 e 6 — Rio de Janeiro.
- Catalogue* — Francis Edward Ltda. — April. 1951 — London.
- Boletim Informativo do Instituto Geobiológico "La Salle" de Canoas* — Abril de 1951 — nº 5 — Porto Alegre.
- Boletim de la Academia Nacional de Letras* — Diciembre de 1950 — tomo III — n.º 10 — Montevideo.
- Revista Nacional* — tomo XLVII — año XIII — Julio de 1950 — n.º 139 — Montevideo.
- Correio de Uberlândia* — 16, 17 e 19 de maio de 1951 — ns. 3.155, 3.156 e 3.157 — ano XIV — Minas Gerais.
- América Indígena* — Abril de 1951 — n.º 2 — vol. XI — México.
- Boletim Indigenista* — vol. XI — n.º 1 — Marzo de 1951 — México.
- Revista de História de América* — Diciembre de 1950 — n.º 30 — México.
- Correio de Uberlândia* — 20 e 22 de maio de 1951 — ns. 3.158 e 3.159 — ano XIV — Minas Gerais.

### Em junho de 1951

- Revista da Faculdade de Direito* — 1949 — vol. XLIV — São Paulo.
- Revista do Arquivo Municipal* — volume CXXXVIII — ano XVII — Janeiro, fevereiro e março de 1951 — São Paulo.
- Catalogue n.º 70* — Geography — Hollanda.
- Ciências Sociais* — Notas e Informaciones n.º 8 — vol. II — Abril de 1951 — Washington.
- Nozi Libris*, 1950 — vol. 12, ns. 3 e 4.
- Catalogo Scandinavian Literature in the Major Languages* — April-october 1950 — n.º 10 — Kobenhavn.
- Pan American Union* — part I — March 1951 — Washington.
- Liga Marítima Brasileira* — Dezembro de 1950 — n.º 522 — Janeiro e fevereiro de 1951 — ns. 523-524 — ano XLIV — Rio de Janeiro.
- Américas* — Maio de 1951 — vol. 3 — n.º 5 — Rio de Janeiro.
- O Puritano* — 25 de maio de 1951 — n.º 1.989 — ano LII — Rio de Janeiro.
- Catalogue de la Librairie Robert Legueltel* — ns. 10-11 — Paris.
- Boletim Paulista de Geografia* — n.º 7 — Março de 1951 — São Paulo.
- Catalogue n.º 194* — Ludwig Rosenthal's Antiquariat — Holland.

- Noticiário de las Naciones Unidas* — 19 de mayo de 1951 — n.º 19 — ano 6.  
Rio de Janeiro.
- Saúde* — Junho de 1951 — n.º 42 — ano IV — Rio de Janeiro.
- Letras del Ecuador* — Enero-febrero de 1951 — ns. 63-64 — año VI — Quito.
- Boletim mensal publicado pela Embaixada da India* — 1.º de junho de 1951 — n.º 30 — Rio de Janeiro.
- Correio do Senac* — ns. 65-66 — ano III — 1.º-15 e 15-30 de IV de 1951 — Rio de Janeiro.
- Engenharia* — Maio de 1951 — n.º 105 — ano IX — vol. IX — São Paulo.
- Correio de Uberlândia* — 20, 23, 24, 26, 30 de maio de 1950 — ns. 3.153, 3.160, 3.161, 3.162, 3.164 e 3.165 — ano XIV — Minas Gerais.
- The United States Quartely Book Review* — vol. 7 — March 1951 — n.º 1 — New York.
- Bulletin* — Siciété Suisse des Americanistes — (Ssa) — Mars 1951 — n.º 2 — Geneve.
- Ofícios da Câmara de Goiana ao Presidente da Província* — 1858 a 1865 — 1951 — Goiana.
- O Puritano* — 10 de junho de 1951 — n.º 1990 — ano LIII — Rio de Janeiro.
- Bulletin for Libraries* — vol. V — n.º 5 — May, 1951 — Unesco.
- Revista Militar Brasileira* — Janeiro a junho de 1950 — ns. 1 e 2 — volume LII — ano XXXVIII — Rio de Janeiro.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* — de janeiro a dezembro de 1949 — 67.ª série e 68.ª série — ns. de 1 a 12. — Lisboa.
- Cuardenillo de Poesia* n.º 42 — Universidade de Antioquia — n.º 101 — Enero-febrero de 1951. — Colombia.
- Estatutos do Instituto Geográfico* — História da Bahia — Bahia, 1951.
- X *Homenagem ao 25.º aniversário da Ponte Hercílio Luz* — Santa Catarina Filatélica — Maio de 1951 — n.º 7 — ano II — Santa Catarina. /Z
- Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro* — vol. X — Junho de 1950 — Rio de Janeiro.
- Boletim Meteorológico del Observatório Nacional* — Septiembre de 1950 — — n.º 3 ano II — Guatemala, C. A.
- Catalogo Nuevos Libros* — suplemento n.º 3 — Febrero de 1951 — Madrid.

# ESTATÍSTICA

## ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

<i>Trimestre</i>	1951			
	<i>Abril</i>	<i>Maio</i>	<i>Junho</i>	<i>Total</i>
Obras oferecidas .....	24	23	28	75
Revistas Nacionais, Estrangeiras .	52	44	30	126
Catálogos recebidos .....	4	7	6	17
Documentos recebidos .....	2	—	—	2
Jornais recebidos .....	27	25	11	63
<i>Arquivos</i>				
Documentos consultados .....	1.960	1.972	1.987	5.919
<i>Museu</i>				
Visitantes .....	32	52	36	120
<i>Sala pública de leitura</i>				
<i>Consultas:</i>				
Obras .....	3.755	3.805	3.953	11.513
Jornais .....	827	833	936	2.596
Revistas .....	1.538	1.531	1.852	4.921
Mapas .....	132	141	193	466
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas, telegramas rece- bidos .....	110	86	386	582
Ofícios, cartas, telegramas expe- didos .....	332	295	120	747



# ÍNDICE

ABRIL A JUNHO DE 1951

	Págs.
I — TRABALHOS ORIGINAIS	
1. <i>A revolução de 1930</i> . General A. Tasso Fragoso .....	7
II — CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO	
2. <i>O Dia Panamericano. Centenário do bacharelado em letras de Ferreira Viana</i> . Feijó Bittencourt .....	62
3. <i>Pinheiro Machado</i> . Conferência realizada a 8 de maio. Ministro Tavares da Lyra .....	82
4. <i>Pinheiro Machado na intimidade</i> ; evocações, pelo sócio Gustavo Barroso .....	91
5. <i>As atividades multiformes do embaixador José Carlos de Macedo Soares</i> , por Clóvis Monteiro .....	98
6. <i>A respeito dos centenários de vários nomes ilustres baianos</i> . Afonso Costa .....	105
III — PUBLICAÇÕES	
7. <i>O segundo ramo da casa imperial e a nossa marinha de guerra</i> . Clado Ribeiro Lessa .....	118
8. <i>A velha guarda</i> . — A. Nascimento e Silva. Virgílio Corrêa Filho .....	134
9. <i>Pinheiro Machado no Instituto Histórico</i> . Virgílio Corrêa Filho .....	138
IV — NOTICIÁRIO	
10. <i>Obras recebidas</i> .....	142
V — ESTATÍSTICA	
11. <i>Estatística do Instituto Histórico</i> .....	152





**Departamento de Imprensa Nacional**  
**Rio de Janeiro — Brasil — 1953**